



A ECONOMIA DA FUNCIONALIDADE E DA COOPERAÇÃO:  
EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO ALIMENTAR NO RIO DE JANEIRO

Pedro Santa Rita Siqueira da Silva

Rio de Janeiro

2021



## A ECONOMIA DA FUNCIONALIDADE E DA COOPERAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DE PRODUÇÃO ALIMENTAR NO RIO DE JANEIRO

Pedro Santa Rita Siqueira da Silva

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientadores: Prof. Francisco José de Castro Moura Duarte, Dr.;  
Profª. Amanda Fernandes Xavier, Dra.

Rio de Janeiro

Julho de 2021

A ECONOMIA DA FUNCIONALIDADE E DA COOPERAÇÃO: EXPERIÊNCIAS DE  
PRODUÇÃO ALIMENTAR NO RIO DE JANEIRO

Pedro Santa Rita Siqueira da Silva

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO LUIZ  
COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA (COPPE) DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS REQUISITOS  
NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM ENGENHARIA DE  
PRODUÇÃO.

Orientadores: Francisco José de Castro Moura Duarte e Amanda Fernandes Xavier.

Aprovada por:

---

Prof. Francisco José de Castro Moura Duarte, Dr.

---

Prof.<sup>a</sup> Rita de Cassia Monteiro Afonso, Dra.

---

Prof. Tharcísio Cotta Fontainha, Dr.

RIO DE JANEIRO, RJ

JULHO DE 2021

Silva, Pedro Santa Rita Siqueira da

A Economia da Funcionalidade e da Cooperação:  
Experiências de Produção Alimentar no Rio de Janeiro /  
Pedro Santa Rita Siqueira da Silva. – Rio de Janeiro:  
UFRJ/COPPE, 2021.

XI, 128 p.: il.; 29,7 cm.

Orientadores: Francisco José de Castro Moura Duarte

Amanda Fernandes Xavier.

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de  
Engenharia de Produção, 2021.

Referências Bibliográficas: p. 101-112.

1. Economia da Funcionalidade e da Cooperação. 2.  
Sustentabilidade. 3. Agroecologia e produção orgânica. I.  
Duarte, Francisco José de Castro Moura *et al.* II.  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa  
de Engenharia de Produção. III. Título.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, à minha mãe, que viabilizou tudo de bom que possa ter ocorrido em minha vida. Que sempre me apoiou e estimulou, que é meu mundo. Espero que seja capaz de, um dia, agradecer e retribuir um décimo de tudo que ela já fez por mim.

A todos os amigos que contribuíram de alguma forma ao longo de toda a vida, especialmente aos que estiveram presentes durante o trabalho. Foi um longo caminho de trabalho e crescimento que não teria sido possível sem todos que me escutaram e que compartilharam momentos. Poderia escrever uma página de nomes das pessoas especiais que (por sorte) passaram por minha vida nos últimos anos, espero que todos tenham o conhecimento de que foram relevantes para mim.

A todos os colegas do Programa de Engenharia de Produção que compartilharam momentos, conhecimentos e angústias. É reconfortante quando o sofrimento natural associado ao aprendizado acontece com apoio e companhia de pessoas tão competentes.

A todos os professores que passaram pela minha vida e que me emocionam até hoje ao pensar sobre a trajetória que escolhi para mim mesmo. Agradecimento especial a todos os meus professores na COPPE. À Rita, por toda a ajuda e por todas as dicas dadas no período da minha qualificação. Ao Chico, por ter me aceitado no programa, reconhecido meu potencial e me apresentado a Economia da Funcionalidade e da Cooperação. À Amanda, por ter simplesmente viabilizado este trabalho, através de todos os ensinamentos, de toda a atenção, de toda a coragem, de todo o incentivo e do incessante trabalhado de difusão da EFC e dos Fóruns, o que me gerou abertura para os casos estudados.

A todos os pesquisadores que compõem a bibliografia deste trabalho, dos quais me sinto mais próximo após tanto tempo de leitura e estudo de seus trabalhos. Especialmente a Christian du Tertre, François Hubault, Sandro de Gasparro, que inspiraram e clarificaram a Economia da Funcionalidade e da Cooperação, inclusive em suas visitas ao Brasil durante a confecção desta dissertação. Também a Nancy Bocken, Walter Stahel, Oksana Mont, Muriel Maillefert e Isabelle Robert, que influenciaram os rumos deste trabalho e da minha própria visão de sustentabilidade.

A todas as pessoas que aceitaram participar da pesquisa e, tão gentilmente, abrir-se a novas possibilidades para seu próprio desenvolvimento e para o meu. Especialmente aos agricultores entrevistados, aos coordenadores das feiras e às extensionistas do Projeto

CASA. Assim como a todos os outros dirigentes de empresas que participaram dos Fóruns da Economia da Funcionalidade e da Cooperação promovidos pelo Clube EFC Rio e compartilharam e ensinaram tanto.

Finalmente, ao ensino público e à pesquisa brasileira, que ainda sobrevive e persiste diante de tantas dificuldades. Especialmente à CAPES, pelo financiamento de bolsa, e ao Programa de Engenharia de Produção, pela concessão de verba para participação de evento científico.

**No final, o que faz tudo valer a pena são as pessoas. Que reconheçamos o poder de transformação que carregamos conosco. Que sejamos luz e que iluminemos mais e mais seres humanos em constante construção.**

Resumo da Dissertação apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Mestre em Ciências (M.Sc.)

A ECONOMIA DA FUNCIONALIDADE E DA COOPERAÇÃO: EXPERIÊNCIAS  
DE PRODUÇÃO ALIMENTAR NO RIO DE JANEIRO

Pedro Santa Rita Siqueira da Silva

Julho/2021

Orientadores: Francisco José de Castro Moura Duarte

Amanda Fernandes Xavier.

Programa: Engenharia de Produção

A consciência sobre a insustentabilidade do modelo industrial tem incentivado a pesquisa sobre modos de produção e consumo alternativos. Há certo consenso em definir desenvolvimento sustentável como aquele que não compromete gerações futuras e que abrange três pilares fundamentais: econômico, social e ambiental. Faz-se necessária a adoção de um paradigma sustentável, contrapondo o cartesiano atual, que seja capaz de guiar novas práticas produtivas. Nessa busca, a pesquisa acerca de alternativas sustentáveis procura criar meios de desmaterializar a economia através de uma servitização. A Economia da Funcionalidade e da Cooperação (EFC) amplia esse espaço de discussão e reconsidera o papel central do ser humano e do território na construção de um novo modelo econômico. Neste trabalho, buscou-se compreender os conceitos desenvolvidos pela EFC e aplicá-los na análise de dois casos, gerando insights sobre possíveis trajetórias rumo à sustentabilidade. Os casos selecionados foram as feiras agroecológicas da Freguesia e da UFRJ, iniciativas de produção e venda de alimentos orgânicos de base agroecológica no Rio de Janeiro. O estudo dos casos sugeriu dois principais pontos de atenção: o abandono da lógica de volume e o fortalecimento da componente imaterial das ofertas. A pesquisa reforça a EFC como um referencial de análise e uma abordagem de direcionamento para empresas por trajetórias rumo ao desenvolvimento sustentável.

Abstract of Dissertation presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Master of Science (M.Sc.)

THE FUNCTIONAL AND COOPERATIVE ECONOMY: EXPERIENCES OF FOOD  
PRODUCTION IN RIO DE JANEIRO

Pedro Santa Rita Siqueira da Silva

Julho/2021

Advisors: Francisco José de Castro Moura Duarte

Amanda Fernandes Xavier.

Department: Industrial Engineering

Awareness of the unsustainability of the industrial model has encouraged research into alternative modes of production and consumption. There is a certain consensus in defining sustainable development as one that does not compromise future generations and that encompasses three fundamental pillars: the economic, the social and the environmental ones. It is necessary for our society to adopt a sustainable paradigm, in contrast to the current Cartesian one, which can guide new production practices. In this path, research on sustainable alternatives strive to create ways to dematerialize the economy through servitization. The Functional and Cooperative Economy (FCE) expands this discussion and reconsiders the central role of human beings and territories in the construction of a new economic model. In this work, we sought to understand the concepts developed by the FCE and apply them in the analysis of two cases, generating insights about possible trajectories towards sustainability. The selected cases were the agroecological fairs of Freguesia and UFRJ, initiatives for the production and sale of organic food with an agroecological base in Rio de Janeiro. The case study suggested two main points of attention: the abandonment of the volume logic and the strengthening of the immaterial component of the offers. The research reinforces the FCE as an analytical framework and as an approach to guide companies along trajectories towards sustainable development.



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Problemática .....	1
1.2. Objetivos .....	5
1.3. Abordagens emergentes para o desenvolvimento sustentável.....	6
1.4. Estrutura da dissertação .....	12
2. ECONOMIA DA FUNCIONALIDADE E DA COOPERAÇÃO.....	13
2.1. Origens.....	13
2.2. Definição e tipologia.....	16
2.3. Princípios de base .....	19
2.3.1. O valor de uso .....	20
2.3.2. A dimensão imaterial .....	23
2.3.3. Lógica “servicial” e lógica “ciclo de vida” .....	26
2.3.4. A cooperação.....	27
2.3.5. Trabalho, avaliação e governança .....	30
2.3.6. O território e a dimensão política.....	32
2.3.7. Quadro referencial EFC .....	36
2.4. A transição para uma Economia da Funcionalidade e da Cooperação .....	37
2.5. Casos relatados .....	40
2.5.1. Michelin .....	40
2.5.2. Gaz de France.....	40
2.5.3. Gernord.....	40
2.5.4. Tale me.....	41
2.5.5. Ecopolo Alimentar de Audruicq .....	41
3. ALIMENTAÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA.....	42
3.1. Fundamentos .....	42
3.2. A trajetória para uma alimentação local e sustentável.....	50
3.3. O cenário brasileiro.....	53
4. MÉTODO DE PESQUISA.....	57
5. A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E O ESTUDO DE CASO .....	62
5.1. A alimentação orgânica e agroecológica no Rio de Janeiro .....	62
5.2.1. CC: Venda direta na propriedade .....	62
5.2.2. CC: Serviços na propriedade.....	63
5.2.3. CC: Venda direta fora da propriedade.....	63
5.2.4. CC: Venda indireta.....	65
5.2.5. Base de dados da comercialização na cidade .....	65
5.2. Feira Agroecológica da UFRJ.....	68
5.2.1. Dados gerais .....	68
5.2.2. Criação de valor .....	68
5.2.3. Governança cooperativa.....	70
5.2.4. Dimensão imaterial .....	71
5.2.5. O trabalho.....	72
5.2.6. As externalidades .....	73

5.2.7. Ancoragem territorial .....	73
5.3. Feira agroecológica da Freguesia.....	75
5.3.1. Dados gerais .....	75
5.3.2. Criação de valor .....	75
5.3.3. Governança cooperativa.....	76
5.3.4. Dimensão imaterial .....	78
5.3.5. O trabalho.....	79
5.3.6. As externalidades .....	80
5.3.7. Ancoragem territorial .....	81
5.4. Análise dos casos .....	83
5.4.1. Dados gerais .....	83
5.4.2. Criação de valor .....	83
5.4.3. Governança cooperativa.....	85
5.4.4. Dimensão imaterial .....	87
5.4.5. O trabalho.....	88
5.4.6. As externalidades .....	90
5.4.7. Ancoragem territorial .....	91
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	97
6.1. Discussão dos resultados .....	97
6.2. Conclusões e sugestões para trabalhos futuros .....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	102
APÊNDICE A – Protocolo de pesquisa .....	114
APÊNDICE B – Entrevistas .....	117

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Problemas resultantes do modelo industrial .....	2
Tabela 2: Problemáticas científica e do objeto de estudo.....	5
Tabela 3: Paradigmas cartesiano x sustentável .....	7
Tabela 4: Definições de Economia da Funcionalidade .....	16
Tabela 5: Tipologia Economia da Funcionalidade .....	17
Tabela 6: Divergências entre interesses de clientes e empresas .....	20
Tabela 7: Quadro referencial EFC.....	36
Tabela 8: Impactos produzidos pela agricultura tradicional.....	43
Tabela 9: Benefícios e desafios da agricultura orgânica .....	46
Tabela 10: Agricultura Orgânica x Agroecologia .....	47
Tabela 11: Objetivos de um sistema alimentar sustentável .....	49
Tabela 12: Impactos sociais e ambientais do sistema alimentar .....	53
Tabela 13: Estruturação do método de pesquisa .....	60
Tabela 14: Produtores Cadastrados no MAPA com base no Rio de Janeiro.....	66
Tabela 15: Outros produtores e varejistas .....	67
Tabela 16: Resumo análise da Feira Agroecológica da UFRJ .....	93
Tabela 17: Resumo análise da Feira Agroecológica da Freguesia .....	94
Tabela 18: Resumo comparativo das feiras .....	95
Tabela 19: Discussão dos objetivos específicos .....	98

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Sete pilares sob três domínios de ação da EC .....	9
Figura 2: Estrutura da dissertação .....	12
Figura 3: Ilustração paradigmas EFC .....	19
Figura 4: Eficiência econômica .....	21
Figura 5: Ativos imateriais da produção.....	24
Figura 6: Desenvolvimento de ativos imateriais .....	25
Figura 7: Efeito tesoura .....	25
Figura 8: Lógicas servicial e ciclo de vida .....	27
Figura 9: Composição do tempo de trabalho.....	31
Figura 10: Nuvem de palavras EFC .....	36
Figura 11: Radar Acompanhamento e Intervenção .....	39
Figura 12: Sistema Alimentar.....	44
Figura 13: Transição para o bem-viver alimentar .....	51
Figura 14: Tipologia dos Circuitos Curtos .....	55
Figura 15: Condução do estudo de caso .....	59
Figura 16: Estruturação do método de pesquisa.....	60
Figura 17: Circuito Carioca de Feiras Orgânicas .....	63
Figura 18: Ecossistema da Feira Agrocológica da UFRJ .....	74
Figura 19: Ecossistema da Feira Agrocológica da Freguesia .....	83

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. Problemática

O atual desenvolvimento econômico, principalmente nos países mais industrializados do mundo, tem conduzido a um exagerado consumo de recursos e a impactos ambientais que ameaçam o bem-estar futuro. Uma concorrência globalizada exacerbada leva empresas a produzirem cada vez mais, pressionando o meio ambiente e os próprios cidadãos. Essa forma de produzir riqueza não responde às demandas atuais por um desenvolvimento sustentável (PINET, 2017; ELKINGTON, 1994; XAVIER, 2017; BOCKEN *et al.*, 2014).

O modelo industrial constrói-se sobre uma lógica de escala, que busca uma padronização financeiramente atrativa (DU TERTRE & VUIDEL, 2014). Ainda baseado no fordismo, é fundado na materialização e nos ganhos de produtividade, mas está trazendo a necessidade de reflexão sobre sustentabilidade e projeto territorial (MAILLEFERT & ROBERT, 2017). Essa forma de *business as usual* (negócios tradicionais) aumentou a concorrência entre as empresas e fez surgir a urgência por inovações disruptivas que transformem a forma de produzir (SEMPELS & HOFFMANN, 2013; MAILLEFERT & ROBERT, 2017).

Essa lógica, visando à máxima produtividade, gerou um modelo de criação de valor em cadeia, linear, que teve consequências, entre outras, sobre a saúde do trabalhador, sobre o meio ambiente (território) e sobre o modo de consumo (DU TERTRE & VUIDEL, 2014). Um modelo linear em que há um início e um fim para a produção e para a utilização dos bens não há como ser sustentado indefinidamente com recursos e espaço limitados. Essa forma de produção tradicional, em que materiais primários são introduzidos em certo ciclo de vida e descartados ao final já se mostra inadequada à realidade mundial há décadas (FROSCH, 1997; VEILEANU-PAUN & BOUTILLIER, 2012).

Nesse sentido, é crescente a pressão sobre empresas para que operem de forma sustentável, o que gera a necessidade por novas abordagens que levem em conta o meio ambiente e a sociedade. A Tabela 1 sintetiza os problemas decorrentes da forma de produzir atual e as pesquisas que os identificam. Esses foram classificados em: social econômico e ambiental; os três pilares da sustentabilidade que devem ser equilibrados com o objetivo de um “desenvolvimento sustentável” (BOCKEN *et al.*, 2015; ELKINGTON, 1997; ELKINGTON, 2018; DOVERS & HANDMER, 1992).

Tabela 1: Problemas resultantes do modelo industrial

PILAR	PROBLEMA	REFERÊNCIAS
Ambiental	Esgotamento de recursos naturais	Bocken <i>et al.</i> (2014), BENQUÉ <i>et al.</i> (2014), Damesin (2013)
	Emissão de gases de efeito estufa	OECD (2008), Damesin (2013)
	Excesso de descartes	Frosch (1997), CERDD (2018)
	Perda de biodiversidade	OECD (2008), Kristiansen <i>et al.</i> (2006)
Econômico	Saturação de mercados e perda de rentabilidade	BENQUÉ <i>et al.</i> (2014), Moore e Manring, (2009)
	Mortalidade de empresas	Sempels e Hoffmann (2013), Moore e Manring, (2009)
Social	Tensões sociais (desemprego, pobreza, violência e problemas de saúde)	BENQUÉ <i>et al.</i> (2014), Damesin (2013), Du Tertre <i>et al.</i> (2019)
	Intensificação do trabalho e sua perda de sentido	du Tertre e Vuidel (2014), IEEFC (2018), de Gasparo (2017)

Fonte: Elaboração própria.

Diante disso, necessita-se de ambos crescimento e decrescimento, num momento de competitividade e recursos escassos. Crescimento de pesquisa e desenvolvimento de alternativas, decrescimento da produção e do consumo inconscientes (SEMPELS & HOFFMANN, 2013; MAILLEFERT & ROBERT, 2017). Já se percebe que as limitações se impõem em dois extremos da produção, tanto em relação à disponibilidade de recursos quanto em relação aos locais de descarte (FROSCH, 1997; STAHEL, 2016). Por isso, ao fim dos anos 80, testemunhou-se uma tomada de consciência por parte de muitas empresas sobre o limite do modelo industrial, a que se seguiu a pesquisa sobre novos caminhos possíveis (TOULORGE *et al.*, 2016).

Hoje o paradigma do desenvolvimento sustentável já se impõe sobre as empresas que desejam manter sua competitividade no mercado. Assim, há uma tentativa atual de construção teórica e prática de modelos que se adaptem à nova realidade mundial (SEMPELS & HOFFMANN, 2013; BOCKEN *et al.*, 2014). Esses costumam tentar trazer propostas que desassociem o crescimento econômico da utilização de recursos materiais (STAHEL, 1997; STAHEL, 2016).

O Centro de Recursos do Desenvolvimento Durável (Centre Ressource du Développement Durable - CERDD), promotor da sustentabilidade na França, identifica os padrões seguintes como pilares dos novos modelos emergentes (CERDD, 2018, p. 8):

- Preocupação com valores diferentes simplesmente do monetário e de troca;
- Reforço do território, não mais considerado como simples “receptor” de atividades;
- Reintegração da lógica de proximidade;
- Favorecimento da horizontalidade (perímetro da governança e da responsabilidade);
- Reforço do lugar humano nos processos econômicos (sociedade e trabalho).

A partir de então, essas considerações e questionamentos ambientais e sociais têm se tornado estratégicos. Têm ainda gerado oportunidades, em especial para pequenas e médias empresas, já adaptadas a um mundo de recursos escassos e mercados concorridos. Por isso, essas devem enxergar o caminho da sustentabilidade como uma forma de diferenciação em relação às grandes, incentivando a construção de uma rede de pequenas e médias que podem obter sucesso em mercados não adentrados com a mesma força pelas maiores (MOORE & MANRING, 2009).

Por outro lado, verifica-se com frequência a implementação de partes de um todo em relação a modelos sustentáveis (MONT, 2002.a), principalmente por grandes empresas detentoras de capital e preocupadas com a opinião pública (SEMPELS & HOFFMANN, 2013). Há ainda desafios em relação à adoção em decisões estratégicas das empresas, à aceitação dos consumidores e à verificação de um impacto ambiental positivo. Necessitam-se pesquisas que analisem a exequibilidade de projetos serviciais na prática, desenvolvendo uma base metodológica e uma avaliação econômica, ambiental e social das soluções criadas (MONT, 2002.a).

Assim, há um movimento em direção ao desenvolvimento da pesquisa acerca de modelos sustentáveis, porém ainda limitado e com pouco poder de intervenção. Propostas como a Economia Circular e o “Sistema Produto-Serviço” tentam construir campos de pesquisa e associações com empresas de maneira a promover o desenvolvimento sustentável. Entretanto, ainda são muito focadas num viés ambiental, subestimando perspectivas econômicas e sociais, principalmente a questão do trabalho.

Dessa forma, diante da inadequação do modelo industrial e do surgimento de novas propostas de desenvolvimento, a Economia da Funcionalidade e da Cooperação (EFC) propõe

uma forma inovadora de pensar a sustentabilidade. Considerando seus três pilares - social, econômico e ambiental - a EFC analisa de maneira sistêmica como se entrelaçam e como o foco na servitização e na consideração de recursos imateriais pode gerar empresas mais sustentáveis. Seu maior diferencial é uma forte consideração da questão social, principalmente a partir do reconhecimento do trabalho e consequente consideração dos recursos imateriais que passam pela cooperação e pela questão territorial.

Entretanto, ainda há lacunas práticas e científicas nesse sentido, principalmente no Brasil. Encontra-se limitada literatura científica acerca do tema, bastante centralizada na França, e ainda não existem casos verificados no país. Inserido nesse contexto, o presente trabalho objetiva contribuir para o campo de conhecimento através da construção de uma estrutura teórico-conceitual da EFC e da análise de casos com inclinação à sustentabilidade, tendo como objeto de estudo iniciativas agroecológicas do Rio de Janeiro.

Em relação ao viés prático, busca-se auxiliar a identificação de possíveis trajetórias para iniciativas já predispostas a dialogar sobre novos modos de produção e consumo. As iniciativas estudadas são feiras agroecológicas, que já constituem uma cooperação com atores locais e que já discutem sua implicação no território em que se encontram. Assim, analisá-las sob a perspectiva da EFC significa debater formas de otimizar essa trajetória rumo ao desenvolvimento sustentável.

O Centro de Recursos do Desenvolvimento Durável (CERDD), o mesmo centro francês trazido acima para fundamentar os pilares dos novos modelos emergentes, ainda define objetivos para um sistema alimentar sustentável e territorializado. Entre esses, encontram-se respostas reais a preocupações sociais, ambientais e econômicas dos territórios. Além disso, ainda são mencionadas a promoção de uma abordagem global através da cooperação e a gestão as externalidades (CERDD, 2017). Isso reitera a pertinência de associação da EFC à questão alimentar.

Além disso, a questão alimentar é latente no Brasil e o movimento agroecológico tem crescido e ganhado reconhecimento, inclusive em políticas públicas, a exemplo da criação da Associação Brasileira de Agroecologia e da Articulação Nacional de Agroecologia (COSTA et al., 2017). Defende-se um movimento contra-hegemônico que resista ao modelo de desenvolvimento dominado pela elite agrária (SANTOS, 2002) e que englobe os agrossistemas urbanos, relevantes para grandes centros, como a cidade do Rio de Janeiro (AQUINO & ASSIS,



2007). Assim, a Tabela 2 resume as problemáticas científica e do objeto de estudo do presente trabalho.

Tabela 2: Problemáticas científica e do objeto de estudo

PROBLEMÁTICA CIENTÍFICA	
Modelos existentes não respondem a todas as questões	Mont (2002), Lahti <i>et al.</i> (2018), CERDD (2008), de Gasparo (2017)
Limitado referencial da EFC e focado na Europa	Toulonge <i>et al.</i> (2017), IEEFC (2019)
PROBLEMÁTICA DO OBJETO DE ESTUDO	
Práticas insustentáveis do agronegócio que geram: desertificação e erosão dos solos, elevada utilização de água, perda de diversidade genética, desequilíbrio ambiental e introdução de resíduos químicos.	Kristiansen <i>et al.</i> (2006), Kristiansen <i>et al.</i> (2016), CERDD (2017), IFOAM (2015)
Luta contra a desnutrição e a fome mundiais.	Kristiansen <i>et al.</i> (2006), OECD (2008)
Necessidade de uma proposta mais ampla de bem-estar alimentar	CERDD (2017), HAYS (2017)

Fonte: Elaboração própria.

Diante disso, visa-se a responder a seguinte pergunta de pesquisa: **Como a EFC pode contribuir para a construção de trajetórias mais sustentáveis para iniciativas agroecológicas do Rio de Janeiro?** Inserida no contexto dos objetivos descritos na próxima seção.

## 1.2 Objetivos

Em face da problemática apresentada, o objetivo geral do presente trabalho é **analisar os modelos econômicos de iniciativas agroecológicas do Rio de Janeiro a fim de identificar possíveis trajetórias para a sustentabilidade à luz da EFC**. A partir desse objetivo geral serão traçados os seguintes objetivos específicos:

- Reconhecer o ecossistema em que se inserem as iniciativas, identificando atores, cadeia de valor e suas relações;
- Identificar externalidades positivas e negativas geradas por essas;
- Compreender sua relação territorial e seu perímetro de ação;

- Analisar as relações de trabalho empreendidas e suas consequências sobre a saúde dos trabalhadores;
- Avaliar os valores propostos e entregues;
- Sugerir possíveis trajetórias para um modelo direcionado à EFC em conjunto com dirigentes.

Dessa forma, objetiva-se obter resultados de relevância científica e prática (GIL, 2008). Espera-se contribuir para a construção teórica em constante expansão da Economia da Funcionalidade e da Cooperação através dos casos reais no contexto brasileiro. Além disso, fomentar a reflexão em torno da geração de alternativas de crescimento para as iniciativas que levem em conta o viés sustentável em seus três pilares.

A revisão bibliográfica empreendida possibilitou uma aproximação com a EFC que gerou um quadro referencial a partir do qual se puderam desenvolver visitas e entrevistas semiestruturadas. Não se objetivou criar uma prescrição sustentável por essência, mas fomentar a busca constante de articulação entre território e empresas, que concilie atividade econômica e desenvolvimento durável (BUCLET, 2014). Nesse sentido, a próxima seção descreve diferentes abordagens para o desenvolvimento sustentável, contextualizando o surgimento de novas propostas e a emergência da EFC.

### **1.3. Abordagens emergentes para o desenvolvimento sustentável**

Como pode uma empresa de energia cujo rendimento vem da venda do kWh estimular a redução do uso? Como pode uma montadora reduzir a utilização de aço se seu interesse é vender mais e mais carros? Nesses casos, o modelo de negócio implementado não permite uma convergência entre a performance ambiental e a performance financeira. Então como integrar a sustentabilidade ambiental, econômica e social à estratégia empresarial (SEMPELS & HOFFMANN, 2013)? Para analisar esse aspecto, esta seção discute algumas das principais abordagens atuais para o desenvolvimento sustentável, o que se faz necessário antes de que os principais conceitos da EFC sejam estabelecidos no próximo capítulo.

A consciência sobre a insustentabilidade do modelo atual tem incentivado a pesquisa sobre modos de produção e consumo alternativos (TOULORGE *et al.*, 2016). Há certo consenso em definir desenvolvimento sustentável como aquele que não compromete gerações futuras e que abrange três pilares fundamentais: econômico, social e ambiental. Nesse contexto, Almeida (2002) propõe a adoção de um paradigma capaz de guiar novas práticas. A Tabela 3 ilustra a

comparação de um paradigma cartesiano, associado ao modelo atual, com um paradigma sustentável, a ser adotado em novos modelos.

Tabela 3: Paradigmas cartesiano x sustentável

PARADIGMA CARTESIANO	PARADIGMA SUSTENTÁVEL
Reducionista, mecanicista, tecnocêntrico	Orgânico, holístico, participativo
Fatos e valores não relacionados	Fatos e valores fortemente relacionados
Preceitos éticos desconectados das práticas cotidianas	Ética integrada ao cotidiano
Separação entre o objetivo e o subjetivo	Interação entre o objetivo e o subjetivo
Seres humanos e ecossistemas separados, em uma relação de dominação	Seres humanos inseparáveis dos ecossistemas, em uma relação de sinergia
Conhecimento compartimentado e empírico	Conhecimento indivisível, empírico e intuitivo
Relação linear de causa e efeito	Relação não linear de causa e efeito
Bem-estar avaliado por relação de poder (dinheiro, influência, recursos)	Bem-estar avaliado pela qualidade das interrelações entre os sistemas ambientais e sociais
Ênfase na quantidade (renda)	Ênfase na qualidade (qualidade de vida)
Centralização de poder	Descentralização de poder
Especialização	Transdisciplinaridade
Ênfase na competição	Ênfase na cooperação

Fonte: Adaptado de Almeida (2002).

Assim, para que se possibilite um desenvolvimento sustentável, investimentos devem ser desacoplados do paradigma técnico atual, a inovação tecnológica e a utilização de matéria prima não devem centralizar o sistema econômico. Faz-se necessário um sistema tecnológico disruptivo que seja ecologicamente responsável e que centralize a inovação em investimentos imateriais (RICHARDSON *et al.*, 2001; DU TERTRE, 2008).

Em busca desse novo paradigma, a pesquisa acerca de alternativas sustentáveis procurou criar meios de desmaterializar a economia (STAHEL, 1997). Uma dessas correntes é a

Economia Circular (EC), que foca seus esforços em criar ciclos econômicos, de materiais e de energia de forma a ser regenerativo desde o projeto (MICHELINI *et al.*, 2017). Essa se concentrou inicialmente numa perspectiva ambiental que buscava a melhor utilização de matérias-primas (STAHEL, 2016).

A Economia Circular traz um pensamento crítico sobre a ciclicidade dos fluxos de materiais, e se baseia em três princípios: preservar o capital natural, otimizar recursos e incentivar a eficiência (MICHELINI *et al.*, 2017). Esses preceitos têm entrado na literatura de modelos de negócio como a proposição de uma forma de inovação ligada à preocupação ambiental, mas não compõem em si um modelo econômico ou um modelo de negócio (MICHELINI *et al.*, 2017).

A Fundação Ellen MacArthur, grande promotora da pesquisa acerca de EC, reconhece diferentes escolas de pensamento que se desenvolvem em torno da Economia Circular: *Cradle to Cradle*, *Performance Economy* (também conhecida como uma Economia da Funcionalidade), *Biomimicry* (Biomimética), Ecologia Industrial, Capitalismo Natural, *Blue Economy* e Design Regenerativo (EMF, 2017). Ao longo de sua evolução, novas visões e necessidades foram percebidas, hoje a literatura se ocupa com sua operacionalização em modelos de negócio sustentáveis (MICHELINI *et al.*, 2017; RITZÉN & SANDSTROM, 2017; BOCKEN *et al.*, 2014; KORHONEN *et al.*, 2018).

Nesse processo, a Agência do Meio Ambiente e da Gestão da Energia (Agence de l'Environnement et de la Maîtrise de l'Énergie - ADEME) francesa reconhece a EC como um sistema cíclico que influencia em três principais domínios de ação: ofertas e atores econômicos, demanda e comportamento dos consumidores, gestão de resíduos (ADEME, 2015). Nesse framework, a Economia Circular engloba sete pilares, dentre eles o Ecodesign, a Ecologia Industrial e a Economia da Funcionalidade, como ilustrado na Figura 1.

Assim, é possível perceber certa conexão entre as diferentes correntes, até mesmo com a Economia da Funcionalidade, posteriormente Economia da Funcionalidade e da Cooperação (TOULORGE *et al.*, 2016), tema central deste trabalho. Apesar disso, ADEME (2015) não se aprofunda na relação entre as correntes e ainda traz um foco sobre um dos pilares da sustentabilidade: o ambiental – sob uma orientação bastante direcionada à utilização mais eficiente de materiais. Nesse sentido, Korhonen *et al.* (2018) reconhecem a fragilidade da EC no meio científico e defendem uma definição mais ampla que leve em conta as três dimensões do desenvolvimento sustentável.

Figura 1: Sete pilares sob três domínios de ação da EC



Fonte: Adaptado de ADEME (2015).

Apesar dessa maior amplitude, reconhecendo as três dimensões, Korhonen *et al.* (2018) afirmam o intuito maior de analisar, em seu trabalho, o pilar ambiental da sustentabilidade, sugerindo o econômico e o social para projetos futuros. Assim, ainda se verifica uma lacuna no que diz respeito ao aprofundamento dos princípios do desenvolvimento sustentável em relação à pesquisa em Economia Circular.

O espaço de debate da EC ainda se alarga visando a mudanças sistemáticas que busquem resiliência e benefícios sociais e ambientais (EMF, 2017). Em oposição a um sistema linear “*make, use, dispose*” – fazer, usar e descartar (STAHEL, 2016), a Economia Circular já é reconhecida e incentivada por diversos governos, como China, Japão, Suécia, assim como pela União Europeia (KORHONEN *et al.*, 2018). Por isso, constitui hoje uma importante porta de entrada para a sustentabilidade e até mesmo para a adoção de outros modelos, como o PSS e a Economia da Funcionalidade e da Cooperação – EFC (DU TERTRE & VUIDEL, 2014).

Nesse sentido, Michelini *et al.* (2017) associa a noção de Economia Circular ao desenvolvimento de modelos de negócio do tipo Sistema Produto-Serviço (Product-Service System – PSS). Essa é uma outra corrente de estudos em direção à sustentabilidade, baseada em uma “servitização”. Em sua origem, notou-se uma associação de produtos e serviços, possivelmente pela necessidade de aproximação aos clientes, como uma expansão de mercado (LEDOYEN, 2015).

Diante da competição, serviços associados, como garantias ou reparos, passaram a representar diferenciação (LEDOYEN, 2015). Assim, a predominância dos serviços foi resultado da própria dinâmica industrial e das novas tecnologias (GIARINI & STAHEL, 1993). Nesse contexto, Vandermerwe & Rada (1988) definem servitização como a crescente oferta de “pacotes” de serviços e bens focados nas necessidades dos clientes, ou seja, um processo.

Na realidade, a separação entre setores se fundamentou sobre a forma prioritária que certas sociedades elegeram um desses como principal forma de criação de riqueza e bem-estar. Entretanto, a linha que separava a manufatura do serviço está desaparecendo (MONT, 2002.b; GIARINI & STAHEL, 1993). Giarini e Stahel (1993) propõem o aparecimento de uma “Economia do Serviço” que traz esse não como um setor, mas como uma atividade interpenetrante entre os diferentes setores, reconhecendo a função do serviço como predominante. Assim, enxergam essa nova perspectiva “servicial” como uma oportunidade de desacoplar o crescimento das empresas de uma lógica de utilização de recursos naturais.

Nesse processo de crescimento da oferta de serviços, Baines *et al.* (2007) consideraram o surgimento do PSS como um tipo de servitização. Manzini e Vezzoli (2003) defendem ainda uma definição próxima para PSS, como uma estratégia de inovação focando nas necessidades dos clientes através da associação de produtos e serviços desde seu projeto.

O estudo sobre PSS também reconhece a fragilidade de uma consideração ambiental por definição. Tukker (2004), por exemplo, defende uma inclinação à sustentabilidade, mas identifica diferentes tipos de PSS com maior ou menor potencial de desenvolver ofertas duráveis. Entretanto, Mont (2002) inclui essa inclinação ambiental já em sua definição, defendendo que o PSS deve sim ter um menor impacto ambiental que ofertas tradicionais do modelo industrial.

Nesse contexto, Ledoyen (2015) entende PSS como um tipo de servitização, que identifica como um *umbrella concept* (um conceito amplo que engloba outros). Além disso, reconhece o conceito de *Functional Service Economy* (Economia da Funcionalidade) trazido por Stahel (2010), incluindo modelos de negócio com menor impacto ambiental que internalizam custos do risco e do lixo, como um tipo de PSS orientado a uma função, melhor inserido numa perspectiva sustentável.

A corrente definida por Walter Stahel é o mais próximo de uma Economia da Funcionalidade e da Cooperação (TOULORGE *et al.*, 2016), objeto deste estudo, principalmente por trazer em sua definição um viés social através do trabalho. Entretanto, ainda

há limitada literatura mesmo sobre esse conceito de Economia da Funcionalidade mais amplo. Uma busca na base Web of Science por “Functional Economy” retorna durante o desenvolvimento desta pesquisa apenas os trabalhos de Bisiaux *et al.* (2014) e Maillfert e Robert (2017) se enquadrando na temática, ambos franceses.

Esses trabalhos sobre uma “Economia da Funcionalidade” de alguma forma englobam e consideram referências associadas à Economia da Funcionalidade e da Cooperação, por isso também serão inseridas ao longo do texto. A literatura sobre EFC encontra-se bastante concentrada em relatórios e intervenções do laboratório Análise do Trabalho e das Mutações das Indústrias e dos Serviços (ATEMIS), na França, tendo Christian du Tertre como seu principal expositor.

A inovação trazida pela EFC em relação aos outros modelos é uma maior ambição de concretizar a adequação às três dimensões da sustentabilidade – ambiental, social e econômica (CERDD, 2018). Essa busca soluções sistêmicas que transformem a forma de produzir e contratar (SEMPELS, 2017). Entretanto, seus casos estudados ainda estão concentrados na França.

Um de seus exemplos de intervenção é o Ecopolo Alimentar de Audruicq (brevemente descrito ao final do Capítulo 2), que transformou toda uma região francesa, trazendo prosperidade através da produção de alimentos saudáveis – o chamado bem-viver alimentar (HAYS, 2017). Nesse caso, houve uma forte integração com atores territoriais de maneira a modificar até mesmo o consumo. Por isso, esse caso inspirou a consideração da produção sustentável de alimentos no Rio de Janeiro, que será descrita no Capítulo 5.

Portanto, o presente trabalho tem também o intuito de prover uma sistematização do conhecimento acerca de Economia da Funcionalidade e da Cooperação, entendendo essa como uma nova corrente seguindo uma tendência de estudos sobre modelos sustentáveis. Por isso, o Capítulo 2 trará uma revisão da literatura acerca dos princípios da EFC, começando por sua origem e levando em conta o já exposto neste Estado da Arte. Antes disso, a fim de esclarecer os passos seguidos na construção desta dissertação, o próximo capítulo discorrerá sobre seu método.

## 1.4. Estrutura da dissertação

Este trabalho está dividido em capítulos que visam a organizar uma narrativa que reflita a pesquisa empreendida e que facilite a compreensão do leitor. Inicialmente, o Capítulo 1 busca contextualizar o campo de pesquisa, assim como estabelecer os objetivos aqui almejados.

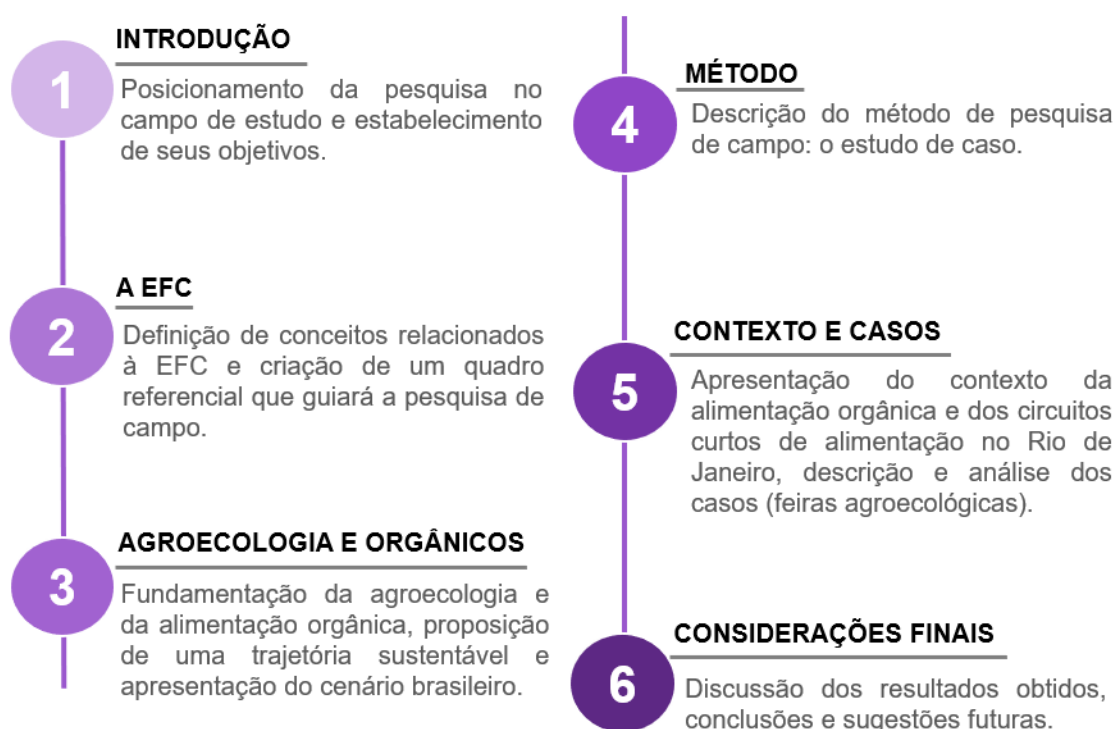
Os Capítulos 2 e 3 trazem uma estrutura teórico-conceitual sobre os dois campos de interesse que são sobrepostos na pesquisa de campo: a Economia da Funcionalidade e da Cooperação e a Alimentação Orgânica e/ou Agroecológica.

O Capítulo 4 descreve o método empreendido na pesquisa de campo: O Estudo de Caso. Os procedimentos tomados para coleta de dados são esclarecidos, assim como o processo até a análise e a tomada de conclusões.

O Capítulo 5 traz o contexto da alimentação orgânica no Rio de Janeiro, com alguns exemplos de empreendimentos na cidade, além da descrição e da análise dos casos das feiras agroecológicas da UFRJ e da Freguesia.

Logo após, o Capítulo 6 discute os objetivos alcançados pela pesquisa e traz conclusões e sugestões para trabalhos futuros. A Figura 2 esquematiza essa estrutura de forma que facilite sua compreensão.

Figura 2: Estrutura da dissertação



Fonte: Elaboração própria.



## 2. ECONOMIA DA FUNCIONALIDADE E DA COOPERAÇÃO

### 2.1. Origens

A Economia da Funcionalidade e da Cooperação se apresenta como uma nova proposta para o desenvolvimento sustentável. É um modelo econômico de empresa baseado na qualidade e não mais no volume de produção, os benefícios gerados aos usuários ganham mais importância que a posse dos bens. Fala-se, por exemplo, de mobilidade, em substituição à venda de um veículo, ou de conforto térmico, em substituição à venda de gás encanado (PINET, 2017).

É importante ressaltar que um modelo econômico de empresa, como proposto, extrapola a noção de uma única empresa e busca a construção de um ecossistema territorial [de cooperação] com diferentes atores. O modelo econômico compreende modelos de troca (contratualização), produção, financiamento, negócio (criação, entrega e captura de valor) e governança, atuando sobre um certo território. A própria definição de empresa aqui designa toda “organização de finalidade produtiva de bens ou serviços”, englobando empresas públicas e privadas, cooperativas, associações e outros (DU TERTRE, 2008; NOSPERGER, 2017)

Ainda nesse contexto, a Economia da Funcionalidade é abordada sob aspectos diversos e através de diferentes correntes de pensamento, na França e internacionalmente. As principais correntes atuais são a “Economia da Funcionalidade” defendida por Walter Stahel, os “*Product-Service Systems - PSS*” (Sistemas Produto-Serviço) encontrados em literatura inglesa e bastante difundida por Arnold Tukker e a “Economia da Funcionalidade e da Cooperação”, pesquisada por Christian du Tertre e pelo ATEMIS (laboratório francês Analyse du Travail et des Mutations dans l’Industrie et les Services). Existem inúmeros autores que abordam de alguma maneira essas correntes, convergindo ou divergindo mais em relação às demais, mas se sobrepondo em algum ponto (PINET, 2017).

Uma das primeiras definições da Economia da Funcionalidade é de Walter Stahel, que a descreveu como “um [modelo] que otimiza o uso (ou a função) de produtos e serviços e então o gerenciamento da riqueza existente (recursos, conhecimento e meio ambiente)” (STAHHEL, 1997, p. 91). Seu objetivo é o de criar produtos com alto valor de uso, que tenham longo tempo de vida e que usem o mínimo de recursos (materiais e energéticos). A ideia é de que haja maior eficácia na gestão dos produtos e das matérias-primas pelo fato de a propriedade desses ser mantida pelas empresas, principalmente se o distribuidor for o próprio fabricante (PINET, 2017).

As pesquisas acerca desse modelo se associam à gestão do ciclo de vida alinhada aos conceitos da Economia Circular, sendo a melhor utilização de recursos materiais uma grande preocupação (PINET, 2017). Uma base de funcionamento da Economia da Funcionalidade é a ideia de venda do uso dos produtos, em substituição à sua posse. Isso modifica os modelos de negócio e a cadeia de valor, trazendo benefícios ao meio ambiente através da diminuição da necessidade de recursos (STAHEL, 1997). A limitação dessa primeira corrente é ainda a manutenção de uma perspectiva industrial de produção e de comercialização do serviço, não reconhecendo a importância da relação com o cliente e entregando um serviço de certa forma padronizado (PINET, 2017).

A visão da Economia da Funcionalidade como a venda do uso em substituição à venda de um bem, numa lógica de servitização, tem origem em projetos de pesquisa conduzidos por engenheiros e gestores em contato com a definição de *Product-Service Systems (PPS)*. Esses primeiros trabalhos buscavam uma nova oportunidade de evolução dos modelos de negócio que pudessem criar oportunidade de crescimento para as empresas. Nesse primeiro momento, as questões ambientais não estavam tão presentes. Mais tarde, diversos autores ampliaram a noção de PSS a partir do ponto de vista de que a Economia da Funcionalidade busca uma estratégia de desvincular (*découpler*) o crescimento econômico do uso de recursos naturais (BUCLET, 2014; MONT, 2002.a; TUKKER, 2004; MICHELINI *et al.*, 2017).

As soluções do tipo associação produto-serviço inicialmente buscavam manter a competitividade de atividades industriais em declínio através da associação de serviços aos bens vendidos. Essas podem corresponder à simples associação de produtos a certos serviços ou efetivamente a soluções integradas orientadas a um resultado ou a um uso. Essas últimas desenvolvem ofertas que mais se aproximam da proposta atual da Economia da Funcionalidade, mas ainda de maneira limitada, levando em conta a capacidade de mensurar resultados monetizáveis e não se atentando para a dimensão imaterial (PINET, 2017).

Representando um novo passo na pesquisa acerca dos modelos sustentáveis, a Economia da Funcionalidade e da Cooperação (EFC) mergulha mais profundamente nos três pilares fundamentais da sustentabilidade, além de englobar conceitos das demais correntes, traz novas questões, ampliando o debate e mostrando-se a mais ambiciosa em termos de mudança em relação ao modelo atual (PINET, 2017). Sua origem se relaciona às mutações do trabalho ocorridas devido ao modelo atual de produção e à servitização através de um viés ergonômico, portanto bastante relacionada ao pilar social. O modelo se baseia na construção de soluções

integradas, relacionando bens e serviços, apoiadas em uma reconfiguração da dinâmica de produção (TOULORGE *et al.*, 2016).

O surgimento da Economia da Funcionalidade e da Cooperação teve influência dos movimentos em direção à sustentabilidade, mas foi desenvolvido no início dos anos 2000 por Christian du Tertre e pelo ATEMIS, laboratório de estudo e intervenção em ergonomia e economia. Por isso, se destaca entre outros modelos principalmente no quesito social, levando em conta a dimensão do trabalho e da cooperação, que geram bem-estar aos cidadãos (TOULORGE *et al.*, 2016; DU TERTRE, 2013).

A demanda por um novo modelo econômico surgiu do acompanhamento de empresas. Diante da necessidade da criação de novas formas de crescimento econômico, desvinculadas da utilização de recursos naturais, empresas como Gaz de France (fornecedora de gás para aquecimento residencial que passou a vender “conforto térmico” como solução integrada) procuraram o laboratório (CLUB EF&DD, 2017).

Nesse contexto, foi criado um espaço de discussão e promoção da EFC entre pesquisadores e empresas, o Clube Economia da Funcionalidade e Desenvolvimento Durável – Club EF&DD (CLUB EF&DD, 2011; TOULORGE *et al.*, 2016). Mais tarde, em 2014, o clube participou da criação do Instituto Europeu da Economia da Funcionalidade e da Cooperação – IEEFC (CLUB EF&DD, 2017). Essa vinculação da EFC à ação ergonômica já explica uma forte inclinação de seus pesquisadores à prática, sendo a ergonomia já definida por Daniellou e Béguin (2007) como “uma disciplina de ação”, “que não se contenta em produzir um conhecimento sobre as situações de trabalho”.

As soluções integradas propostas passam por uma dinâmica diferente de construção, apoiada no valor de recursos imateriais, e reconhecem as condições de mobilização através da cooperação. O foco muda do valor de troca para o valor de uso, criando diferenciação estratégica através da proposição de valor criada pela empresa junto a seus funcionários, clientes e fornecedores: uma coprodução. Busca-se uma convergência de interesses através de acordos recíprocos entre empresas e stakeholders, o que induz a melhor percepção do território (BENQUÉ *et al.*, 2014).

A EFC propõe reexaminar modelo de negócio (criação, distribuição e acumulação de valor) e modelo econômico (condições de transformação das várias dimensões econômicas em valor monetário) das empresas (BENQUÉ *et al.*, 2014). Leva em conta as novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC) na concepção de maneiras originais de articular agentes

públicos e privados, clientes e o território, com uma abordagem sistêmica e alinhada ao desenvolvimento sustentável (DU TERTRE, 2010).

Como representa um processo de construção contínua diferente do atual, encontra dificuldade de implementação e talvez tenha um caminho de adaptação facilitado pela Economia Circular, que, a princípio, não demanda grandes transformações no sistema produtivo, se baseando numa perspectiva tecnológica de otimização. Apesar de deixar de lado algumas preocupações da EFC, pode representar uma trajetória de acesso às empresas que buscam se adaptar às crescentes demandas sustentáveis (DU TERTRE & VUIDEL, 2014).

Neste capítulo, pretende-se definir conceitos chaves para a construção de uma Economia da Funcionalidade e da Cooperação, o que exigirá a exploração de interfaces com outros campos de pesquisa, como a análise do trabalho e os modelos de negócio [sustentáveis]. É importante sinalizar que a construção se baseará tanto na literatura francesa sobre a EFC quanto em outras fontes sobre uma Economia da Funcionalidade menos específica. Assim, esses conceitos serão construídos nas próximas seções e, ao final, comporão um quadro conceitual sintetizado.

## 2.2. Definição e tipologia

A Economia da Funcionalidade costuma ser definida como a proposição da venda do uso de um bem em substituição à venda desse em si. A ideia é que a empresa venda o uso de um suporte físico, mas que mantenha a propriedade sobre esse durante todo seu ciclo de vida (BUCLET, 2014). A Economia da Funcionalidade oferece uma alternativa ao modelo industrial tradicional, propõe uma nova criação de valor. Os bens são retirados das transações, dando lugar a soluções integradas, à relação com o cliente e ao valor de uso, valorizando o componente imaterial da oferta (PINET, 2017). A Tabela 4 traz algumas definições para a Economia da Funcionalidade:

Tabela 4: Definições de Economia da Funcionalidade

DEFINIÇÃO	REFERÊNCIA
A Economia da Funcionalidade é o "estágio avançado" da economia de serviços. Baseia-se no desenho de soluções que ligam, de forma integrada, produtos e serviços para atender às expectativas de domicílios ou empresas, integrando novos requisitos ambientais e sociais.	Du Tertre (2010, p. 4)

A Economia da Funcionalidade consiste em fornecer a empresas, indivíduos ou territórios soluções integradas de serviços e bens que repousem sobre a venda de uma performance de uso ou de um uso, não mais sobre a simples venda de bens. Essas soluções devem permitir um menor consumo de recursos naturais dentro de uma perspectiva de economia circular, um maior bem-estar das pessoas e um desenvolvimento econômico	ADEME <i>et al.</i> (2017, p. 6), <a href="http://www.ieefc.eu/">www.ieefc.eu/</a>
A Economia da Funcionalidade, que otimiza o uso ou a função de bens e serviços, concentra-se na gestão da riqueza existente, sob a forma de bens, conhecimento e capital natural. O objetivo econômico é criar o maior valor de uso possível pelo maior tempo, consumindo o mínimo de recursos materiais e energia.	Stahel (2006, p. 145)
A EFC consiste em colocar a “razão de ser” ( <i>raison d’être</i> ) da empresa em coerência com a oferta que propõe, produz, vende e contrata, tudo numa dinâmica de permanente evolução para uma maior eficiência econômica.	Sempels (2016, p. 23)

Fonte: Elaboração própria.

A partir das definições, é possível estabelecer alguns pontos chave de interseção, como o valor de uso, a economia servicial e a otimização dos recursos, com a percepção dos três pilares da sustentabilidade. Buclet (2014) faz ainda uma ressalva sobre a existência de diferentes formas de manifestação para a Economia da Funcionalidade. Defende que, a partir de uma tipologia, se podem distinguir os casos mais favoráveis a uma inovação incremental daqueles mais favoráveis a uma inovação radical, identificando as configurações que realmente vão de encontro ao desenvolvimento sustentável. A Tabela 5 apresenta essa tipologia proposta.

Tabela 5: Tipologia Economia da Funcionalidade

TIPO	EXPLICAÇÃO	EXEMPLOS (FRANCESES)
1	Vender o uso de um bem e não o próprio bem.	Solução <i>Michelin Fleet Solution</i> : pagamento pelo quilômetro efetivamente percorrido em vez de pelo pneu.
2	Recriar um bem para uma nova forma de uso.	Empresa <i>Vélib'</i> : bicicletas concebidas para o uso compartilhado; cobrança por tempo de utilização.
3	Recriar o perímetro de uma atividade e então redefinir seus suportes físicos que permitam entregar a oferta.	Empresa <i>Signature</i> : redefinição de suportes físicos (substituição de simples placas e painéis pelos meios mais adequados à realidade de cada cliente/ local) que otimizem a disponibilização de informações que impactem a circulação urbana (engarrafamentos, meteorologia, ...).
4	Ofertar um serviço baseado na multimodalidade de suportes físicos	Empresa <i>Xerox</i> : clientes pagam por cópia feita, não pela impressora ou por seu aluguel; disponibilização de serviço inteligente de impressão de documentos eletrônicos, mas

		também do scanner como meio de digitalização e redução do número de cópias.
5	Ofertar uma função que responda a necessidades em uma escala territorial	Oferta de mobilidade: uma solução que ultrapassa a escala individual e se baseia na multimodalidade dos meios de transporte sobre um território.
6	Cocriar uma função (e seu suporte físico) em associação com o beneficiário, possivelmente favorecendo a produção local.	Projeto <i>Usinette</i> : baseando-se no princípio de Fab Lab (plataforma aberta de criação e prototipagem), proporciona aos indivíduos o envolvimento na produção de bens do seu próprio cotidiano, compartilhando recursos com uma rede de atores.

Fonte: Adaptado de Buclet (2014)

Dessa forma, defende a ideia de que a Economia da Funcionalidade não deve ser considerada de forma absoluta como uma estratégia sustentável. Na verdade, almeja modelos de negócio que, sob certas condições, podem gerar ofertas que se desenvolvam de forma favorável à redução dos recursos utilizados e à preservação do meio ambiente (BUCLET, 2014).

Nesse contexto, Van Niel (2014) também identifica casos em três categorias: consumo coletivo, venda da função do uso, contratualização de um resultado. Propõe então a identificação de mecanismos institucionais e organizacionais que possam apresentar vantagem, principalmente sob um ponto de vista ambiental, em relação ao modelo clássico de venda. Assim, ainda se faz necessária a reflexão sobre quais são essas ofertas que mais se aproximam das necessidades atuais por mudanças econômicas, ambientais e sociais

Nesse sentido, o Instituto Europeu da Economia da Funcionalidade e da Cooperação (Institut Européen de l'Économie de la Fonctionnalité et de la Coopération – IEEFC) apresenta a Economia da Funcionalidade e da Cooperação como uma proposta de integração dos pontos levantados, levando em conta o lugar humano na produção e a ancoragem territorial. Os principais pontos da EFC, segundo o instituto, são (IEEFC, 2018):

- A gestão das externalidades;
- O desenvolvimento de recursos intangíveis;
- O estabelecimento de organizações reflexivas;
- A mutualização dos meios de produção;
- A construção de ecossistemas cooperativos;
- Avaliação da cooperação no centro da governança;

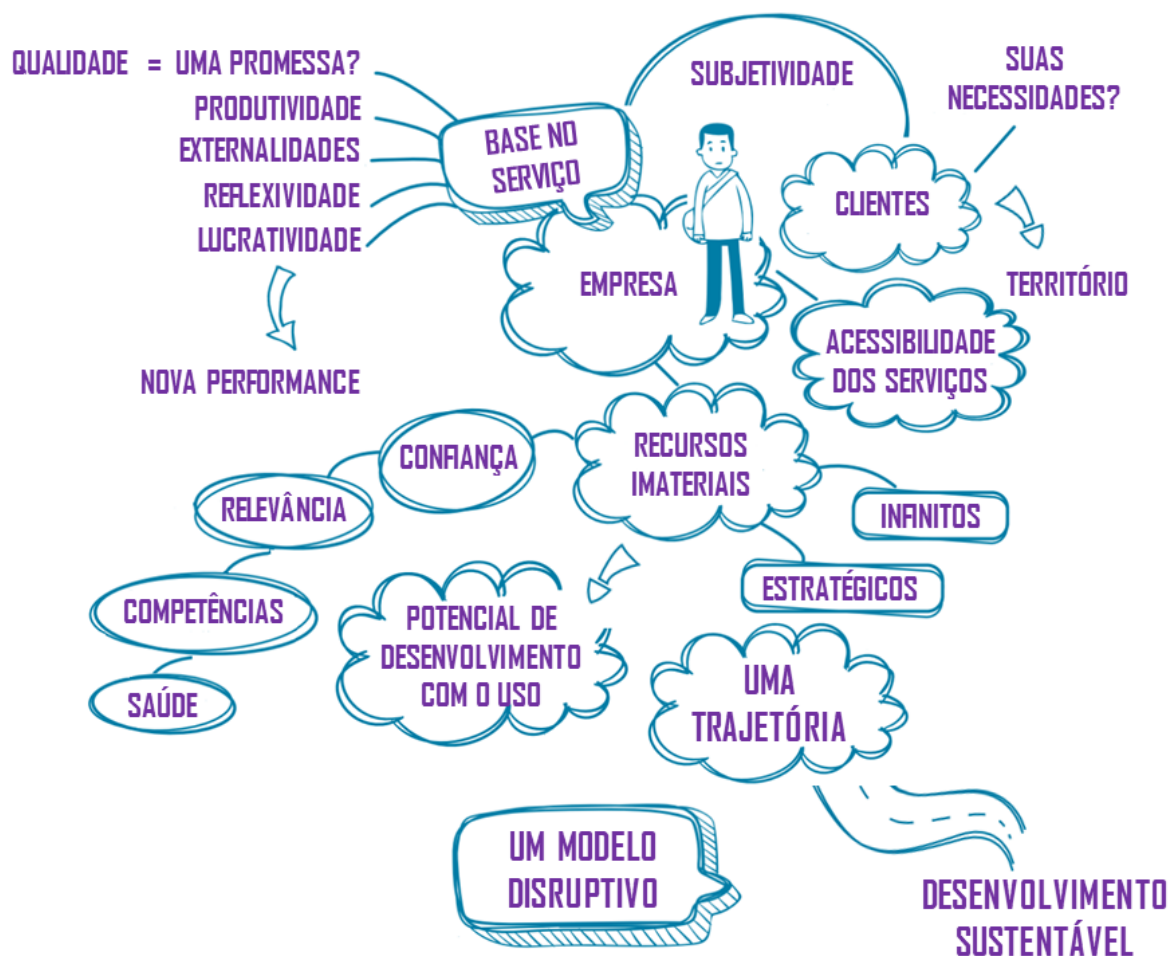
- O desenvolvimento de modos de contratação não mercantis;

Esses principais pontos, diferentemente organizados como “princípios de base”, comporão os tópicos da próxima sessão, que os detalha de forma a construir uma estrutura conceitual que dê subsídio à análise dos casos propostos posteriormente.

### 2.3. Princípios de base

A Economia da Funcionalidade e da Cooperação é então um estado avançado de uma economia servicial, fundada na concepção de soluções que aliem bens e serviços levando em conta necessidades locais e exigências ambientais e sociais (DU TERTRE, 2012). A Figura 3 ilustra e sintetiza seus paradigmas e as próximas seções trarão seus princípios de base que subsidiarão a criação de um quadro conceitual, visando à orientação da posterior pesquisa de campo.

Figura 3: Ilustração paradigmas EFC



Fonte: Adaptado de BENQUÉ *et al.* (2014)

### 2.3.1. O valor de uso

Numa economia industrial, o valor dos produtos é monetarizado, interessa-se por quanto se pode ganhar em termos de dinheiro a partir da venda. (STAHEL, 1994). Assim, para esse modelo, produtos existem materialmente e são trocados, o que gera necessidade de grandes volumes de venda e de certa padronização (GIARINI & STAHEL, 1993). Isso resulta em divergências de interesses entre clientes e empresas, como ilustrado pela Tabela 6 (DAMESIN, 2013).

Tabela 6: Divergências entre interesses de clientes e empresas

O QUE PROCURAM OS CLIENTES	O QUE PROPÕEM AS EMPRESAS
Um produto a um preço justo.	Um maior custo de venda possível.
Um produto confiável, de qualidade e adaptado a suas necessidades.	Um menor custo de fabricação possível, uma padronização.
Um produto durável.	Uma obsolescência programada.

Fonte: Adaptado de Damesin (2013).

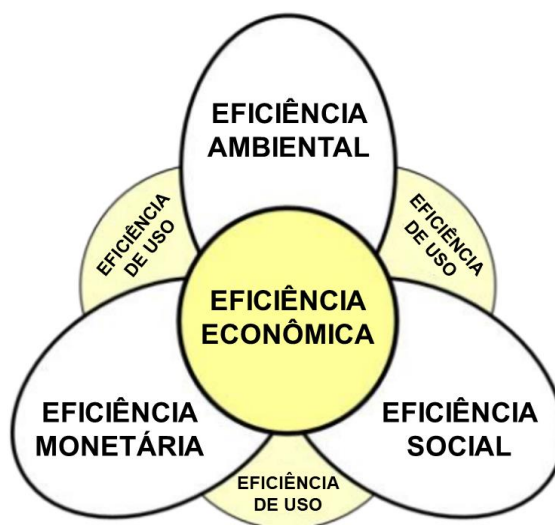
Numa economia de serviço, por outro lado, interessa-se pelo valor de um produto em utilização, pela função que esse serve e como essa pode ser mantida e otimizada no tempo (STAHEL, 1994). Para o modelo servicial, produtos têm uma performance e uma utilização real inseridos num sistema integrado. Essa nova dinâmica exige uma nova forma de avaliação da performance econômica (GIARINI & STAHEL, 1993).

Se, no modelo industrial, o valor é identificado baseado em custo de fabricação; no novo modelo, ocorre em termos de resultados da utilização (GIARINI & STAHEL, 1993). Esse fenômeno exige uma avaliação que não pode ser medida somente em números, é fundamentada em “julgamentos de valor” construídos por um coletivo, uma interpretação menos quantitativa e mais qualitativa (DU TERTRE, 2017).

O conceito de razão de ser (*raison d'être*) representa a finalidade de um coletivo, orientando ações e decisões. A eficiência econômica consiste em afirmar a razão de ser de uma empresa enquanto otimiza a utilização de recursos materiais e imateriais (eficiência do uso), conforme Figura 4. Essa eficiência do uso passa pela preservação de recursos naturais (eficiência ambiental), pela geração de bem-estar individual e coletivo (eficiência social) e pela capacidade de se sustentar (eficiência monetária) (SEMPELS, 2017).



Figura 4: Eficiência econômica



Fonte: Adaptado de Sempels (2017).

A Economia da Funcionalidade e da Cooperação consiste num modelo econômico de empresa que visa ao aumento de eficiência econômica através da reconfiguração dos processos de criação, produção, distribuição, apropriação e monetarização do valor. Nota-se que essa ambição passa pela eficiência do uso tomada em todas as fases do ciclo de vida, ou seja, engloba a razão de ser e as práticas de agentes internos e externos às empresas (SEMPELS, 2017). É um sistema econômico de transações e de produção que visa à eficácia de utilização de recursos e à diminuição de impactos ambientais por todo o ciclo de vida dos produtos, buscando o bem-estar dos indivíduos (PINET, 2017).

A criação de valor se apoia sobre a concepção de uma solução integrada coerente com a razão de ser da empresa e visando à eficiência econômica. Isso consiste em integrar recursos materiais e imateriais em uma oferta cuja desintegração penalizará sua eficiência. Diferente do que ocorre nos modelos econômicos clássicos, em que há a venda de produtos, serviços, ou associações dos dois, agora a desassociação dos recursos da oferta gerada terá consequências sobre a eficiência. Se é exatamente a integração que gera valor para a oferta, os recursos imateriais ganham ainda maior importância na concepção de um **valor de uso** (SEMPELS, 2017).

A produção de valor na Economia da Funcionalidade repousa sobre uma nova organização do trabalho, sobre a realocação de recursos estratégicos e sobre a reconfiguração das formas de governança. Essa se apoia fortemente na cooperação entre as partes internas e externas e produz a oferta em constante aprimoramento (SEMPELS, 2017).

A distribuição e a apropriação do valor produzem uma nova dinâmica para a relação com os clientes. A empresa não mais simplesmente vende um produto ou um serviço, mas se engaja e interfere na forma de distribuição e apropriação junto ao cliente. Há preocupação para não apenas fornecer meios de satisfação de uma necessidade, mas para reconhecer as implicações dessas necessidades, os efeitos gerados, de uma maneira mais sistêmica (SEMPELS, 2017).

A transformação do valor real criado em valor monetário (monetização) exige novas formas de contrato. O valor monetário é geralmente atribuído aos efeitos sistêmicos produzidos pela solução proposta. Um olhar mais abrangente sobre o ganho de eficiência econômica, em suas dimensões monetária, ambiental e social, é integrado ao processo de avaliação e do valor real da oferta (SEMPELS, 2017).

Empresas funcionando sob o modelo da Economia da Funcionalidade têm o objetivo de obter ganho monetário a partir de valor adicionado ou custos ou impacto reduzido a certo processo de satisfação de necessidades do beneficiário. A preocupação deixa de ser o aumento das vendas que leve ao aumento dos lucros, passa a ser o aumento do valor da oferta (em termos de redução de externalidades negativas ou aumento de externalidades positivas), que possibilita ganhos desassociados da ideia de volume, atrelado à ideia de qualidade (ADEME *et al.*, 2017).

Entende-se valor não mais por uma quantidade monetária, mas por dimensões integradas e interdependentes: a qualidade do valor de uso (utilidade, acessibilidade e coprodução), a produtividade (redução de recursos utilizados), as externalidades (efeitos externos positivos ou negativos resultantes da atividade), a reflexividade (efeito da atividade sobre a própria empresa e seus recursos) e a rentabilidade (relação entre essas que permite a aquisição de um valor monetário). Por isso necessita-se de novas formas de organização e contratação, pelo reconhecimento das formas de avaliar a atividade sob um novo paradigma produtivo inserido no desenvolvimento durável (DU TERTRE, 2017; HUBAULT, 2015).

Nesse contexto, o território em que as empresas estão inseridas ganha importância. É preciso considerar sua interação com esse, principalmente na forma de externalidades (MAILLEFERT & ROBERT, 2017). Deve-se identificar a influência das atividades em seus arredores (outras empresas, atores públicos, consumidores) e, então, estimular efeitos positivos e reduzir efeitos negativos (ALMEIDA, 2002).

Assim, a percepção do valor de uso faz emergir novas questões. Exige-se uma forte cooperação entre atores territoriais desde a concepção da oferta, o que gera efeitos sobre a

própria atividade – reflexividade (SEMPELS, 2017). Isso faz com que a dimensão imaterial da produção seja central no processo e deva ser otimizada, conforme discutido na próxima seção.

### 2.3.2. *A dimensão imaterial*

Em uma economia de serviço, a valorização das ofertas se dá através da qualidade de atendimento a certas necessidades dos clientes e do território (STAHEL, 1994; MAILLEFERT & ROBERT, 2017). Essa qualidade é definida por um funcionamento sistêmico em constante otimização ao longo do tempo (STAHEL 1994). Para isso, recursos tangíveis e intangíveis são associados na concepção de uma oferta (TUKKER & TISCHNER, 2006).

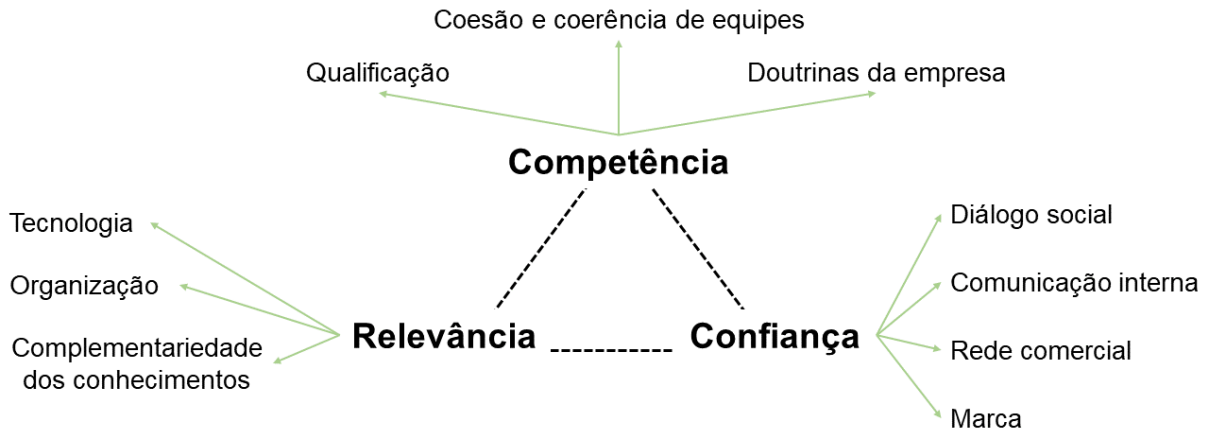
Assim, a valorização da componente imaterial é vista como essencial, apoiada pela cooperação entre os atores do sistema produtivo, assim como pela transformação do trabalho (PINET, 2017). A confiança desenvolvida entre empresa e cliente, a pertinência da solução co-criada e o conhecimento gerado através da prática conjunta se tornam os recursos chave na busca pela eficiência econômica. Os recursos imateriais se posicionam então no centro desse novo modelo econômico (SEMPELS, 2017).

Historicamente, levam-se bastante em conta os recursos mobilizados na produção de produtos ou serviços em análises econômicas, mas principalmente em forma de matéria-prima ou de força de trabalho humano. Esses recursos são facilmente mensuráveis e costumam ser apreendidos em sua única dimensão material: quilos de metal, horas de trabalho, etc (DU TERTRE, 2013).

Entretanto, desde os anos oitenta, a transição para uma economia do serviço se apoia cada vez mais no aprendizado inteligente, na virtualização, na desmaterialização e na transparência (EMF, 2017). O surgimento das NTICs (novas tecnologias da informação e da computação) também tem mobilizado cada vez mais os recursos ditos imateriais para a produção de bens e serviços (DU TERTRE, 2013).

Assim, as “atividades imateriais e relacionais” são aquelas que dão suporte à produção/ entrega de um produto ou de um serviço, mas não são tangíveis nem mensuráveis e não seguem um regime de acumulação tradicional, como a educação, a formação, a cultura, a saúde, entre outros (DU TERTRE, 2002). Esses recursos imateriais, chave para a construção de uma Economia da Funcionalidade e da Cooperação, se instalam em três registros de ativos principais: competências, confiança e relevância, como ilustra a Figura 5, além da saúde (DU TERTRE, 2013).

Figura 5: Ativos imateriais da produção



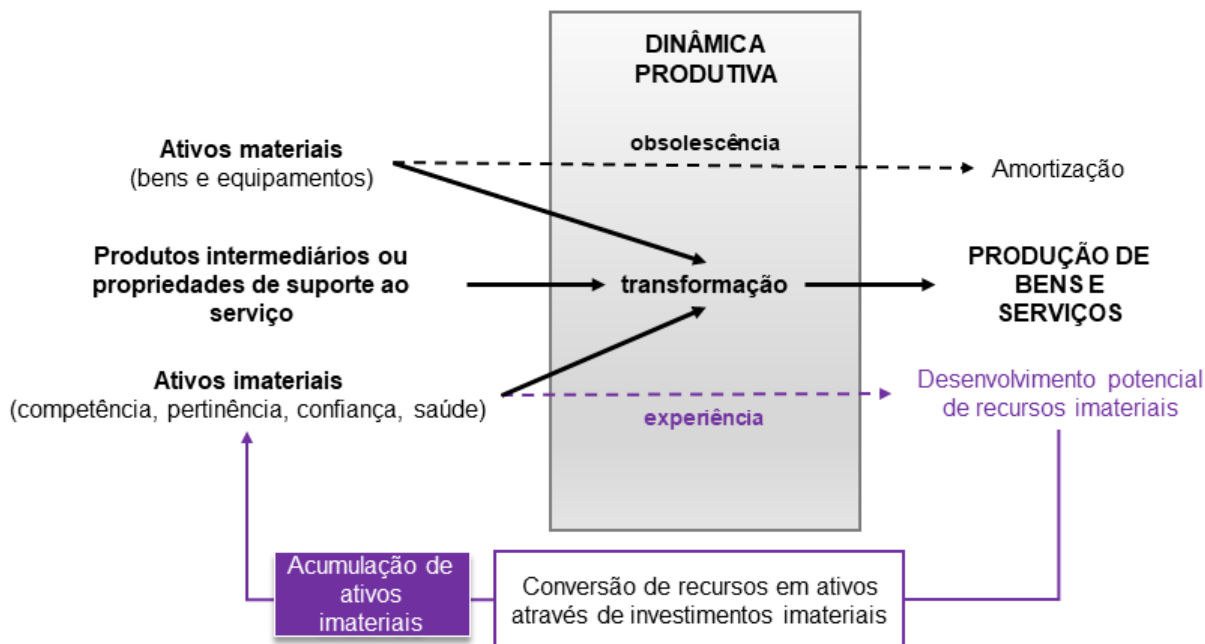
Fonte: Adaptado de du Tertre (2013).

Esses recursos são cada vez mais estratégicos para as empresas, em particular para aquelas que visam a atividades segundo o modelo da Economia da Funcionalidade. Desenvolvem-se com o uso e a experiência adquirida ao longo da produção de bens ou serviços os refina. Diferente dos recursos materiais, esses não apresentam problema de usura, apesar de ainda poderem apresentar inadequação e obsolescência (DU TERTRE, 2013; SEMPELS, 2016).

Se os ativos imateriais se desenvolvem na experiência, devem-se identificar os meios pelos quais se pode incentivar sua mobilização e reforçar sua adequação. Para que ativos sejam gerados a partir do desenvolvimento dos recursos imateriais, são necessários investimentos, dentre os quais três são identificados como indispensáveis: a avaliação, a profissionalização e a inovação (DU TERTRE, 2013; DU TERTRE, 2008). A Figura 6 esquematiza a metamorfose dos recursos em ativos imateriais.

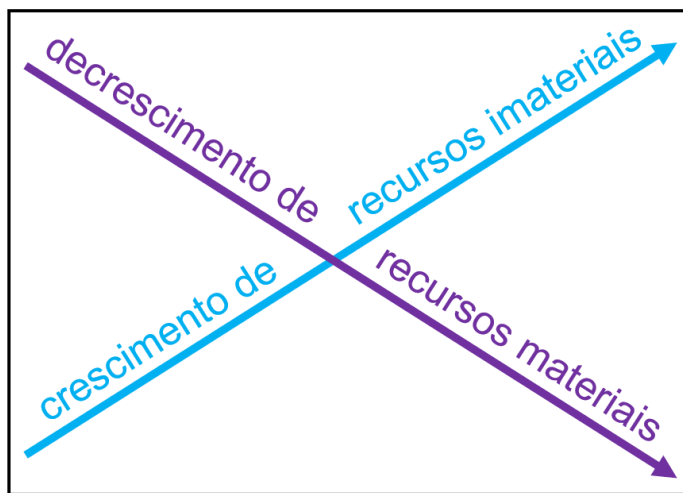
Uma dificuldade trazida pela centralidade dos recursos imateriais diz respeito a sua mensuração, muito presente no modelo industrial. Novos conteúdos profissionais e novas formas de avaliação devem ser desenvolvidas, conforme mais bem discutido na seção 3.3.5. Entretanto, é importante reconhecer esse mecanismo de investimento que gera ativos para empresas, funcionários, beneficiários e territórios. As soluções geradas sob um modelo da Economia da Funcionalidade e da Cooperação tendem a seguir um mecanismo de queda dos recursos materiais e ascensão dos recursos imateriais, o chamado efeito tesoura, representado na Figura 7 (DU TERTRE, 2008).

Figura 6: Desenvolvimento de ativos imateriais



Fonte: Adaptado de du Tertre (2008).

Figura 7: Efeito tesoura



Fonte: Adaptado de Du Tertre (2008)

Levando em conta uma ideia de reflexividade, da ação refletindo nela mesma, o crescimento dos recursos imateriais gera sua própria valorização, já que esses recursos se desenvolvem com o uso, ao contrário dos materiais. Esse novo paradigma transforma as ofertas, que têm mais potencial para criar um “valor compartilhado”, conectando sociedade e progresso econômico. A inovação não se restringe mais ao interior das empresas, tendo seu perímetro de ação ampliado (BOCKEN *et al.*, 2015; DU TERTRE, 2013).

É possível perceber como a consideração dos recursos imateriais impacta toda a dinâmica dos negócios empreendidos. Por isso, considera-se uma nova lógica de desenvolvimento das ofertas, apoiada no valor de uso criado, a lógica servicial. Assim, a próxima seção discute essa alternativa e sua relação com a consideração do ciclo de vida dos produtos.

### 2.3.3. *Lógica “servicial” e lógica “ciclo de vida”*

A lógica servicial coloca o serviço no centro da criação de valor, focando nos efeitos úteis criados aos clientes e ao conjunto de atores locais. Uma solução fortemente ancorada em recursos imateriais se apoia sobre um suporte material. Sendo assim, necessita-se de um engajamento coletivo de beneficiários numa coprodução que prioriza a qualidade das ofertas, abandonando uma lógica de padronização e aumento de volume (ADEME, 2017).

Tendo a dimensão imaterial no centro da criação de valor, faz-se preciso repensar o processo produtivo e o modo de gestão de forma a maximizar esses recursos estratégicos. Refere-se assim aos investimentos imateriais, já que a própria produção gera efeitos reflexivos, podendo incentivá-los ou desestimulá-los. São gerados efeitos imediatos, que impactam direta e rapidamente a produção, e mediatos, que são mais dificilmente percebidos e têm um tempo de resposta mais longo. Esses últimos são chave para uma organização que busca se desenvolver sob a lógica servicial (SEMPELS, 2016; HUBAULT, 2017).

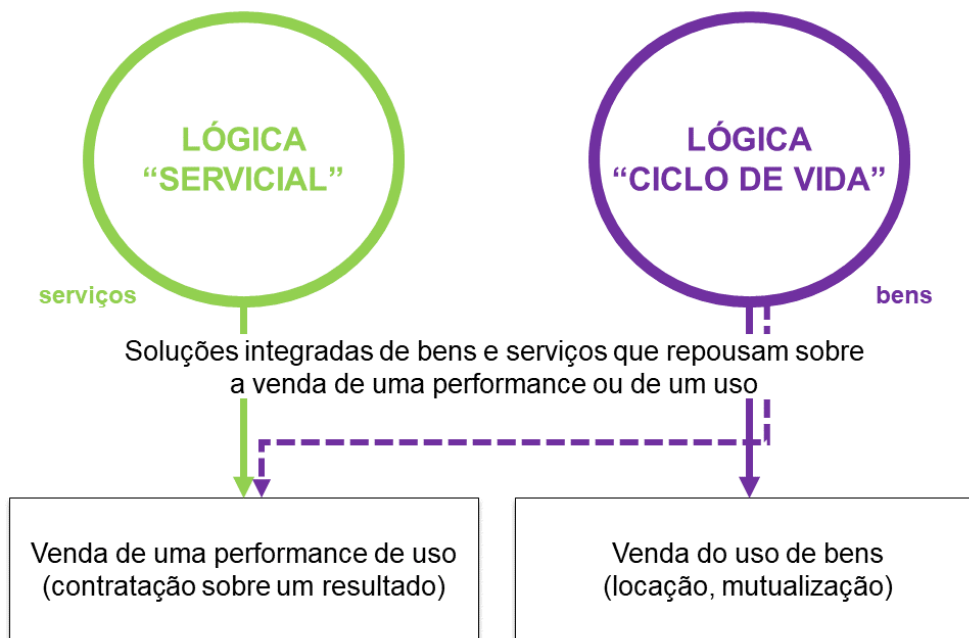
Outra lógica na qual se apoiam ofertas segundo a Economia da Funcionalidade e da Cooperação é a lógica do ciclo de vida, correspondente à otimização da utilização de bens materiais. Não mais tendo esses como os principais criadores de valor, sim como o suporte a um serviço essencial, espera-se que se torne natural haver uma melhor gestão dos recursos, que costumam ser mantidos sob propriedade das empresas. Buscam-se fluxos circulares que aumentem a duração de sua vida útil, o que faz evoluir o modelo de negócio e a inovação tecnológica focados na durabilidade (ADEME, 2017).

A Figura 8 esquematiza a relação entre essas duas lógicas, que se entrelaçam em direção à integração de bens e serviços na geração de um **valor de uso**, que pode ser contratualizado em forma de uma performance final ou de um simples acesso (ADEME, 2017; SEMPELS, 2016).

Cabe destacar que a “relação servicial” pode ser mais ou menos central na prestação de um serviço. Existem ofertas em que uma relação só é estabelecida frente a um mal funcionamento, que exige a interação do cliente com o prestador, como no transporte coletivo

(metrô, trem, ônibus...). Entretanto, existem serviços que exigem uma relação para sua própria realização, mas que ainda podem ter menor ou maior “intensidade relacional” (DU TERTRE, 2002).

Figura 8: Lógicas servicial e ciclo de vida



Fonte: Adaptado de ADEME *et al.* (2017).

A relação acontece de diferentes maneiras, formais ou informais. Por um lado, pode ocorrer apenas durante a prestação, tendo o tempo como uma medida monetária, como para um conserto de geladeira ou carro, por exemplo. Por outro lado, o serviço pode também exigir uma relação de proximidade, confiança e trocas mais constantes que mudam a própria dinâmica interna da empresa, o que ocorre na construção de soluções segundo a EFC (DU TERTRE, 2002). Nesse sentido, faz-se necessária a materialização de uma forte cooperação, que será discutida no próximo tópico.

#### 2.3.4. A cooperação

A Economia da Funcionalidade é uma economia de serviço que repousa sobre uma relação de serviço gerada a partir da concessão de um “pacote” produto-serviço, sob uma “transação servicial” (BUCKET, 2014). As ofertas geradas se baseiam na venda de uma performance de uso, que pode repousar fortemente sobre efeitos imateriais, como a saúde das pessoas ou a capacidade de relacionar-se. Assim, essas podem se estender a um ecossistema cooperativo que produza uma performance ambiental, social e econômica sobre um dado território (PINET, 2017).

A própria natureza das soluções geradas exige a colaboração entre os atores, que fomenta aprendizagem e abre espaço para sua melhora. O contato da empresa com clientes e fornecedores, assim como sua própria dinâmica interna, permite alargar sua área de atuação, gerando constante evolução e um crescimento econômico desvinculado da utilização de recursos materiais (SEMPELS, 2017). Nesse sentido, é essencial “pensar o que é necessário implementar para se construir uma equipe ou um coletivo unido para trabalhar junto” (DEJOURS, 2012, p. 76), a cooperação.

O trabalho coletivo é um elo entre as capacidades do indivíduo e sua contribuição à cultura e à política (o viver social). Esse reúne as inteligências singulares em uma dinâmica comum. O binômio coordenação/ cooperação teoriza a diferença entre o prescrito e o efetivo. A coordenação representa a prescrição de um trabalho coletivo, enquanto a cooperação representa o trabalho coletivo efetivo (DEJOURS, 2012).

Le Boterf (1997) já definia a competência coletiva como algo que não se reduziria à soma das competências individuais, mas que se construiria a partir da interação entre essas durante a experiência do real. Da mesma forma, Calvez e Dolidon (2014) também notam a construção da competência coletiva na prática do trabalho em busca de um objetivo coletivo.

Entretanto, o desenvolvimento industrial levou a uma grande especialização do trabalho que valoriza a coordenação como uma forma de organização. Essa dinâmica possibilita a instauração de rotinas que intensifiquem o trabalho dos operadores, o que foi por muito tempo o centro da produtividade das empresas. Assim, a coordenação refere-se à convergência de atividades, à sincronização de tempos, competências e espaços. Essa se funda na prescrição, porém, para preencher a lacuna entre o prescrito e o real, o trabalhador precisa se apoiar na atividade do outro e empreender atividades não previstas, um primeiro processo de cooperação (DU TERTRE, 2013; DEJOURS, 2008).

A cooperação acontece quando as atividades de um trabalhador interferem na de outro, levando à preocupação com suas expectativas e à interpretação das razões que o levam a se comportar de tal maneira (DU TERTRE, 2013). Esse processo pressupõe que se conheçam as atividades dos colegas, que não são visíveis. Assim, é necessário que os trabalhadores as tornem visíveis através de uma retórica inteligível para os demais. Isso exige não apenas esforço, mas também confiança, um desafio ao trabalho coletivo (DEJOURS, 2012; DEJOURS, 2008).

Cooperar pressupõe discutir, debater sobre os modos operatórios favoráveis e desfavoráveis ao trabalho coletivo. A controvérsia permite ao coletivo evoluir, mas esse espaço



de deliberação busca um consenso sobre o que deve ser prescrito e o que convém fazer. Quando a discussão se torna estéril e sem fim, deve haver uma arbitragem. Essa precisa ser fundada na noção de autoridade entre chefe e subordinados, o que a torna um elo frágil, que pode causar frustrações e ressentimentos prejudiciais (DEJOURS, 2012).

Dessa maneira, o espaço de deliberação é um espaço público, político, que permite a estruturação de acordos normativos e relaciona o real do trabalho ao viver junto. Percebe-se a importância das relações na atividade, que se colocam no centro da criação de valor (DEJOURS, 2012; SEMPELS, 2016). Nesse sentido, Nonaka e Toyama (2003) também propõem a contradição como meio para a sintetização de conhecimento, destacam a importância das interações e dos diferentes pontos de vista como fomento ao novo.

Nesse processo, é relevante ainda notar que a cooperação ocorre em três direções (DU TERTRE, 2013):

- Horizontal: Entre colegas de trabalho, os “pares”.
- Vertical: Entre chefe e subordinados, na linha hierárquica.
- Transversal: Entre empresa e beneficiário, cliente.

Dessa forma, o desenvolvimento da cooperação permite não apenas um espaço de aprendizagem coletiva que pode ser de grande utilidade para as empresas que buscam aumentar a qualidade e o valor de suas soluções, mas também para o coletivo de trabalho, que aqui inclui ainda o cliente. Um método alternativo de avaliação ainda não está efetivamente construído em todo caso, mas pressupõe a construção de sentido pelo reconhecimento, que transforma o sofrimento no trabalho em prazer. A cooperação desafia a organização atual do trabalho e é ponto chave para a construção de uma Economia da Funcionalidade (e da Cooperação) (DU TERTRE, 2013; DEJOURS, 2012).

A dinâmica de cooperação transforma a forma de produzir, considerando os recursos imateriais e a reflexividade e ainda influencia a forma de consumo. Só é possível coproduzir com o cliente através da cooperação. No modelo defendido pela EFC, deseja-se transformar o consumo, até mesmo abandonando uma lógica mercantil, por exemplo, através da mutualização e não mais da venda/compra (VAN NIEL, 2014).

Essa transformação do consumo exige uma mudança de atitude dos consumidores também. Apesar de os clientes frequentemente comprarem um produto para satisfazerem a uma necessidade associada a seu uso, a posse em si representa, muitas vezes, um desejo final dos

indivíduos – o valor simbólico do objeto (BUCLET, 2014; SEMPELS & HOFFMAN, 2012; HOOD, 2016). Nesse sentido, a cooperação deve induzir uma educação do cliente em coprodução, o que gerará uma mudança de postura em relação ao consumo.

Além disso, cooperar também representa uma estratégia de associação e aprendizado (SEMPELS, 2017). Essa leva em conta uma relação com o território e com outras empresas. Formam-se redes de aprendizado sobre um objetivo comum: a sustentabilidade. Não se deve buscar a competição, sim a geração de um bem-estar comum, principalmente para empresas menores para as quais a associação representa uma oportunidade de crescimento (MOORE & MANRING, 2009). Isso tem consequências sobre o trabalho e sobre a governança, como descrito na próxima seção.

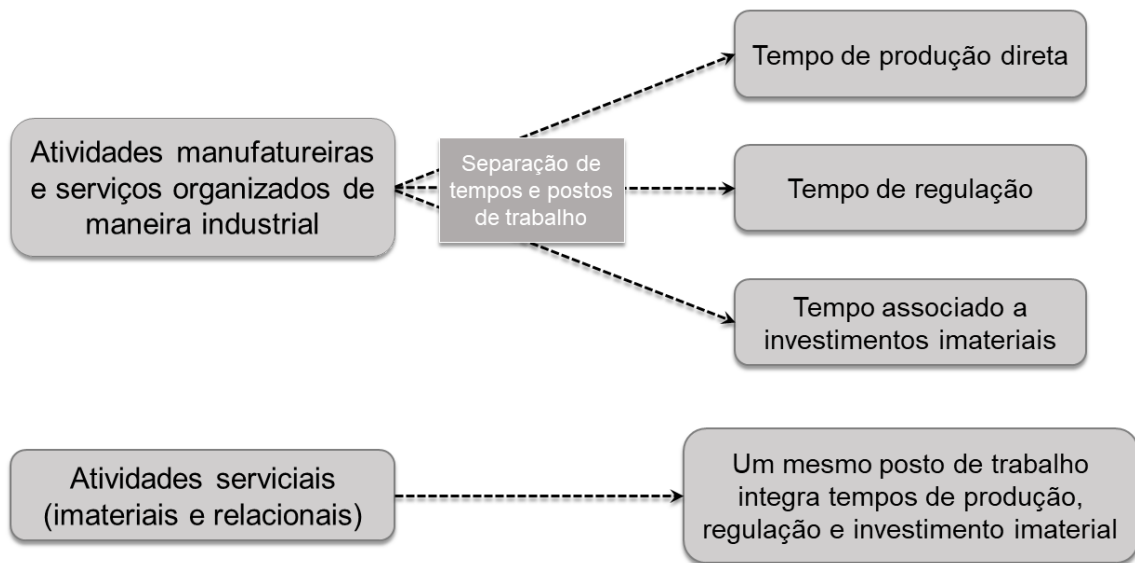
### *2.3.5. Trabalho, avaliação e governança*

A incorporação do reconhecimento do trabalho e da discussão sobre seu sentido, englobando a subjetividade e a influência sobre a saúde, é um grande diferencial da Economia da Funcionalidade e da Cooperação. As novas ofertas serviciais geradas por um novo paradigma de desenvolvimento econômico transformam a natureza e a relevância do trabalho, que se põe no centro da criação de valor e dos investimentos imateriais (DU TERTRE, 2013; FALZON, 2015).

A cooperação resultante da relação de serviço liga assalariados e beneficiários, o que produz efeitos sobre a qualidade do serviço e sobre a rentabilidade da atividade. Essa nova dimensão transforma a maneira de trabalhar e passa pela subjetividade e pela intersubjetividade dos atores envolvidos. A atividade mobiliza afetos, as trocas de informações exigem interações não formalizadas (movimento de corpos), a relação de serviço mobiliza o saber-fazer de ambas as partes (interdependentes), os atores constroem representações sociais de seus interlocutores (posição social e institucional), os contratos se apoiam em registros jurídicos e morais (de engajamento) (DU TERTRE, 2013).

O serviço é desenvolvido em “tempo real”, na interação com o beneficiário, isso leva a uma nova dinâmica de produção e uma nova organização do trabalho. O tempo de trabalho deve então estar de acordo com a disponibilidade do beneficiário para sincronizar prestador/cliente na construção do serviço. Deve-se estar atento pois esse processo pode ter consequências negativas à vida privada dos trabalhadores. Outra questão é a composição do tempo de trabalho, que agora engloba produção direta, regulação e investimento imaterial num mesmo posto de trabalho, conforme Figura 9 (DU TERTRE, 2005).

Figura 9: Composição do tempo de trabalho



Fonte: Adaptado de du Tertre (2005).

Como não é possível dissociar o pensamento do fazer, o trabalhador aprende enquanto faz e faz enquanto aprende (SCHON, 1983). O papel da organização é de possibilitar um ambiente de desenvolvimento que maximize as oportunidades (FALZON, 2015). Isso ocorre a partir dos investimentos imateriais, que consideram novas formas de avaliação e governança (DU TERTRE, 2013).

No modelo industrial, a forma de produzir considera o trabalho como mecanizável, extremamente prescritível, não levando em conta a subjetividade. Numa dinâmica servicial, entende-se a necessidade de engajamento na atividade de trabalho, da subjetividade e da intersubjetividade. A gestão nessa nova organização tem o papel de tentar preencher a lacuna entre o que acontece e o que pode acontecer, o risco, o ato inédito, tendo a avaliação como uma competência sensível do gerente e da organização (HUBAULT, 2017).

A avaliação deve levar em conta o trabalho real, em toda sua imprevisibilidade, não apenas a prescrição. Na verdade, o desenvolvimento de uma relação servicial dificulta a prescrição imediatista desenvolvida no modelo industrial, as soluções passam a ser coproduzidas levando em conta necessidades locais. Assim, sua avaliação deve observar os esforços de regulação e aprendizado, não apenas a produção direta, o que significa exatamente considerar um investimento imaterial empreendido (UGHETTO *et al.*, 2002; DEJOURS, 2008).

Para isso, novas formas de governança devem surgir junto às inovações serviciais. Mais que reconsiderar a maneira de produzir de uma empresa, defende-se uma governança ampliada aos atores envolvidos, o que, mais uma vez, passa pelo reconhecimento do trabalho e pela consideração territorial. Decisões e avaliações devem zelar pelo coletivo e expandir-se além das fronteiras da empresa, levando em conta necessidades trazidas por todo um ecossistema (VUIDEL *et al.*, 2012; DU TERTRE, 2016).

Uma governança ampliada fomenta a cooperação efetiva, que pressupõe espaços formais, mas também informais de deliberação, ou seja, um viver junto, interpretações coletivas das normas. Esses espaços informais têm sido até mesmo proibidos na gestão pelo medo. Dessa forma, esse novo modo de interpretar a atividade coletiva resulta em melhores ambientes de trabalho. Apesar de constrangimento e liberdade ainda coexistirem, os métodos de avaliação individual e qualidade total devem ser abandonados em prol do coletivo (DEJOURS, 2012).

Por isso, du Tertre (2002) define governança como “uma dinâmica de atores econômicos, sociais e institucionais que favorece a identificação de novas questões econômicas e sociais, a co-definição de regras de ação e a distribuição dos compromissos de cada tipo de ator”, distinguindo-a da noção de governo. Uma percepção coletiva e flexível que permite a tomada de decisões e sua avaliação mais pautada nos efeitos reais e menos na previsão.

A gestão e a avaliação passam a apreender, então, aspectos intangíveis do serviço prestado, levando em conta efeitos mediatos e imediatos, assim como sua multifuncionalidade (pública, privada, territorial...) e abandonando um caráter unilateral. Dessa forma, atenta-se para os efeitos úteis introduzidos na sociedade, não apenas para os beneficiários diretos, mas também para uma vizinhança que se implica na atividade, relevante para a construção de ativos imateriais (confiança, relevância, pertinência, saúde) (DU TERTRE, 2002). Nesse sentido, a consideração do território se torna chave, conforme discutido na próxima seção.

#### *2.3.6. O território e a dimensão política*

A Economia da Funcionalidade deve se articular de forma a responder questões num nível almejado, ou seja, em dado território. Para isso, a lógica dos atores deve se atentar à escala de sua ação. Uma ação em escala global pode interromper ou ignorar uma ação local. O território aparece como cenário de articulação entre o espaço do problema e o espaço da solução, devendo ser suporte para esse encontro (BUCLET, 2014).

A relação de serviço que transforma o trabalho também se entrelaça à questão territorial. Se uma solução é criada em “tempo real” na interação com o cliente, isso exige certa

proximidade tanto relacional quanto territorial. Uma oferta eficiente para a Economia da Funcionalidade deve gerar “circuitos curtos”, em que o produtor esteja o mais perto do beneficiário possível, evitando intermediários que encareçam e desvalorizem o uso. Esse fato favorece o maior conhecimento da região e dos recursos locais, além de estimular a multifuncionalidade de trajetos e recursos (VUIDEL *et al.*, 2012; DU TERTRE, 2013).

Além disso, uma solução criada sob o modelo da Economia da Funcionalidade dificilmente depende da participação de apenas uma empresa envolvida. Na busca por ofertas mais completas, que integrem diferentes recursos produtivos visando a uma performance ambiental, social e econômica, empresas de atividades distintas são convidadas a contribuir. Assim, um modelo servicial pode visar à solução de problemas não apenas dos indivíduos, mas do desenvolvimento territorial, como a mobilidade, a moradia, a saúde e a alimentação (PINET, 2017).

A performance das empresas é tomada de acordo com os benefícios sociais e ambientais criados ao território, através de uma avaliação participativa. Isso faz desenvolver o engajamento dos atores locais, dos quais fazem parte as empresas que se adequam ao modelo, o que possibilita um ecossistema cooperativo que aprende e se desenvolve junto (ADEME *et al.*, 2017). A organização desse processo associa agentes públicos e privados através de uma administração local (uma sociedade cooperativa de interesse coletivo – SCIC – por exemplo), o que evoca a dimensão política de um projeto territorial (PINET, 2017).

Abandona-se uma dimensão micro – empresas, indivíduos – sem alcançar uma dimensão macro – nacional. Essa passagem ocorre através dos efeitos sobre as proximidades criados pelas atividades de interação entre os atores locais. Assim, emergem objetivos compartilhados localmente traduzidos por essas interações, transladando o interesse dos agentes de um perímetro territorial (delimitação geográfica) a um projeto territorial (aderência de pensamento e ação) de uma certa comunidade (ADEME *et al.*, 2017).

Um ecossistema cooperativo toma forma e produz, sobre o território, uma certa performance (social, econômica e ambiental) (PINET, 2017). A proximidade gera implicação; assim, um coletivo de empresas e indivíduos é afetado pela ação local, além do próprio espaço físico. A noção de território é amplificada, passa a representar não apenas o espaço, mas também as interações ocorridas nesse (DU TERTRE, 2013).

A percepção da implicação possibilita a formação dos ecossistemas territoriais que facilitarão a passagem a uma atividade econômica mais sustentável (DU TERTRE, 2013). Esses

ecossistemas representarão uma oportunidade principalmente para pequenas e médias empresas, que podem criar vantagem a partir de um arranjo em rede de colaboradores, que concorrerá no mercado com as grandes isoladas. Além disso, recursos locais serão valorizados, incluindo os trabalhadores, passando por um maior bem-estar social (MOORE & MANRING, 2009).

Essas redes interorganizações representam alianças estratégicas que geram novos conhecimentos e novas competências, oportunizando inovações disruptivas e desviando-se de um modelo linear e hierarquizado de governança. Além disso, a incorporação de ONGs e órgãos governamentais também incentiva a troca de “conhecimento sustentável”. É importante ainda ressaltar que a ligação através de redes cria uma interdependência que gera cooperação e resiliência (MOORE & MANRING, 2009).

Entretanto, a entrada das pequenas e médias está condicionada a um mercado que produza lucros a curto prazo, já que o poder de investimento dessas é reduzido. Oportunidades que exijam longo prazo serão ainda dominadas por grandes empresas com infraestrutura e investimento disponíveis (MOORE & MANRING, 2009). Por isso, a valorização territorial é indispensável para a passagem à EFC, é inviável concorrer com grandes oligopólios sem uma diferenciação fundamentada nas práticas locais (DU TERTRE, 2013).

Assim, a atividade de serviço tem consequências políticas e morais. É necessária a atenção à convivência, que é valorizada por certa relação em que os atores reconhecem a ação do outro inserida em uma cultura comum. Isso é a definição de política como negociação do viver junto, fazendo com que o serviço “atualize e desenvolva valores sociais, civilizacionais ou morais” (HUBAULT, 2015, p. 3; DU TERTRE, 2013).

A percepção do território contribui ainda para o reconhecimento do trabalho. Trabalhadores necessitam de um dispositivo de reconhecimento que torne visível o sentido de seu trabalho. Assim, evita-se um risco psicossocial, bastante comum na sociedade atual. Diante da perda de sentido do trabalho, ter sua atividade inserida em um contexto territorial e social revela uma função engajadora, faz sair do isolamento e contribuir para um bem público na forma de uma construção de atividade territorial (DU TERTRE, 2016).

Além disso, essa percepção política do território ainda possibilita uma medida mais conservadora defendida por Stahel (2016): a “taxação sustentável” (*sustainable taxation*). Ele defende que se estimule o desenvolvimento de iniciativas mais sustentáveis a partir da taxação

de efeitos indesejados ao território, ao mesmo tempo que se isenta a taxaço de efeitos desejáveis.

Nesse sentido, Richardson *et al.* (2011) também salientam a importância de uma política pública que internalize os custos de uma produção mais sustentável. Acredita-se que, assim, possa haver o incentivo à adoção de algumas práticas responsáveis, mesmo que em menor escala, possibilitando a migração gradativa para um novo modelo econômico.

Entretanto, um “valor territorial” é difícil de ser caracterizado e é de natureza híbrida, incorporando processos mercantis e não mercantis. Disso surgem as complicações de sua revelação (seu reconhecimento e valorização) e sua partilha entre os atores desse território em questão. Um desafio proveniente desses é o risco da ocorrência de efeitos rebote, ou mesmo a neutralização de um efeito útil criado ao território por outra externalidade negativa. Um exemplo é o efeito positivo da mutualização de automóveis ser anulada pelo aumento da utilização de combustível (MAILLERFERT & ROBERT, 2017).

Assim, é importante a construção de um entendimento coletivo do projeto territorial a que se almeja. Diante disso, não se fará necessário mais a taxaço sustentável ou a internalização pública dos custos da sustentabilidade. Esses são, na verdade, fenômenos que resultam de práticas industriais, em que o lucro é privatizado e concentrado, enquanto externalidades negativas, ambientais e sociais, são mutualizadas pela sociedade (DU TERTRE, 2016; MAILLERFERT & ROBERT, 2017).

Nossa relação com o território é a de tentar controlar, mas devemos desenvolver a capacidade de escutar, reagir e criar a partir de suas necessidades, não de forma a suprimi-las. A supressão de necessidades territoriais gera maiores externalidades, que se materializam sobre esse como “valor destruído” pela atividade econômica. Empresas devem ir além do controle de danos, devem oportunizar a criação de valor através de soluções que envolvam questões sociais e ambientais (DU TERTRE, 2012; DU TERTRE et al., 2019; BOCKEN et al., 2015).

Assim, reconhecer o território como o espaço de materialização da atividade econômica e as externalidades como os efeitos não intencionais (que podem ser positivos e negativos) materializados sobre esse se torna uma questão política, de convivência. O modelo industrial se desenvolveu através da premissa de desconsideração da territorialidade e das externalidades, mas o desenvolvimento sustentável torna urgente esse retorno de consciência e as empresas estão, cada vez mais, sendo responsabilizadas pelos efeitos adversos, principalmente ambientais, resultantes de sua atividade. Nesse contexto, é importante identificar seu perímetro

de atuação e a extensão das externalidades geradas, assim como os atores envolvidos (DU TERTRE, 2012; DU TERTRE, 2010).

A partir da exposição dos conceitos contidos neste capítulo, a próxima seção trará uma síntese em forma de tabela que possibilitará uma visão mais ampla e integrada de maneira a contribuir para a construção do protocolo de pesquisa prática a ser implementado.

### 2.3.7. Quadro referencial EFC

Frente à discussão global dos princípios de base apresentados acima, foi possível distinguir seis pilares principais que se julgam representativos para a descrição de uma Economia da Funcionalidade e da Cooperação. Esses diferem em certo grau dos tópicos desenvolvidos neste capítulo e são fruto de uma análise profunda das referências, cuja exploração, catalogação e tratamento geraram resultados interpretativos e inferências que possibilitaram a seleção crítica e relevante desses conceitos estruturais a serem considerados na pesquisa de campo (BARDIN, 2004). Assim, a Tabela 7 representa esse resultado em forma de um quadro referencial da EFC.

Tabela 7: Quadro referencial EFC

CONCEITO	DEFINIÇÃO	REFERÊNCIAS
Criação de valor	Valor de uso. Mix de produtos, serviços e competências. Sem transferência de propriedade.	Sempels e Hoffmann (2013); Bocken <i>et al.</i> (2015);
Governança cooperativa	Cooperação no centro da governança (mais horizontal). Ecosistema cooperativo.	IEEFC (2018); Dejours (2012); Moore e Manring (2009)
Dimensão imaterial	Efeito tesoura. Competência, relevância, confiança e saúde.	Du Tertre (2002); Du Tertre (2008); Hubault (2007)
Sentido do trabalho	Psicodinâmica e saúde. Avaliação. Reforço do lugar humano na economia.	De Gasparo (2017); De Gasparo <i>et al.</i> (2019); Dejours (2008); Hubault (2015)
Gestão das externalidades	Externalidades positivas e negativas. Ação sobre o território e sobre as pessoas. Ciclo de vida, mutualização dos meios de produção.	OECD (2008); Du Tertre (2012)
Ancoragem territorial	Ação local, convivência política, ecossistema territorial.	Maillefert e Robert (2017); Buclet (2014); Sempels (2017); Du Tertre (2013); Romain <i>et al.</i> (2020).

Fonte: Elaboração própria

Além disso, em busca de uma outra fundamentação, julgou-se interessante a análise estrutural do próprio texto construído. Para isso, realizou-se uma investigação quantitativa das palavras que mais apareceram ao longo da descrição dos princípios de base da EFC. Ou seja, a



metalinguagem, o texto sobre o próprio texto, ajudou a orientar e a justificar os conceitos chave procurados. Nesse intuito, o conteúdo deste capítulo foi transformado em uma nuvem de palavras com o auxílio do site TagCrowd (<https://tagcrowd.com/>) e, posteriormente, editado no site WordArd (<https://wordart.com/>) para efeito estético e de ajustes finais. O resultado se encontra na Figura 10.

Figura 10: Nuvem de palavras EFC



Fonte: Elaboração própria (<https://wordart.com/>)

A nuvem traz as palavras que mais se repetiram ao longo da descrição base da EFC, depois de um ajuste manual. Apesar de uma análise mais quantitativa, corrobora escolhas feitas durante a análise conceitual qualitativa realizada com o tratamento das referências. É possível resgatar conceitos importantes como o trabalho, os serviços, as ofertas, o território, as externalidades, a cooperação, a dimensão social da economia e outros.

A partir do quadro referencial e do entendimento de seus conceitos, os casos serão analisados de maneira a discutir a viabilidade de uma transição à Economia da Funcionalidade e da Cooperação. Diante desse objetivo, a próxima seção trará ainda mecanismos fundamentais a serem considerados para a construção dessa trajetória rumo à EFC.

## 2.4. A transição para uma Economia da Funcionalidade e da Cooperação

A Economia da Funcionalidade e da Cooperação, como um modelo econômico territorial, não visa à transformação interna de apenas uma empresa, mas à construção de um ecossistema de cooperação que busque a saída em conjunto do modelo industrial. As trajetórias

possíveis são diversas e fortemente dependentes das necessidades locais identificadas, mas o repertório construído por anos de pesquisa guia essa experiência (DU TERTRE, 2013).

O diálogo e a experimentação estão no centro do processo. Nesse sentido, Bocken et al. (2018) propõe uma reflexão sobre como implementar a transformação de modelos de negócio clássicos em modelos de negócio sustentáveis. Maillefert e Robert (2017) aprofundam essa discussão integrando a questão territorial como um passo a frente em direção à sustentabilidade. Para orientar essa busca conjunta pela construção de trajetórias alternativas, um método de acompanhamento de empresas foi criado pelo laboratório ATEMIS. Focado em pequenas e médias empresas, busca-se uma ampliação de seus perímetros de ação através do envolvimento de diferentes atores e das trocas com empresas de diferentes setores. A Figura 11 representa o desenvolvimento das etapas desse método.

O Radar orienta encontros com dirigentes e guia um trabalho de acompanhamento e intervenção. É importante perceber que um processo de introspecção e reflexão sobre a própria prática das empresas é estimulado para que recursos imateriais chave sejam reconhecidos e valorizados em busca de uma orientação à EFC. O trabalho em grupos e pares também é valorizado nesse processo de reconhecimento e transição. Quatro eixos principais (construção ligada ao desenvolvimento sustentável, inserção da performance de uso, promoção do efeito tesoura, reconhecimento do trabalho real) são representadas pelas cores na figura, em que se inserem os oito domínios descritos (DU TERTRE, 2019; XAVIER *et al.*, 2019).

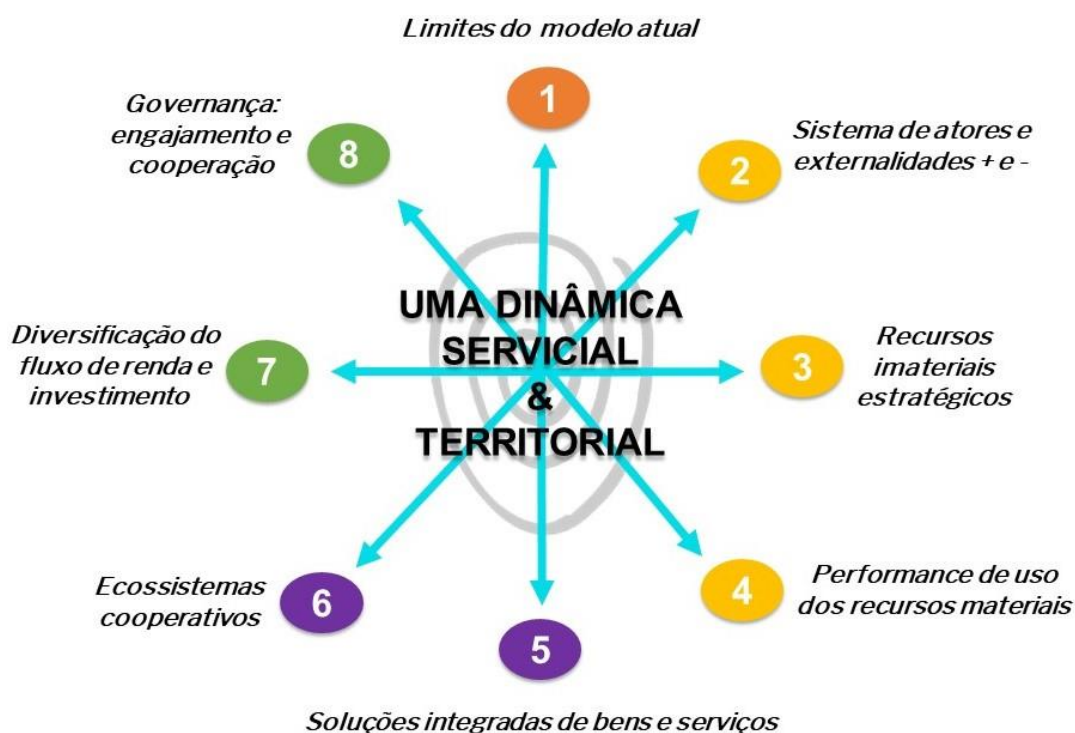
Du Tertre (2016) sugere ainda que a transição econômica de um território envolve:

1. Tomada de consciência: Agentes territoriais precisam conscientizar-se e engajar-se, em uma ação conjunta em direção a um novo modelo baseado no serviço.
2. Compartilhamento de experiências e saberes: A partir da consciência da necessidade de mudança, o saber deve ser construído e compartilhado sobre como realizar essa transição. Devem-se criar meios de pensar coletivamente e avançar em discussões teóricas e práticas acerca do novo modelo a ser construído.
3. Desenvolvimento da transversalidade: Precisa-se criar uma articulação que transpasse diferentes setores de atividade. Na verdade, deve-se abandonar essa noção setorializada, baseada na especialização promovida pelo modelo industrial.
4. Renovação das formas de ação: Novas formas de ação que associem o orçamento público (limitado) ao orçamento privado, contando ainda com um engajamento dos cidadãos de maneira

que o custo de serviços operados sobre o território diminua. É assim que se pode ultrapassar o limite orçamentário com que se confronta ao pensar sustentabilidade.

5. Desenvolvimento da cooperação: As empresas, mesmo que não sejam adversárias, não cooperam. Cooperar é integrar os limites do outro a sua própria atividade, implicando-se e construindo a capacidade de fazer escolhas que vão auxiliar aqueles que prestam serviço ao lado, no mesmo território. Nessa troca recíproca, ganham-se reconhecimento e auxílio num projeto de desenvolvimento coletivo.

Figura 11: Radar Acompanhamento e Intervenção



Fonte: Adaptado de Du Tertre (2019)

Ou seja, não há uma prescrição formal que adequa empresas e territórios à Economia da Funcionalidade e da Cooperação, um acompanhamento reflexivo é necessário para que os próprios atores envolvidos sejam capazes de reconhecer problemas e potencialidades. Esse processo exige um engajamento coletivo e um forte investimento imaterial, num ritmo adequado e adaptado às realidades locais. Esse tema será retornado na seção 3.2 de maneira mais direcionada ao caso da agricultura, mas a próxima seção traz casos de acompanhamento que ilustram essa trajetória à EFC.

## 2.5. Casos relatados

A implementação da Economia da Funcionalidade por empresas e consumidores é ainda limitada nos dias de hoje, mas um caminho está sendo percorrido em sua direção (PINET, 2017). Levando isso em conta, os exemplos abaixo descritos têm a finalidade de ilustrar conceitos anteriormente definidos e ainda fundamentar a posterior análise do estudo de caso. Esses foram selecionados entre os casos acompanhados e/ou divulgados pelo laboratório ATEMIS.

### 2.5.1. Michelin

A empresa criou uma oferta de gestão de pneus para caminhões pesados, operando em sua manutenção e substituição. O beneficiário paga pelo uso medido em quilômetros percorridos ou em toneladas de carga deslocada. É possível perceber a mudança na estratégia da empresa e na forma de contratação do bem, focadas em sua função: o deslocamento. O beneficiário é convidado a utilizar pneus apropriados que contribuem para a redução do consumo de combustível e então a almejar sempre suas melhores condições. Assim, empresa e cliente cooperam para ganhos mútuos, em que os pneus são mantidos em seu melhor estado e os gastos são reduzidos (VAILEANU-PAUN & BOUTILLIER, 2012).

### 2.5.2. Gaz de France

Empresa de gás encanado que modificou sua oferta de maneira a, aliando-se aos clientes, atender necessidades de refrigeração / aquecimento, não mais apenas de fornecimento de gás. No modelo tradicional, a empresa ganha com o volume de gás vendido, ou seja, monetizando sobre o gasto do cliente e, conseqüente, insustentabilidade do planeta. Com a nova solução, a empresa se propôs a entregar “conforto térmico” em prédios comerciais, com a possibilidade de monetização até mesmo através da redução do uso do gás. Para esse fim, um sólido estudo sobre as instalações adequadas e sobre a arquitetura do local seria implementado, além disso, era preciso cooperar com os clientes, que deveriam operar de maneira correta para os melhores resultados (SOARES *et al.*, 2020).

### 2.5.3. Gernord

Empresa de gerenciamento de agendas médicas, atuava como um *call center* clássico, mas começou a perder clientes para concorrentes em outros continentes e precisou reconhecer suas potencialidades e reinventar suas ofertas. Diante de problemas de absenteísmo e *burnout* dos médicos em sua região, associados a longas filas para atendimento, viu seu conhecimento

adquirido nas ligações telefônicas como um recurso imaterial relevante e subutilizado. Passou a valorizar a escuta ativa, em vez do volume de ligações, e a entregar soluções sistemáticas para a falta de médicos, contribuindo com autoridades e grupos locais na otimização da questão territorial de acesso à saúde (SEMPELS, 2017; SILVA *et al.*, 2020; IEEFC, 2019).

#### 2.5.4. *Tale me*

Jovem empresa original de Bruxelas, produz vestimenta de alta qualidade especificamente para crianças de um mês a oito anos e para mulheres grávidas. Sua oferta é baseada na subscrição, em que as peças podem ser usadas e devolvidas diante de certos limites que dependem do tipo de plano adquirido. O conceito desenvolvido é de que, em vez de estocar roupas que serão utilizadas por um curto período de tempo, os assinantes podem ter acesso a diferentes peças a um menor preço e devolvê-las, otimizando seu uso (ADEME *et al.*, 2017; XAVIER *et al.*, 2019; TALE ME, 2019).

#### 2.5.5. *Ecopolo Alimentar de Audruicq*

O Ecopolo Alimentar é um polo de cooperação em torno da gastronomia e do bem-viver alimentar, localizado em uma região que se desenvolveu em torno da mineração e que, posteriormente, sofreu com a saída das empresas desse setor. Não consiste em uma empresa, mas em um ecossistema cooperativo que oferece não apenas produtos alimentares, mas experiências gastronômicas baseadas na multifuncionalidade da agricultura. Foi uma experiência de sucesso que reconstruiu o território e deu oportunidade de recolocação profissional a muitos moradores, inclusive através dos cursos de formação oferecidos (SILVA *et al.*, 2019).

O Ecopolo é uma inspiração para este trabalho e motiva muitas das questões levantadas na análise dos casos aqui descritos. Neste contexto, o próximo capítulo trará uma descrição sobre o contexto da agricultura orgânica e sobre como sua adoção pode trazer benefícios potenciais à trajetória para um bem-estar alimentar orientado à Economia da Funcionalidade e da Cooperação.

### 3. ALIMENTAÇÃO ORGÂNICA E AGROECOLÓGICA

#### 3.1. Fundamentos

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, consagra a alimentação como um direito fundamental à garantia da saúde e do bem-estar (UNITED NATIONS, 2015), mas esse direito ainda não é acessado por todos os cidadãos (JALIL, 2009). A fome e a miséria em muitas regiões do planeta representam um “custo social” do progresso em outras poucas. O subdesenvolvimento não é a falta de desenvolvimento, mas seu resultado (CASTRO, 2003).

A chamada Revolução Verde, após a Segunda Guerra Mundial, surgiu como a solução para erradicação da fome global, houve uma intensa mecanização dos meios de produção agrícola que resultou em um aumento dos estoques. Entretanto, essa forma de produzir já chegou a seu limite e, ainda assim, há fome e insegurança alimentar no mundo, além de agravados problemas ambientais e sociais decorrentes desse processo. A fome se torna um problema de acesso, não de disponibilidade da produção agrícola (JALIL, 2009; SIBILLE, 2018).

Essa época foi reconhecida por seu otimismo científico. Descobertas como a energia nuclear eram vistas com euforia e a ciência parecia oferecer mais soluções que problemas, até mesmo para problemas sociais. Entretanto, essa atitude acabou negligenciando aspectos como o ambiental e movimentos contrários à utilização de químicos eram vistos com ceticismo (BARTON, 2018).

Apesar de a produção agrícola moderna ter ultrapassado barreiras biofísicas, mantendo-se mesmo em situações adversas de clima e solo, tem produzido outras consequências. Essa forma de desenvolvimento consome muitos recursos essenciais, como a água e o solo, assim como subestima seus desperdícios e sua poluição. Assim, acabou chegando a um limite e se tornando uma força destrutiva ao meio ambiente (KRISTIANSEN *et al.*, 2006).

Entre as consequências da agricultura e do consumo atual estão a alta emissão de gases estufa (como dióxido de carbono e metano), a poluição por pesticidas, a perda de biodiversidade, a erosão de solos e de ciclos de nutrientes. A isso ainda se adiciona a pecuária e a poluição decorrente desse consumo de carne, ainda muito presente nos hábitos alimentares da população mundial (SIBILLE, 2018; KRISTIANSEN & MERFIELD, 2006; CROWDER *et al.*, 2010).

O modo de alimentação ocidental se tornou uma ameaça a ecossistemas inteiros e ao próprio ser humano, sendo, muitas vezes, considerado um problema de saúde pública. É urgente a transformação tanto da produção quanto do consumo alimentar, precisa-se de métodos agrícolas mais sustentáveis em maior escala e de uma mudança de hábitos que inclua a ingestão de mais produtos vegetais e menos produtos processados (SIBILLE, 2018; JALIL, 2009). A Tabela 8 enumera as principais consequências da agricultura tradicional.

Tabela 8: Impactos produzidos pela agricultura tradicional

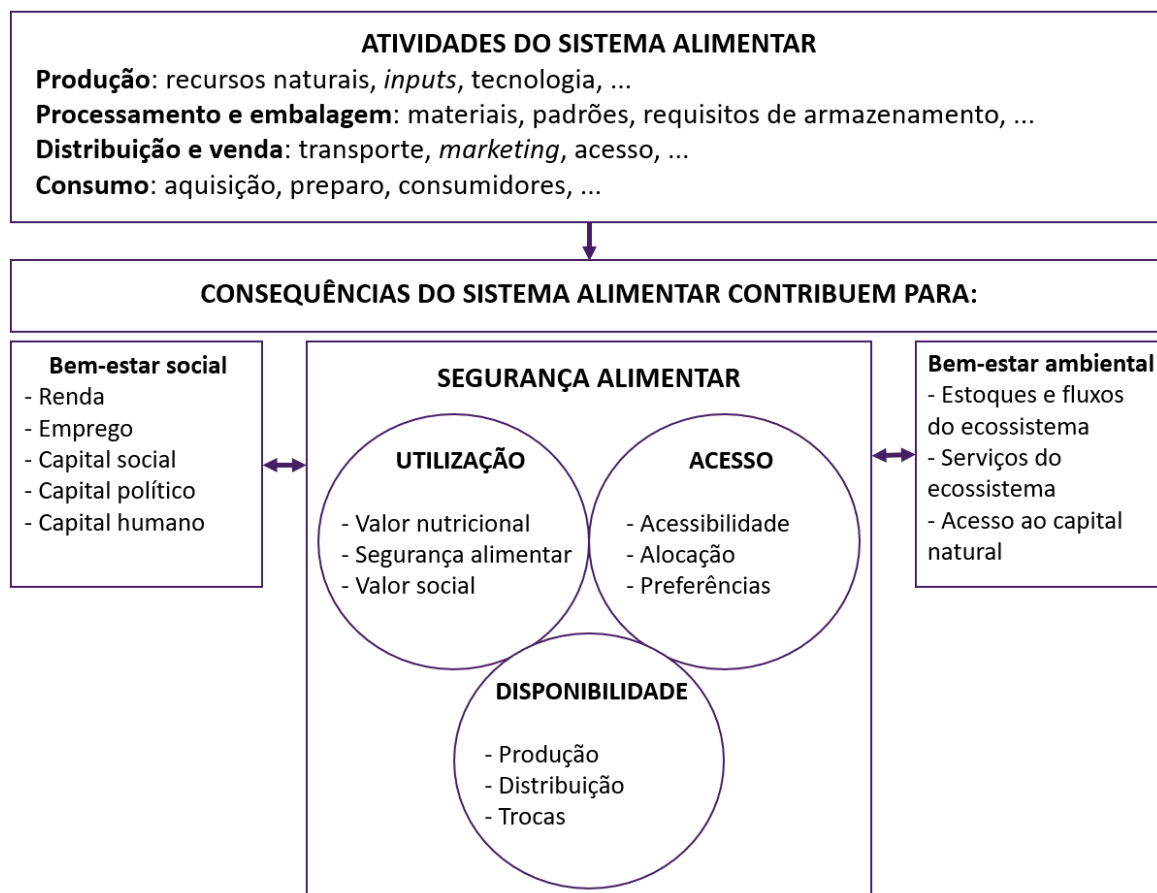
SISTEMAS BASEADOS NO AGRIBUSINESS CONTRIBUEM PARA A DESNUTRIÇÃO
- A agricultura baseada na Revolução Verde desperdiça água, destrói solos e ameaça a biodiversidade.
- A cada ano, aproximadamente um milhão de hectares de terras perdem sua produtividade pela salinização.
- Pesticidas representam uma ameaça à saúde dos trabalhadores rurais e da vida selvagem, principalmente em países em desenvolvimento.
- Dois bilhões de pessoas sofrem com a deficiência de um ou mais micronutrientes no mundo.
- Muitas partes do mundo estão diminuindo sua produção apesar do aumento no uso de produtos químicos.
- 1,4 bilhões de pessoas estão acima do peso, dos quais quinhentos milhões são obesos.
- A modificação genética das plantas tem contribuído para o aumento, em quantidade e toxicidade, dos pesticidas.
- Apesar do aumento da produção per capita de alimentos, ainda há mais de 800 milhões de pessoas subnutridas no mundo.
- O número de espécies no planeta está diminuindo e sua distribuição se tornando mais homogênea.
- A diversidade genética tem diminuído em todo o planeta, particularmente em espécies cultivadas.

Fonte: Adaptado de IFOAM (2015) e Kristiansen *et al.* (2006).

É relevante ainda salientar que um sistema alimentar não é composto apenas pela produção agrícola, mas engloba o processamento, a distribuição e o consumo. Como já mencionado, os hábitos alimentares da população influenciam diretamente a produção. Por isso, a Figura 12 visa à melhor compreensão do que compõe esse sistema, que interfere num bem-estar social e ambiental (ERICKSEN *et al.*, 2009).

Assim, faz-se necessária uma alternativa mais holística que leve em conta a segurança alimentar, definida pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura como “todas as pessoas, a todo tempo, acessando física e economicamente comida suficiente, segura e saudável e satisfazendo suas preferências e necessidades alimentares para uma vida ativa e saudável” (FAO, 1996; ERICKSEN *et al.*, 2009).

Figura 12: Sistema Alimentar



Fonte: Ericksen *et al.* (2009).

Nesse contexto, os orgânicos surgem como uma possível alternativa visando a soluções que integram uma melhor produção e um consumo mais consciente (SEUFERT *et al.*, 2012). Na verdade, as práticas orgânicas eram as únicas opções antes do advento dos fertilizantes e pesticidas sintéticos, da mecanização e da maior disponibilidade de combustíveis fósseis, que datam justamente da década de 1940 (KRISTIANSEN & MERFIELD, 2006).

No século XIX, houve a importante descoberta de que as plantas utilizavam os sais minerais contidos no solo para se desenvolver, não o material orgânico em si. A partir de então, pesquisas foram desenvolvidas até que fertilizantes a base de minerais inorgânicos pudessem tomar grande proporção na agricultura, no início da II Guerra Mundial (KRISTIANSEN & MERFIELD, 2006).

Antes disso, agricultores mantinham as práticas que se adaptassem melhor ao ambiente de que dispunham. Isso nem sempre significou uma agricultura sustentável, já que a preocupação com a manutenção do solo e do ambiente não estava necessariamente presente.



Assim, a agricultura orgânica busca uma retomada que visa a trazer benefícios ambientais e sociais e, apesar de ser um assunto recorrente atualmente, revisita formas de produção e comercialização antigas (BARTON, 2018).

O termo “orgânico” foi primeiramente utilizado no livro *Look to the Land* (Olhe para a Terra) em 1940, mas ainda não representava exatamente o movimento atual. Esse foi concebido para sugerir uma visão holística para a gestão das fazendas, que deveriam ser tratadas como um “inteiro orgânico”, um processo biológico completo que reconhecesse sua diversidade e incentivasse a saúde animal e vegetal (GOMIERO *et al.*, 2011).

Desde a década de 1950, produtores já têm desenvolvido e testado técnicas de produção orgânica e práticas de comercialização baseadas na confiança, em mercados de nicho (KRISTIANSEN *et al.*, 2006). Entretanto, o “movimento” orgânico ganhou maior atenção do mercado apenas na década 1980, quando um melhor canal de diálogo foi aberto. Através de pesquisas lideradas pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, a regulamentação recebeu incentivo no país e ganhou visibilidade no mundo (BARTON, 2018).

Na década de 1990, diante da preocupação crescente com a poluição e com os efeitos negativos da tecnologia, o uso de pesticidas começou a ser limitado. O movimento orgânico, assim, ganhou maior relevância para o mercado, chamando a atenção de um maior número de consumidores. A partir de então, criaram-se regulações nacionais e internacionais sobre esse modo de produção (BRANDT & MOLGAARD, 2001; GOMIERO *et al.*, 2011)

Hoje consumidores ainda estão, progressivamente, se tornando mais conscientes sobre a influência de seus hábitos alimentares em sua saúde, esse fato tem sido importante para impulsioná-los ao consumo de orgânicos. Além disso, a mais ampla discussão sobre problemas ambientais e o conhecimento sobre os possíveis danos causados pelo uso de agroquímicos também se associam a essa escolha (SOMASUNDRAN *et al.*, 2016).

A Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica define a agricultura orgânica como um sistema produtivo que se baseia em processos ecológicos e não no uso de agentes externos que podem trazer efeitos adversos. Adiciona ainda a consideração de um ambiente compartilhado justo que garanta qualidade de vida a todos. Percebe-se, assim, uma preocupação ambiental, mas também ética relacionada ao meio de produção (GOMIERO, 2011; IFOAM, 2015).

A partir dessa definição, diversos organismos definiram padrões e certificações que reconhecem a agricultura orgânica. Há uma maior conexão com o território local e espera-se

que a ciência esteja aliada à cultura. Essa nova forma de conceber a alimentação se distingue da chamada “agricultura tradicional”. Disso surgem benefícios e desafios a serem enfrentados (BARTON, 2018). A Tabela 9 resume alguns desses.

Tabela 9: Benefícios e desafios da agricultura orgânica

A AGRICULTURA ORGÂNICA MELHORA SISTEMAS ECOLÓGICOS E CONTRIBUE PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR	
Benefícios	Desafios
Reduz a desertificação diminuindo a erosão e aumentando a retenção de água.	Expansão de uma pesquisa multidisciplinar que contribua para seu desenvolvimento, credibilidade e profissionalismo.
Combate a pobreza, aumentando o retorno sobre o trabalho empregado.	Impasse preço vs. valor diante de consumidores acostumados com a agricultura tradicional.
Mantém a diversidade genética das plantações, o que aumenta sua estabilidade e sua resiliência.	Adaptação diante da economia global: equilibrar sustentabilidade e imperativos comerciais.
Beneficia comunidades com a autossuficiência alimentar e com a capacidade de cooperar e de se desenvolver localmente.	Manutenção de uma certificação flexível, que garanta qualidade e seja acessível aos produtores.
Provê alimentos diversificados e saudáveis para uma alimentação adequada.	Preservação da qualidade dos alimentos enquanto mantém-se a produtividade.
Mantém o equilíbrio com os sistemas ecológicos locais, reduzindo resíduos químicos e promovendo bem-estar animal.	Desenvolvimento de técnicas de aplicabilidade local para problemas como saúde animal e fertilidade do solo.
Valoriza a cultura local e conecta a natureza aos hábitos alimentares da população.	Educação e treinamento para a construção da infraestrutura e da cooperação.

Adaptado de IFOAM (2015) e Kristiansen *et al.* (2006).

Cabe ressaltar ainda a existência de uma discussão sobre a distinção entre agroecologia e agricultura orgânica. Apesar de apresentarem paradigmas iniciais diferentes, agroecologia fundamentada na ecologia e agricultura orgânica nas ciências do solo, ambas se baseiam em processos ecológicos e fogem do modelo tradicional do agronegócio (ABREU *et al.*, 2012; AQUINO & ASSIS, 2007).

A agricultura orgânica é vista hoje, muitas vezes, como o sistema técnico que não se utiliza de aditivos químicos. Isso tem dado espaço para sua “industrialização”, em que a organização da produção e do consumo continua seguindo uma lógica de volume subordinada ao capital, negligenciando aspectos como a criação de conhecimento e o trabalho familiar (KRISTIANSEN & MERFIELD, 2006; AQUINO & ASSIS, 2007). Já a agroecologia costuma ser proposta como um movimento contra-hegemônico que se opõe à modernização capitalista trazida pela Revolução Verde e que, cotidianamente, engloba questões sociais contemporâneas,

como a concentração fundiária e até mesmo o feminismo (FERNANDEZ & FERREIRA, 2017).

Diante do explicitado, é possível perceber como a pesquisa e a prática sobre uma agricultura justa e sustentável tem se tornado cada vez mais relevante e conflitante. A agroecologia, apesar de, às vezes, ser posta apenas no campo da reflexão, virou um movimento social por melhores condições de vida para todos no Brasil e em muitas partes do mundo. Enquanto a agricultura orgânica, muitas vezes vista como um sistema de produção, ainda se expande para buscar relações saudáveis e melhores condições de vida (ABREU *et al.*, 2012; IFOAM, 2015).

Diante disso, os dois conceitos podem se confundir aqui (assim como ocorre na prática), mas um uma breve comparação é apresentada na Tabela 10 e uma discussão mais aprofundada pode ser encontrada em Abreu *et al.* (2012).

Tabela 10: Agricultura Orgânica x Agroecologia

	AGRICULTURA ORGÂNICA	AGROECOLOGIA
PARADIGMAS	Ciências do solo.	Entomologia e Ecologia.
DEFINIÇÃO	Sistema geral de gestão agrícola e de produção de alimentos que combina as melhores práticas ambientais e um elevado nível de biodiversidade.	Estudo interdisciplinar e redesenho de sistemas agrícolas e agroalimentares.
PRINCÍPIOS	Equidade, saúde, ecologia Justiça	Baixa dependência de <i>inputs</i> externo, uso de recursos naturais renováveis, mínimo de impacto adverso ao meio ambiente, manutenção da capacidade produtiva, diversidade biológica e cultural, conhecimento da população local, satisfação das necessidades humanas
CONCEITOS DE REFERÊNCIA	Sistemas de produção; cadeias de valores.	Agroecossistemas e soberania alimentar
TECNOLOGIAS	Uso de substâncias naturais e o não uso de transgênicos. Aceita se o uso de adubos químicos durante o período de conversão	Valorização dos ciclos de nutrientes, práticas de proteção vegetal e possibilidades de uso de adubos químicos durante o período de conversão
ALIMENTAÇÃO	Qualidade dos produtos, saúde dos consumidores	Sistemas agroalimentares e soberania alimentar
NORMAS DE PRODUÇÃO	Regras de produção aceitas internacionalmente e nacionalmente, princípios da IFOAM.	Sem padrão internacional, regras aceitas localmente

Fonte: Adaptado de Abreu (2012).

É interessante salientar as definições trazidas, que aproximam a agricultura orgânica de um sistema de gestão e a agroecologia de um campo de estudo, quando, na realidade, as duas se confundem e se expandem além de ambos [sistema de gestão e campo de estudo], atingindo uma esfera de luta política (ABREU *et al.*, 2012). Isso porque a transição para um sistema agrícola mais sustentável exige um engajamento de atores que demanda também uma mudança de mentalidade em esferas sociais e governamentais (FERNANDEZ & FERREIRA, 2017).

Apesar de uma multitude de exemplos bem-sucedidos de empreendimentos orgânicos, sustentáveis e lucrativos, esses ainda representam uma pequena porção da produção agrícola mundial. Com atuação ainda limitada, seu próprio poder de manter princípios íntegros se restringe. Como já mencionado, o movimento orgânico, em suas limitações e em suas diversas trajetórias possíveis, já mostrou exemplos de uma “industrialização” que rompe com a cooperação local, limitando acesso através de intermediários e da burocracia (principalmente para certificação) (KRISTIANSEN & MERFIELD, 2006; MONTEFRIO & JOHNSON, 2019).

Dessa forma, é importante perceber que essas iniciativas fazem parte de um sistema maior. Estão inseridas no domínio do agronegócio que, por sua vez, encontra-se numa dinâmica socioeconômica mundial dominante centrada no capital. Por isso, faz-se necessária uma visão global que seja capaz de reconhecer esse sistema maior e lutar para abandoná-lo, exatamente o que o referencial da Economia da Funcionalidade e da Cooperação busca (KRISTIANSEN & MERFIELD, 2006; BARTH *et al.*, 2017; DU TERTRE, 2008).

Assim como acontece em diversos setores produtivos, a agricultura se desenvolveu a partir de um paradigma tecnológico que visava à máxima produção no menor custo, ou seja, sob uma lógica de volume. A partir disso, ganharam o mercado os donos do capital, que foi investido e reinvestido em favorecimento de uma concentração fundiária produtiva. Para que esse sistema seja revertido, uma nova proposta de desenvolvimento precisa ser adotada e, por isso, o movimento orgânico/ agroecológico se monta ao redor de uma rede de atores que repensa valores sociais além da alimentação (KRISTIANSEN & MERFIELD, 2006; BARTH *et al.*, 2017).

Diante dos problemas trazidos pelo modelo industrial (já discutidos aqui e que também se aplicam à agricultura), hoje já se vê um movimento de rompimento da fronteira campo x cidade. Há um fenômeno de resgate socioambiental que valoriza um retorno ao rural, como um espaço menos artificial que a cidade. Isso também se deve a um movimento ecológico na

agricultura, que busca conexões humanas e ambientais através de uma racionalidade ecossocial, diferente da racionalidade instrumental da cidade (BRANDENBURG, 2011).

Nesse sentido, a agricultura urbana também se destaca, como a representação do rural em meio à cidade. Constrói-se um espaço de reavivamento da conexão com o alimento, que representa mais que apenas um produto consumível. A agricultura possui uma multifuncionalidade, principalmente a familiar e orgânica de base agroecológica, que ultrapassa o abastecimento de mercadorias. Criam-se espaços de diálogo, identidade, territorialidade e sociabilidade, além da construção de uma história e da própria conservação da natureza (FERNANDEZ, 2014; CARVALHO, 2011; CROWDER *et al.*, 2010).

Para que esses propósitos mais amplos sejam atingidos, é necessário perseguir um sistema alimentar local e sustentável que garanta segurança e soberania alimentar. Isso significa criar mecanismos responsáveis de produção e disponibilização que garantam acessibilidade dos alimentos a todos os cidadãos através da utilização de recursos próprios, sem dependência externa. Essa garantia ampla da justiça e da multifuncionalidade da agricultura é o que se chama de bem-viver alimentar (FADEAR, 2012; CERDD, 2016). Nesse contexto, a Tabela 11 resume os objetivos de um sistema alimentar sustentável.

Tabela 11: Objetivos de um sistema alimentar sustentável

OBJETIVOS DE UM SISTEMA ALIMENTAR SUSTENTÁVEL TERRITORIALIZADO
- A robustez de um território frente a seu abastecimento alimentar, um dos principais alicerces de nossa sociedade.
- Respostas reais às preocupações sociais, ambientais e econômicas do território: precariedade e obesidade, desperdício de alimentos, economia local...
- A redução das externalidades negativas em cascata, considerando cadeias de impactos ambientais e socioeconômicos.
- A passagem de iniciativas locais isoladas para uma abordagem global eficaz que crie um sistema resiliente e durável.
- A combinação de atores que compartilham valores comuns para uma alimentação sustentável.
- A melhoria mútua de projetos por meio da cooperação, em vez da degradação de relações e redes econômicas pela competição.
- Uma performance das soluções que crie externalidades positivas das quais todos se beneficiarão.
- Uma postura de cooperação e diálogo: escuta ativa, compreensão dos parceiros, consideração de restrições...
- A criação de valores além do econômico: diálogo, conhecimento, capacidade empreendedora, saúde, bem-estar, competências, confiança, relevância...

Fonte: Adaptado de CERDD (2016)

Com esses objetivos em pauta, a próxima seção analisa importantes pontos a serem considerados para a perseguição de uma trajetória ao bem-viver alimentar.

### **3.2. A trajetória para uma alimentação local e sustentável**

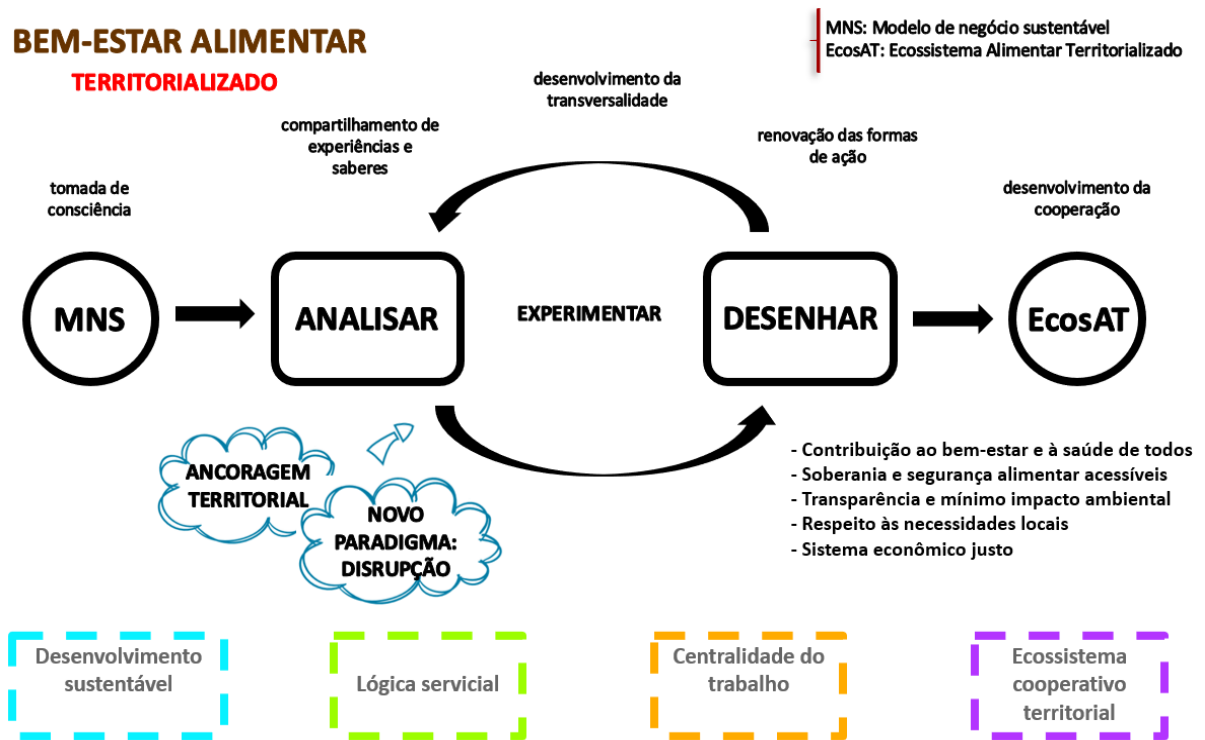
Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu a Agenda 2030 com 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). Entre esses, estão reduzir a poluição por resíduos químicos, reduzir o desperdício de alimentos em toda sua cadeia produtiva (incluindo o consumo) e conscientizar as pessoas sobre a importância de um modo de vida mais sustentável (ARAGÃO, 2019). Como atingir esses objetivos permeados pela alimentação sustentável?

A tendência para a agricultura tradicional foi a concentração da produção em grandes áreas de poucos donos. Para a agricultura orgânica, pequenos e médios produtores devem desenvolver novos meios, com uma abordagem diversificada. A interação com a sociedade se faz mais necessária, através do envolvimento com a comunidade e do foco em sustentabilidade (BARTH *et al.*, 2017). Percebe-se ainda a inserção do consumidor na responsabilidade sobre o modo de produção e sobre a consciência socioambiental (ARAGÃO, 2019).

Como discutido no capítulo anterior, essa mudança sistêmica deve ser orientada por uma transição de modelo econômico, uma trajetória inserida na Economia da Funcionalidade e da Cooperação. Precisa-se analisar a inscrição dos objetivos de um sistema alimentar sustentável no escopo da EFC, para o desenvolvimento de um bem-viver alimentar territorializado (DU TERTRE, 2016; CERDD, 2016). A Figura 13 ilustra esse processo.

Assim, será viabilizada a transformação de modelo econômico, englobando: modelo de contratualização, modelo de negócio, modelo de produção e modelo de governança - considerando atores locais e o território como importantes suportes para o desenvolvimento de ativos imateriais (SEMPELS, 2017; DU TERTRE, 2019). Entretanto, para que se obtenha sucesso nesse trajeto, é importante uma clara definição de princípios fundamentais e de objetivos a serem empreendidos.

Figura 13: Transição para o bem-viver alimentar



Adaptado de Du Tertre (2016), CERDD (2016), Bocken *et al.* (2018), Maillefert e Robert (2017) e Benqué *et al.* (2014).

Por isso, A Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM) define os quatro princípios da agricultura orgânica, princípios éticos que inspiram a prática e guiam quem produz, processa, negocia ou consome seus produtos, como segue (IFOAM, 2020):

- Saúde: A agricultura orgânica deve realçar a saúde dos seres humanos e dos ecossistemas como inseparáveis. A saúde do solo gera melhores frutos e melhor qualidade de ar e vida, o que se conecta a seres humanos e animais. A saúde não é vista como a ausência de doença, mas como a construção de resiliência e integridade para o bem-estar do sistema vivo como um todo.
- Ecologia: A agricultura orgânica deve se basear em sistemas e ciclos ecológicos. Sua gestão deve ainda ser adaptada a condições naturais e culturais locais. Deve haver gestão de recursos e energia de forma a ser regenerativo e conservar sua qualidade e diversidade.
- Justiça: A agricultura orgânica deve assegurar justiça em relação ao ambiente comum e às oportunidades de vida. Isso deve ser garantido em todos os níveis e a todas as partes envolvidas (stakeholders), inclusive contribuindo para condições de vida justas e para a redução da pobreza. Esse princípio se estende aos animais e às futuras gerações, levando em conta “custos” ambientais e sociais reais.

- Cuidado: A agricultura orgânica deve manter cautela e responsabilidade constantes de forma a proteger a saúde das gerações atual e futuras. Eficiência e produtividade devem considerar efeitos sistêmicos e não podem comprometer a segurança. A tecnologia e a ciência devem ser utilizadas a serviço do bem-estar e devem levar em conta a cultura local (popular), prevenindo riscos e rejeitando resultados imprevisíveis.

Esses princípios devem ser observados em concomitância e, além desses, é importante considerar o que se almeja (IFOAM, 2020). A EFC não representará um fim, mas um meio para uma trajetória constante pela alimentação consciente e pelo reconhecimento da coletividade local. Deve-se alargar o perímetro de atuação e de responsabilidade para os atores locais. Assim, todos serão responsáveis por esse projeto de bem-estar alimentar territorializado (DU TERTRE, 2017; HUBAULT, 2015).

Para que os objetivos do desenvolvimento sustentável para a agricultura orgânica sejam perseguidos, deve-se estar disposto a transformar paradigmas ainda fundados no modo de produção industrial. Um projeto territorial deve ir além da produção e venda de produtos orgânicos, deve haver o engajamento de todos os atores envolvidos para uma mudança sistêmica que produza novas formas de contratualização e um acesso amplo que não siga a lógica de volume (CERDD, 2016; DU TERTRE 2017).

Nesse contexto, haverá a mutualização de meios de produção, a complementação de competências e a cooperação local. Isso só é possível num sistema que analise relações transversais através de circuitos curtos. A cadeia de produção linear beneficia as grandes empresas que concentram renda e desvalorizam o pequeno produtor, enquanto o circuito curto dá sentido ao trabalho de produção sustentável e envolve as partes num projeto comum (CERDD, 2015; CERDD, 2016).

Uma organização em rede diminui a vulnerabilidade, até mesmo em tempos de crise. Uma vez que a evolução de cada um é acompanhada pela evolução de todos e do território em concomitância, propõe-se o reencontro entre o desenvolvimento econômico e as coletividades locais (CERDD, 2015). Nesse contexto, a IFOAM sugere também a atuação de governantes (suporte e políticas de apoio), agências de fomento (acelerar essa ascensão) e institutos de pesquisa (desenvolver soluções e estimular troca de conhecimento e técnica) (IFOAM, 2020).

Com o objetivo de incentivar essa transição ao bem-viver alimentar pautado em princípios éticos e na transformação do modelo econômico no país, cabe ainda analisar o cenário brasileiro da alimentação, o que se faz na próxima seção.



### 3.3. O cenário brasileiro

O governo brasileiro reconhece o direito à alimentação saudável através de políticas e de leis, como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição e a Lei Orgânica de Segurança Alimentar. Assim, define esse direito como o “acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada e saudável ou aos meios para obter essa alimentação, sem comprometer os recursos para assegurar outros direitos fundamentais” e o coloca sua promoção como uma das atribuições do Sistema Único de Saúde - SUS (MELO, 2014).

Em 2006 e em 2014, o Ministério da Saúde do Brasil publicou os Guias Alimentares para a População Brasileira. No documento mais recente, é ressaltado que o país tem registrado aumento de sobrepeso e de obesidade, em todas as faixas etárias, além de enfrentar a deficiência de micronutrientes e a desnutrição. Destacam-se ainda a consciência sobre formas de produção e distribuição e os aspectos sociais e ambientais do sistema alimentar, como sumarizado na Tabela 12 (MELO, 2014; JALIL, 2009).

Tabela 12: Impactos sociais e ambientais do sistema alimentar

<b>ASPECTOS QUE INFLUENCIAM O IMPACTO AMBIENTAL DO SISTEMA ALIMENTAR</b>	Tamanho e uso das propriedades rurais que produzem os alimentos; autonomia dos agricultores na escolha de sementes, de fertilizantes e de formas de controle de pragas e doenças; condições de trabalho e exposição a riscos ocupacionais; papel e número de intermediários entre agricultores e consumidores; capilaridade do sistema de comercialização; geração de oportunidades de trabalho e renda ao longo da cadeia alimentar; e partilha do lucro gerado pelo sistema entre capital e trabalho.
<b>ASPECTOS QUE INFLUENCIAM O IMPACTO SOCIAL DO SISTEMA ALIMENTAR</b>	Técnicas empregadas para conservação do solo; uso de fertilizantes orgânicos ou sintéticos; plantio de sementes convencionais ou transgênicas; controle biológico ou químico de pragas e doenças; formas intensivas ou extensivas de criação de animais; uso de antibióticos; produção e tratamento de dejetos e resíduos; conservação de florestas e da biodiversidade; grau e natureza do processamento dos alimentos; distância entre produtores e consumidores; meios de transporte; e a água e a energia consumidas ao longo de toda a cadeia alimentar.

Fonte: Adaptado de Melo (2014).

Dessa forma, percebe-se um esforço em reconhecer o sistema alimentar brasileiro como promotor da saúde dos cidadãos. Entretanto, também se observam incoerências na prática e na forma como esses conceitos são promovidos pelo governo. Apesar da existência de leis e políticas públicas a favor da agroecologia, o governo falha em promover uma repartição equitativa de riquezas (CHIFFOLEAU, 2015).

A estrutura produtiva do sistema capitalista criou questões estruturais que representam um entrave à produção orgânica e local. O imediatismo político e a influência do agronegócio, por exemplo, direcionam a intervenção estatal a setores conservadores e dominantes. Sua consequência é a incapacidade do governo de implementar políticas para um desenvolvimento agrário sustentável (CHIFFOLEAU, 2015).

Os dados do último censo agropecuário do IBGE, em 2017, confirmam a concentração fundiária existente no Brasil. De acordo com esses, as terras conjuntas de metade do número de estabelecimentos agropecuários do país concentravam apenas 2,3% da área total utilizada. Por outro lado, 47,6% dessas terras totais pertenciam a apenas 1% do número de estabelecimentos, aqueles com mais de mil hectares (IBGE, 2019).

Além disso, de 2006 para 2017, houve um aumento de 22,6% no número total de estabelecimentos que afirmaram utilizar agrotóxicos no Brasil, com o mais expressivo aumento registrado nas propriedades com mais de quinhentos hectares. Junta-se a isso a crescente liberação de agrotóxicos autorizados no país, mesmo durante a pandemia de Covid-19 em 2020 (IBGE, 2019; SUDRÉ, 2020).

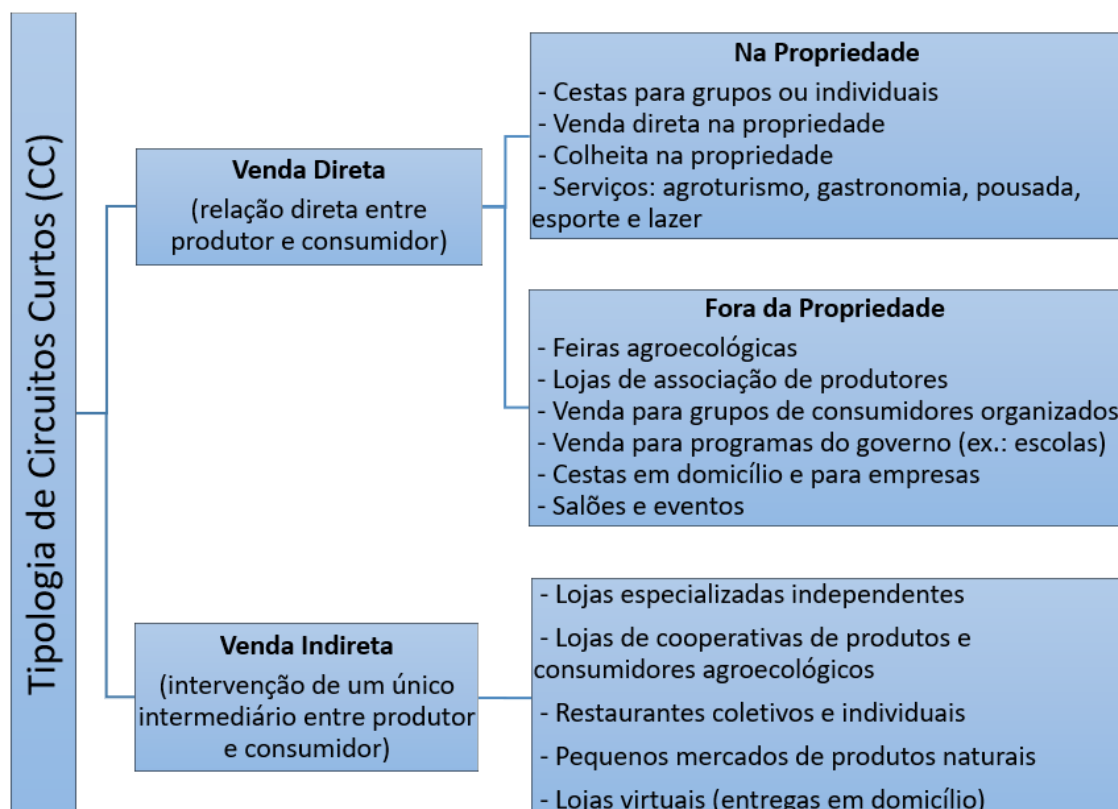
O estudo dessa dimensão da política da agricultura brasileira é importante para a compreensão da situação a ser enfrentada, mas a atuação prática tem se dado em menores escalas. Para que seja atingida a sustentabilidade de forma efetiva, precisam-se compreender as situações macro, média e micro, mas com mais forte atuação no nível micro (CARVALHO, 2011).

Essa manifestação real ocorre a partir de grupos de pessoas engajadas que costumam advir de uma consciência socioambiental para a proposição de novos modelos de produção e distribuição. Na realidade, novas relações são construídas, indo além da venda de produtos, o que traz exatamente o interesse deste estudo em propor a aproximação com a Economia da Funcionalidade e da Cooperação (CARVALHO, 2011; ROMAN *et al.*, 2020).

Com esse objetivo, os circuitos curtos (CC) alimentares promovem a interação entre os diferentes atores e estreitam uma densidade relacional. Circuitos curtos são as formas de comercialização que eliminam ou diminuem a centralidade de intermediários no escoamento da produção e aproximam produtores de consumidores. Os CCs possuem importante papel na promoção de alimentos mais frescos e de uma melhor renda para os agricultores (ROMAN *et al.*, 2020; SOUZA, 2017).

Esses valorizam as características culturais e ecológicas locais, já que buscam eliminar grandes distâncias percorridas entre produção e escoamento. Isso também facilita um reconhecimento de ativos locais intransferíveis, mas inviabiliza o aumento de escala, que deixa de ser um objetivo perseguido. A Figura 14 ilustra a forma como esses circuitos curtos podem se manifestar (SOUZA, 2017).

Figura 14: Tipologia dos Circuitos Curtos



Fonte: Adaptado de Darolt (2012).

Os circuitos curtos e o contato mais próximo com os clientes estimulam uma produção mais diversificada e a multifuncionalidade das propriedades. Clientes se conectam e são mais atraídos pelos serviços prestados, seja a disponibilização dos alimentos, o turismo ou mesmo os espaços de convivência e aprendizado compartilhados. Entretanto, os sistemas produtivos se tornam mais complexos e, às vezes, onerosos, o que pode ser compensado pelas dimensões social e ambiental (DAROLT & CONSTANTY, 2008).

Os circuitos curtos também aproximam produtores, que convivem em ambientes como feiras agroecológicas. Esse contato entre os pares é essencial, principalmente levando em conta a certificação orgânica mais difundida no país: o Sistema Participativo de Garantia (SPG). Essa forma de garantir a produção orgânica se apoia no compartilhamento de experiências e

conhecimentos dos próprios agricultores, que se articulam em grupo, organizam reuniões e se visitam, com um intuito não apenas de auditoria, mas de trocas. O Brasil é pioneiro nesse tipo de certificação e é hoje um exemplo mundial (SOUZA, 2017).

A fim de exemplificar e de reconhecer a importante papel de promoção dos circuitos curtos de comercialização, o capítulo 5 começará exemplificando sua ocorrência na cidade do Rio de Janeiro, antes de entrar, de fato, nos casos a serem estudados. Antes disso, o Capítulo 4 trará a descrição do método de pesquisa utilizado para a pesquisa de campo.

#### 4. MÉTODO DE PESQUISA

A presente pesquisa pode ser classificada como exploratória, por ter a finalidade de desenvolver o conhecimento acerca da Economia da Funcionalidade e da Cooperação, esclarecendo seus conceitos-chave e abrindo espaço para estudos posteriores. Como tal, envolveu a construção da estrutura teórico-conceitual já explicitada no Capítulo 2 e um estudo de caso, como será descrito a seguir (GIL, 2008).

Define-se um propósito de alicerçar o desenvolvimento da Economia da Funcionalidade e da Cooperação como uma estratégia de sustentabilidade no Brasil, estimulando a pesquisa acadêmica aliada a práticas empresariais e políticas. A partir do presente estudo, espera-se que pesquisas futuras possam aprofundar os conceitos aqui definidos e difundir maneiras de repensar o desenvolvimento societal. A isso, adiciona-se a questão alimentar, latente para o desenvolvimento social e para a própria sobrevivência humana.

Como mencionado, a primeira estrutura teórica gerou o Capítulo 2, de fundamentação de conceitos da EFC. Uma importante contribuição desse capítulo foi o quadro conceitual da EFC, que guiou a criação do protocolo de pesquisa de campo disponibilizado no Apêndice 1. Além disso, houve embasamento para a compreensão sobre uma transição à Economia da Funcionalidade e da Cooperação, em que se apoiariam os próximos capítulos, inseridos na busca por um sistema alimentar sustentável e territorializado.

A partir desse capítulo teórico, aproximou-se também do caso francês do Ecopolo Alimentar de Audruicq, que teve acompanhamento do laboratório ATEMIS em direção a uma trajetória mais sustentável baseada nos princípios da EFC. Esse caso incitou o estudo acerca de iniciativas agroecológicas, considerando o contexto brasileiro da agroindústria, e gerou a pergunta inicial de pesquisa: **Como a EFC pode contribuir para a construção de trajetórias mais sustentáveis para iniciativas agroecológicas do Rio de Janeiro?**

Para responder a essa questão, foram selecionados dois casos de produção e venda de produtos locais e orgânicos no Rio de Janeiro. Essas iniciativas não são consideradas empresas sob a ótica de criação de um CNPJ, mas se enquadram na definição mais ampla utilizada por Du Tertre (2008) ao argumentar sobre modelos econômicos de empresas, que engloba qualquer organização de finalidade produtiva.

O primeiro caso, a Feira Agroecológica da Freguesia, é uma feira de bairro que oferece alimentos orgânicos à população a partir de uma demanda da própria associação de moradores. O segundo caso, a Feira Agroecológica da UFRJ, é também uma feira de orgânicos, mas interna

à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desenvolvida como um projeto de extensão. Espera-se, a partir desses, prover subsídio para *insights* sobre desafios e possíveis trajetórias em direção à sustentabilidade e à EFC. Apesar de a presente pesquisa não ser uma pesquisa-ação, acredita-se que podem-se gerar oportunidades de transformação para as feiras, assim como para outras iniciativas agroecológicas da cidade.

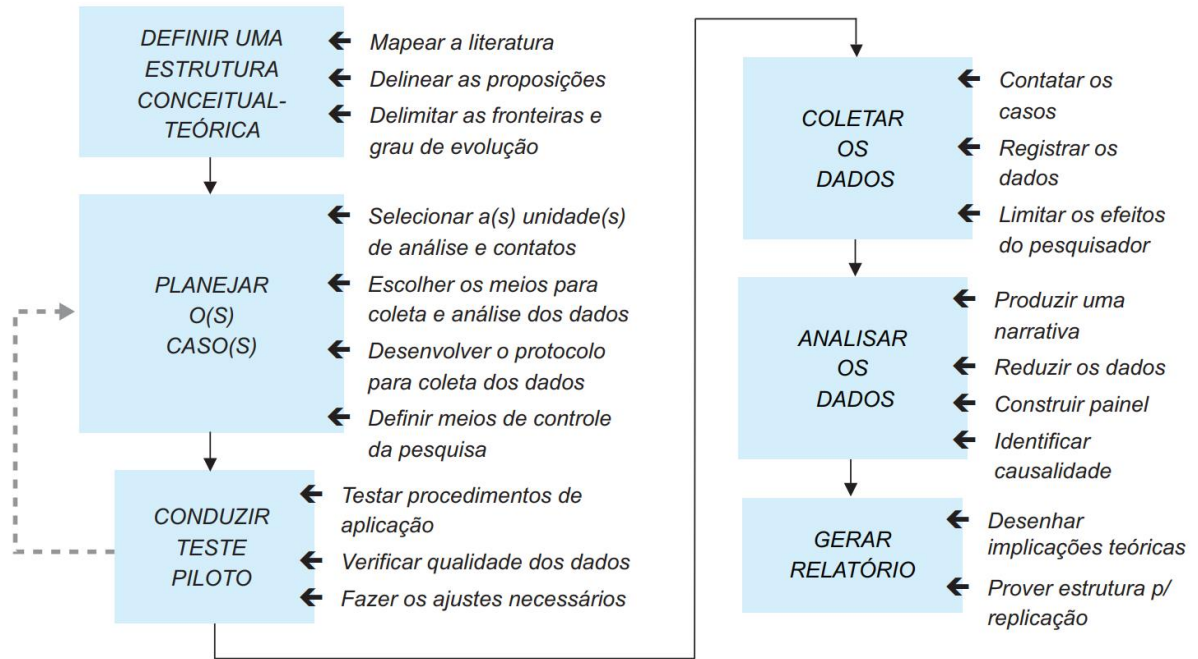
Como defendido por Yin (2008), o estudo de caso é mais do que um simples método de colheita de dados, é um método de pesquisa consagrado nas ciências sociais e é indicado para situações em que se identificam: perguntas do tipo “como” e “por que”, falta de controle sobre os eventos e interesse em um fenômeno contemporâneo. Esse permite uma interpretação holística dos eventos, buscando evidências sistêmicas em contexto que contribuam para a construção do conhecimento.

O estudo de caso analisa um fenômeno em seu contexto, não isoladamente, como um experimento laboratorial. O estudo exaustivo de um ou poucos casos não visa à generalização ou à extrapolação estatística, mas à expansão de alguma proposição (GIL, 2008). Para isso, buscam-se diferentes fontes de informações que permitam a triangulação, ou seja, seu cruzamento para a formulação de alguma conclusão (YIN, 2018). Assim, um estudo de caso de característica exploratória abrirá caminho para novas pesquisas que busquem aprofundar seus resultados e criar melhores fundamentações teórica e prática. Sendo assim, neste trabalho, foram seguidas as recomendações de Miguel (2007), como dispostas na Figura 15.

Para o avanço do estudo de caso, além da estrutura conceitual já desenvolvida no Capítulo 2 sobre a Economia da Funcionalidade e da Cooperação, foi necessária a estruturação de novos conceitos, relacionados à alimentação agroecológica e orgânica, convenientemente exposta anteriormente, no Capítulo 3. A partir de então, pôde haver uma ressignificação do protocolo de pesquisa desenvolvido através do quadro conceitual da EFC, incorporando os elementos da agroecologia.

Embasar o segundo passo, planejamento dos casos, foi o objetivo da primeira seção do Capítulo 5, em que se fez um mapeamento de iniciativas de base orgânica e/ou agroecológicas na cidade do Rio de Janeiro. Nesse estágio, foram realizadas visitas e conversas informais (feira da Junta Local, feira da UFRJ, cestantes da Rede Agroecológica, integrantes de ONGs), além de buscas na internet com o intuito de listar o maior número dessas iniciativas e entender seu contexto. Reconheceu-se ainda a importância de compreender as maneiras como se manifestam os circuitos curtos de comercialização de produtos orgânicos.

Figura 15: Condução do estudo de caso



Fonte: Miguel (2007).

A partir e concomitantemente a isso, os casos foram planejados. Três fontes de informação foram utilizadas: pesquisa documental e bibliográfica (sites e mídias sociais das instituições e trabalhos acadêmicos acerca dessas), observação não participante (dias de feira) e entrevista com atores chave. Esse processo foi guiado pelo protocolo de pesquisa desenvolvido com base nos conceitos da EFC, resultado da pesquisa bibliográfica. O protocolo foi ainda validado no grupo de pesquisa do Clube EFC Rio (COPPE/ UFRJ) e aplicado por outros pesquisadores em outras empresas.

Inicialmente, visitas informais foram realizadas na feira da UFRJ, incluindo a compra de alguns produtos, até que uma conversa, informal, porém mais estruturada, pudesse ser agendada com o coordenador da feira. A partir disso, a primeira entrevista foi marcada com uma agricultora e os procedimentos de coleta foram repensados. Definiu-se que as duas primeiras fontes (pesquisa bibliográfica e observação) dariam subsídio para a otimização das entrevistas, que visaria a buscar as informações ainda não disponíveis, adequando as perguntas à realidade dos entrevistados.

As entrevistas não foram gravadas, a fim de não inibir os respondentes, mas notas foram tomadas e então transcritas para as narrativas disponibilizadas no Apêndice 2. Para a feira da Freguesia, foram realizadas uma entrevista com um agricultor (cerca de uma hora durante a

feira), e duas entrevistas com a coordenadora (cerca de uma hora e meia cada por vídeo conferência). Para a feira da UFRJ, foram entrevistados dois agricultores (cerca de 45 minutos com cada pelo telefone) e o coordenador (cerca de 40 minutos por vídeo).

É relevante ressaltar ainda que as últimas entrevistas com os coordenadores foram realizadas após a percepção de *insights* para melhorias, de maneira que esses pudessem ser comentados. Assim, buscou-se a formulação conjunta de novos caminhos, discutindo possibilidades de transição. Como já mencionado, não há intenção de intervir na realidade dos casos, mas considera-se importante que os empreendimentos sejam tocados pelo escopo do trabalho. Faz-se essencial que os atores com poder de transformação tenham consciência sobre possíveis passos a se tomar.

Os dados foram então organizados em uma primeira descrição para cada feira, estruturada também de acordo com os conceitos-chave para a EFC. A análise posterior corresponde à confrontação dessas descrições com a teoria estudada sobre esses conceitos. Assim, após a exploração dos casos particulares, foram feitas considerações sobre similaridades e diferenças levando em conta a literatura. Esses passos estão relatados nas seções do Capítulo 5.

Uma reflexão final sobre os objetivos alcançados durante a pesquisa é feita no Capítulo 6, ou seja, os resultados foram discutidos frente aos objetivos definidos inicialmente. Além disso, nesse mesmo capítulo, expõem-se conclusões e sugestões para que novos trabalhos deem prosseguimento ao aqui empreendido. Visando à sua melhor visualização e compreensão, a Tabela 13 estrutura e resume esses passos da pesquisa de campo.

Tabela 13: Estruturação do método de pesquisa

ETAPA	DESCRIÇÃO
ESTRUTURA TEÓRICO-CONCEITUAL	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento bibliográfico sobre novas abordagens para o desenvolvimento sustentável (Capítulo 1).</li> <li>- Levantamento bibliográfico sobre a Economia da Funcionalidade e da Cooperação (Capítulo 2).</li> <li>- Levantamento bibliográfico sobre Alimentação Orgânica e/ou Agroecológica, apontando um direcionamento à sustentabilidade e inserindo o contexto brasileiro (Capítulo 3).</li> </ul>



<p>PLANEJAMENTO DOS CASOS</p>	<p>Pergunta: Como a EFC pode contribuir para a construção de trajetórias mais sustentáveis para iniciativas agroecológicas do Rio de Janeiro?</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento de iniciativas envolvidas na produção e venda de produtos orgânicos na cidade: presença digital e registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).</li> <li>- Exploração inicial das opções: visita às feiras da UFRJ e da Junta Local e conversas informais com integrantes da Rede Ecológica e da Feira da Freguesia.</li> <li>- Desenvolvimento do protocolo de pesquisa baseado no quadro conceitual EFC, levando em conta o campo da alimentação orgânica/ agroecológica.</li> <li>- Escolha dos casos: dois casos de produção e venda locais com inclinação ao consumo consciente de alimentos orgânicos, considerando a abertura para participação em entrevistas e visitas.</li> <li>- Teste piloto: Validação do protocolo no grupo de pesquisa do Clube EFC Rio (com aplicação por outros pesquisadores em outras iniciativas).</li> </ul>
<p>COLETA DE DADOS</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Visitas às feiras da UFRJ e da Freguesia.</li> <li>- Observação de duas reuniões do coletivo da Feira da UFRJ.</li> <li>- Conversa informal com os coordenadores das feiras da UFRJ e da Freguesia.</li> <li>- Entrevistas semiestruturadas seguindo o protocolo, ajustando-o às informações já disponíveis em outras fontes (mídias digitais) e à realidade dos atores: dois agricultores da UFRJ, um agricultor da Freguesia e a coordenadora da Freguesia.</li> <li>- Organização das narrativas (Apêndice 2).</li> <li>- Entrevista final com os coordenadores para complementação e discussão dos resultados.</li> </ul>
<p>ANÁLISE E GERAÇÃO DO RELATÓRIO</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Alinhamento prático-conceitual: discussão das narrativas e observações à luz de conceitos da Economia da Funcionalidade e da Cooperação (Capítulo 5).</li> <li>- Identificação de possíveis trajetórias sustentáveis sob a ótica da EFC para as iniciativas pesquisadas (Capítulo 5).</li> <li>- Verificação do atendimento dos objetivos da pesquisa (Capítulo 6).</li> <li>- Conclusões, limitações e sugestões futuras (Capítulo 6).</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria.

## **5. A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E O ESTUDO DE CASO**

### **5.1. A alimentação orgânica e agroecológica no Rio de Janeiro**

O intuito desta seção é identificar, através das entrevistas realizadas e de informações publicadas na internet (sites e mídias sociais das instituições pesquisadas), o contexto da alimentação orgânica na cidade do Rio de Janeiro. Para isso, há um foco nos circuitos curtos (CCs), que, como já discutido, geram a oportunidade de aproximação com os clientes que tem maior potencial para a transformação das ofertas em prol de um beneficiamento mais abrangente aos atores.

A pesquisa sobre sustentabilidade e sobre a Economia da Funcionalidade e da Cooperação não pode ser desassociada da realidade em que se desenvolve o mercado. É importante investigar a situação da concorrência e os possíveis caminhos de construção da cooperação, uma vez que a mudança ocorre a partir de uma tomada de consciência. Por isso, abaixo são analisados exemplos de materialização de circuitos curtos desenvolvidos no Rio de Janeiro e ainda uma lista que compõe uma base de dados resumida da comercialização de orgânicos na cidade.

#### *5.2.1. CC: Venda direta na propriedade*

A logística de transporte dos alimentos orgânicos é uma das dificuldades enfrentadas pelos agricultores, então a venda direta na propriedade é uma opção que oferece vantagens. Como os agricultores costumam morar no local em que plantam, criam uma rede de clientes, de perto ou de longe, que se acostumam a buscar os produtos.

Apesar de os agricultores costumarem ser pessoas simples e sem grande contato com tendências tecnológicas, as redes sociais trazem a eles mais uma opção de contato. Todos os entrevistados utilizavam o Whatsapp como forma de venda, na propriedade ou por meio de entregas. Durante a pandemia, essa se tornou a principal alternativa para a aproximação de clientes.

Nesse sentido, o projeto Centro de Inteligência em Orgânicos, iniciativa da Sociedade Nacional de Agricultura para fortalecimento da produção orgânica no Brasil, divulgou em seu site uma lista com telefones (e Whatsapp) de produtores para que o público pudesse apoiá-los com compras durante a pandemia. O projeto reconheceu a fragilidade vivida pelos agricultores durante esse momento e enxergou essa alternativa.

Entre os exemplos da lista, encontram-se famílias que produzem hortaliças e legumes em Petrópolis e que integravam as feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas. Durante a quarentena, com o encerramento das feiras, os produtores realizam a venda direta da produção, inclusive através de entregas semanais na cidade do Rio.

#### *5.2.2. CC: Serviços na propriedade*

A proximidade entre os agricultores e os consumidores é uma condição para o sucesso dos empreendimentos agroecológicos. Hoje já se encontram produtos orgânicos em mercados famosos no Rio de Janeiro, mas o movimento de resistência representado por uma “alimentação justa” vai além do consumo de produtos. Consumidores mais conscientes querem saber sobre quem produz seus alimentos e sob que condições.

Por isso, muitos produtores recebem seus clientes em suas propriedades e se disponibilizam a mostrar sua produção. Nesse contexto, é importante desenvolver a confiança, consumidores precisam não apenas saber que seus produtos são realmente orgânicos, mas também que promovem bem-estar e justiça à comunidade. Além disso, há uma relação de afetividade com a terra e os agricultores passam uma mensagem de produzir “com amor” um produto de qualidade.

Dessa forma, os agricultores percebem a importância de promover encontros e serviços nas próprias propriedades. Um exemplo se encontra em Itanhangá, na maior horta urbana da cidade do Rio de Janeiro, segundo dados do seu site. A dona do empreendimento acolhe clientes em sua propriedade para mostrar na prática como se produz de forma orgânica, seus cursos (pagos) se destinam ao público em geral e produzem um engajamento positivo.

#### *5.2.3. CC: Venda direta fora da propriedade*

Devido ao fato de muitas propriedades estarem afastadas dos grandes centros urbanos, a venda fora dessas costuma ser a opção mais explorada pelos agricultores. As feiras orgânicas ganharam popularidade no Rio de Janeiro nos últimos anos, sendo apoiadas pela prefeitura e ganhando as ruas também como um espaço de convivência e trocas culturais. Entretanto, até mesmo devido a sua localização em zonas privilegiadas, não atingem todos os estratos sociais. A Figura 16 mostra o mapa das feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas.

Pode-se perceber uma forte concentração na zona sul e ainda a presença em áreas de mais alta renda como Barra e Recreio. Apesar de o movimento agroecológico visar a um acesso amplo, as feiras ainda não são acessadas pelas populações de mais baixa renda. Isso pode

indicar algumas hipóteses, uma delas é cultural, a população mais rica tem acesso à informação e deseja se alimentar de forma mais consciente; outra é financeira, já que os orgânicos ainda custam mais caro que os produtos tradicionais.

Figura 16: Circuito Carioca de Feiras Orgânicas



Fonte: Adaptado de Souza (2017)

Além das feiras, outra forma de venda fora da propriedade que vem ganhando notoriedade, impulsionada pelo período de pandemia, é a entrega de cestas. Com o fechamento de algumas feiras e com o distanciamento social, agricultores e clientes precisaram se adaptar e a alternativa encontrada foi reforçar uma forma de comercialização que já estava sendo amadurecida. Muitos feirantes começaram ou reforçaram o contato através da internet com clientes e uma logística de entrega em residência.

O fornecimento de cestas através de uma assinatura com pagamentos periódicos pré-estabelecidos é um tipo de oferta que se aproxima mais dos objetivos de uma trajetória rumo à Economia da Funcionalidade e da Cooperação. Há o fortalecimento de uma componente servicial, até mesmo pela escolha da variedade de produtos a ser oferecida. Os agricultores fornecem seus próprios produtos disponíveis, mas também trocam com outros para aumentar a

variedade. Esse tipo de contratação dá maior estabilidade ao escoamento e estimula o cliente em direção a um consumo mais consciente de produtos da estação.

Essa é a ideia de CSA (Community Supported Agriculture ou Comunidade que Sustenta a Agricultura), bastante difundida nos Estados Unidos a partir da década de oitenta, e de AMAP (Associations pour le Maintien de l'Agriculture Paysanne ou Associações para o Suporte da Agricultura Camponesa), defendida na França a partir dos anos 2000 (COELHO *et al.*, 2018). Um exemplo é o projeto CASA – Comunidade Acadêmica que Sustenta a Agricultura – estruturado na UFRJ e associado ao caso da feira universitária que será objeto deste trabalho.

#### 5.2.4. CC: Venda indireta

O objetivo da produção agroecológica de pequena escala é evitar intermediários entre o produtor e os clientes finais. Entretanto, em alguns casos, essa intermediação pode beneficiar o produtor, principalmente facilitando a logística de entrega, uma vez que as propriedades costumam ser afastadas dos grandes centros urbanos.

Mercados, sites e organizações podem atuar como intermediadores, com menor ou maior benefício para o produtor. A relação estabelecida e o tamanho da cadeia de valor são determinantes: quanto mais intermediários envolvidos, menos o trabalho dos produtores será reconhecido, tanto em sua construção de sentido quanto em sua monetização. Os atores mais próximos dos consumidores acabam exercendo uma relação de poder que suprime a outra ponta da cadeia, os produtores.

Um exemplo de intermediário que busca beneficiar clientes e produtores é a Rede Ecológica, iniciativa fundada no Rio de Janeiro em 2001 que já se expandiu para municípios vizinhos, como Niterói e Nova Iguaçu. A Rede é um movimento social que visa à promoção da agroecologia; mais que vender produtos orgânicos, junta pessoas por uma causa social e ecológica. Além da compra de cestas de pequenos produtores, a Rede promove a agroecologia em diferentes frentes; por exemplo, promovendo visitas e apoio a assentamentos com risco de remoção dos agricultores. Seus integrantes são voluntários e precisam se integrar, com maior ou menor intensidade, às questões levantadas pelo coletivo.

#### 5.2.5. Base de dados da comercialização na cidade

Além dos exemplos de circuitos curtos dados, é importante se fazer conhecer as iniciativas que de alguma maneira promovam a alimentação orgânica na cidade do Rio de Janeiro. Sites como o Organicsnet ([organicsnet.com.br](http://organicsnet.com.br)) e o CI Orgânicos ([ciorganicos.com.br](http://ciorganicos.com.br))

entendem que os produtores têm a oportunidade de se desenvolver melhor em conjunto e de maneira ampla. Sua divulgação estimula o conhecimento da população em geral e promove as bases da agroecologia, por isso também hospedam uma base de dados de comercialização.

Com esse intuito, aqui também foi construída uma base com diversas iniciativas que realizem a produção e/ou a comercialização dos orgânicos na cidade. A Tabela 14 traz aquelas registradas no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA ([www.gov.br/agricultura/](http://www.gov.br/agricultura/)) e a Tabela 15 expande a lista com outras encontradas nos sites mencionados e em outras fontes disponíveis em buscadores da internet.

Tabela 14: Produtores Cadastrados no MAPA com base no Rio de Janeiro

INICIATIVA	LOCAL	SERVIÇOS
Arma Zen	Online São Cristóvão	Fabrica diversos produtos como farinhas e biscoitos. Vende no varejo online e fornece para diversas lojas e mercados.
Clube Orgânico	Online	Distribuidor de produtos orgânicos com opções de feira online, assinatura de cesta e fornecimento para lojas e mercados.
Condomínio do Carioca Shopping	Vila da Penha	Horta orgânica aberta à visitação em área do shopping.
Cultivar Brazil	Santa Teresa	Panificação e produção de farinhas e tapioca. Vende em lanchonete própria em Santa Teresa e fornece a outros estabelecimentos.
Ecobras	Guaratiba	Fabrica produtos à base de soja em Guaratiba, produtos disponíveis em vários mercados pelo Rio.
Massamãe	Rocha	Fabrica pães e granola e fornece para lojas, inclusive para a Cultivar Brazil.
Gastro Poema	Online	Panificação e geleias, além da oferta de cursos.
Megamatte	Diversas franquias	Venda de chá mate orgânico.
Orgânicos da Fátima	Online Itanhangá	Vende produtos e cestas online, ministra cursos na propriedade em Itanhangá, participa em feiras e fornece a outros estabelecimentos (principalmente restaurantes).
Tal do Malte	Jacarepaguá	Fábrica de bebida enlatada à base de malte.
Produtores individuais	Diversos	Outras produções primárias e/ou de enriquecimento de alimentos orgânicos (incluindo diversos agricultores do Rio da Prata).

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 15: Outros produtores e varejistas

INICIATIVA	LOCAL	SERVIÇO
Acolheita	Botafogo	Mercado de produtos orgânicos que defende a transparência e se baseia no slow food e na economia circular.
Amora Verde	Penha	Obtém produtos processados de parceiros, fornece para revendedores (atacado e varejo) e participa de eventos diversos.
Amorgânico	Online	Plataforma de compras coletivas criada pelo Instituto Bio (Teresópolis) com entregas em diversos pontos do estado, incluindo a cidade do Rio de Janeiro (entregas agendadas na Casa Naara - Centro).
Armazém do Campo	Lapa	Venda de alimentos e produtos agroecológicos vindos dos assentamentos ligados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST).
Circuito Carioca de Feiras Orgânicas	Diversos	Feiras que contam com produtores de diversos locais, principalmente da região serrana, incluindo a Feira da Freguesia (agricultores urbanos).
Grão Integral	Laranjeiras	Loja com diversos produtos naturais que também mantém uma feira orgânica.
Junta Local	Diversos	Organização de feiras de agricultura familiar em diversos pontos da cidade e, a partir da pandemia, vendas online.
Korin	Botafogo Leblon Tijuca (+ Unidades fora do Rio)	Franquia de lojas que comercializa produtos naturais e orgânicos.
Mercado Gaia	Online	Delivery de cestas de produtos diversos, incluindo produtos in natura comprados de pequenos produtores.
Naturalmente Orgânicos	Online	Loja online que comercializa orgânicos (Whatsapp e aplicativo próprio) e entrega em toda a cidade do Rio.
Orgânicos do Rio	Online	Plataforma online que recebe pedidos semanalmente e faz entregas dos produtos orgânicos em domicílio na cidade.
Organomix	Casa Shopping Leblon (+ Unidade em Recife)	Grande mercado físico e virtual que disponibiliza diversos produtos produzidos por terceiros.
Rede Ecológica	Diversos	Movimento social baseado no voluntariado que organiza compras coletivas e se engaja em eventos de apoio ao pequeno produtor orgânico.
Ser Orgânico	Centro do Rio	Delivery de refeições orgânicas.

Sítio do Moinho	Barra da Tijuca Santa Mônica (Itaipava)	Restaurante orgânico na Barra, com cafeteria e armazém de verduras e legumes frescos. Recebe visitantes na horta em Itaipava, onde também mantém lojinha.
Tito Orgânicos	Gávea Laranjeiras	Armazém de produtos orgânicos (processados e in natura), também com opção de compra online e entrega em domicílio para alguns bairros do Rio.

Fonte: Elaboração própria.

A partir do conhecimento acerca do contexto da cidade do Rio de Janeiro, pode-se partir para o estudo dos casos das feiras agroecológicas da Freguesia e da UFRJ, conforme discutido nas próximas seções.

## 5.2. Feira Agroecológica da UFRJ

### 5.2.1. Dados gerais

A Feira Agroecológica da UFRJ atua no ramo de alimentação orgânica de base agroecológica e integra sete famílias de agricultores, quatro de artesãos, um aluno extensionista e um professor coordenador. Iniciou suas atividades em 2010, a partir de um projeto ligado à administração do Bandejão da universidade. Hoje ocorre em quatro pontos da universidade – Centro de Letras e Artes, Centro de Tecnologia, Parque Tecnológico e Centro de Ciências da Saúde – e fornece alimentos in natura (frutas, hortaliças, raízes, ...), minimamente processados (farinha, aipim ralado, ervas, ...) ou processados (doces, pães, méis, ...).

Durante a pandemia, o projeto precisou se transformar. Seu coordenador passou a organizar a entrega de cestas em seu próprio condomínio em Cosme Velho. Conseguiram uma boa adesão e já atendem mais um condomínio vizinho, ainda com intenção de expansão. Não foram todas as famílias de agricultores que participaram do novo projeto, apenas as duas mais articuladas à feira, que mais sentiram seu fechamento.

### 5.2.2. Criação de valor

A iniciativa é uma feira que ocorre semanalmente em quatro pontos da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assim como na Feira da Freguesia, são ofertados alimentos orgânicos que podem ser obtidos no local ou através das cestas entregues em residência. Também não há ofertas personalizadas, devido à própria natureza dos produtos alimentícios disponibilizados, mas individualidades são identificadas nas cestas. A proposta de valor agrega



a saúde atrelada à ausência de agrotóxicos e a contribuição para uma trajetória rumo à sustentabilidade e ao mercado justo.

Por estar presente dentro da universidade, traz a particularidade de atender majoritariamente à comunidade acadêmica. O público já tem certa propensão a repensar suas práticas, mas a proximidade a seu local de trabalho e/ou estudo facilita a interação e incita a própria curiosidade de conhecer mais sobre os produtos ali expostos. Os agricultores comentam sobre as trocas com os clientes, que inicialmente costumam visitar apenas para conhecer e então vão criando um vínculo.

Assim, o valor entregue aos clientes ultrapassa os produtos agrícolas tradicionais, integrando o conhecimento sobre a produção orgânicos e a questão relacional criada enquanto se ocupa o espaço da universidade. Nesse contexto, ainda é importante ressaltar a presença de alunos de outros projetos que se apropriam do espaço da feira justamente para divulgar os conceitos de agroecologia, reafirmando seu papel catalisador.

Os agricultores defendem a importância desse contato com os clientes porque precisam explicar sobre seus produtos, diferentes daqueles encontrados nas prateleiras de mercados. Esse foi um ponto perdido durante a pandemia, com a manutenção de cestas em condomínios, o contato não seria o mesmo e muitas dúvidas e questionamentos surgiam sobre os produtos entregues sendo diferentes do que se esperava. Um ponto de apoio nesse quesito foi o grupo de Whatsapp, em que até mesmo receitas eram trocadas, buscando agregar valor aos produtos e incentivando o uso de alimentos da estação.

A opção por alimentos orgânicos e provenientes de mercados locais e justos passa por um processo de aprendizado sobre novos valores. A oferta de opções veganas em diversos restaurantes da UFRJ (até mesmo no bandeirão) já demonstra uma comunidade disposta a conversar sobre alimentação alternativa e agroecologia. Um processo que foi reiniciado com um novo público nos condomínios, composto por alguns consumidores já acostumados aos orgânicos, mas também por alguns que tiveram seu primeiro contato com a agroecologia.

Assim, é perceptível o importante papel da feira na disseminação de conhecimento sobre agroecologia e alimentação, principalmente como um exemplo prático de sucesso com quase dez anos de existência dentro da universidade. Além de ter aberto o caminho para novas experiências no campus, durante a pandemia, também oportunizou a transferência para os condomínios nos quais começou a atender.

### *5.2.3. Governança cooperativa*

Em situação normal de funcionamento, as decisões a serem tomadas no que dissesse respeito à feira eram discutidas em reuniões realizadas nas últimas quintas-feiras de cada mês após horário das vendas, aproveitando a presença de todos no campus. Observava-se uma forte interação entre os agricultores e um relacionamento próximo ao professor coordenador, que inclusive assina cestas. Nas reuniões observadas, os agricultores levantaram questões sobre as vendas, as diferenças entre os pontos e mesmo discutiram sobre o funcionamento durante os períodos de férias.

Em geral, havia um espaço aberto de debate que auxiliava a formação de um grupo pensante em torno da feira, incluindo alunos integrantes do projeto CASA (Comunidade Acadêmica que Sustenta a Agricultura). Novos projetos e melhorias eram discutidos e eventos eram programados. Além desse meio de comunicação, o grupo de mensagens eletrônicas utilizado pelos integrantes também facilitava essa troca inclusive de outras informações úteis, como até mesmo receitas.

Durante a pandemia, essa organização foi redesenhada, buscando apoiar quem mais precisava. Inicialmente, houve grande perda para os agricultores, que viram sua renda fortemente afetada pela situação, mas caminhos diversos foram seguidos. O Projeto CASA foi de grande apoio nesse momento, arrecadando doações e aumentando a divulgação das cestas. Uma agricultora conta sobre a dificuldade imposta inicialmente e sobre como pode continuar contando com clientes e extensionistas para manter pelo menos parte de sua renda.

Com o andar do isolamento social, em abril de 2020, foi proposta uma nova organização para a feira, com cestas entregues em residência. O coordenador começou o projeto propondo a venda em seu próprio condomínio e já conseguiu expandir para outro, ainda com mais planos de extensão. Para esse novo formato, apenas dois feirantes (com seus familiares) se integraram. Apesar de eles ainda frequentarem a UFRJ, improvisando as vendas no próprio carro e entregando as cestas, a nova possibilidade de renda foi de grande auxílio.

A partir da nova estruturação, os grupos de mensagens se tornaram o principal meio de comunicação e de desenvolvimento de uma nova governança. Nesse formato, outras famílias de agricultores que compunham uma rede particular de apoio dos próprios feirantes foram integradas, gerando uma nova organização que beneficiou o projeto com o abastecimento de produtos variados.

É importante ressaltar ainda como a interação com outros grupos de agroecologia da UFRJ, a chamada Rede de Agroecologia da UFRJ, tem sido intensificada desde antes da pandemia. Tendo a feira como um projeto de extensão, a troca com outros projetos têm sido importante para o fortalecimento conjunto. O coordenador conta sobre sua intenção de transformar a feira num projeto catalizador dos outros, transformando o momento das vendas num ponto de divulgação de conhecimento e fomento de novas ações.

Ele conta que não é possível pensar a feira como um ponto isolado, mas sim como mais uma interseção entre os diversos projetos que se relacionam, como o MUDA, o CASA e Capim Limão. O plano pós-pandemia é a intensificação desse relacionamento. Para 2021, a Rede de Agroecologia da UFRJ será um projeto único submetido à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), movimento que visa a institucionalizar todos os integrantes e trazer novos incentivos e bolsas de estudo e extensão.

#### *5.3.4. Dimensão imaterial*

O coordenador da feira afirma que, devido a sua localização na universidade, é facilitada uma assiduidade grande dos clientes, que criam uma relação com os agricultores além daquela de compra e venda. Ou seja, há uma questão relacional forte, mas ainda não diretamente envolvida nas ofertas. Isso ocorre de maneira mais expressiva no trabalho do projeto CASA (Comunidade Acadêmica que Sustenta a Agricultura), que organiza a entrega de cestas mediante pagamentos periódicos.

A oferta das cestas, baseadas na ideia de CSA (Comunidade que Sustenta a Agricultura), cria um vínculo que estimula trocas de saberes e uma relação de confiança. Além disso, o projeto é um exemplo de laço positivo com a pesquisa e com a extensão. A presença na universidade é uma oportunidade de construção de conhecimento que pode ser inclusive difundido e replicado. Em conversa com integrantes do projeto, descreveram orgulhosamente a participação em um congresso sobre sustentabilidade, um resultado relevante para estudantes de graduação.

Os próprios agricultores também se orgulham de participar de eventos e palestrar na universidade, sentem que seus saberes são reconhecidos e valorizados, o que é importante inclusive para que seu trabalho tenha sentido. Assim, essa relação com um público universitário, mais inclinado a conceber conhecimento a partir das experiências, é uma oportunidade para a construção da relevância da feira. Assim, percebe-se já a importância dessa dimensão imaterial e relacional para a feira, que pode ser fortalecida e ainda trazer novos resultados benéficos.

Com a reestruturação nos condomínios, uma nova relação precisou ser construída com os novos beneficiários. O distanciamento e a redução do diálogo impactam bastante essa reconstrução, até diante da presença de alguns clientes tendo seu primeiro contato com a agroecologia, mas os grupos de Whatsapp têm ajudado, inclusive pelo compartilhamento de experiências e de receitas.

#### *5.2.5. O trabalho*

A maior parte dos agricultores da feira são de Guapimirim, uma cidade menor a cerca de 70 quilômetros, ou seja, levam um estilo de vida um pouco diferente daquele da capital. O ritmo de uma cidade mais afastada, alinhado aos valores difundidos pela agroecologia, parecem dar um sentido diferente ao trabalho dos agricultores. A questão relacional e o reconhecimento parecem ganhar mais relevância que nos grandes centros, em que o valor financeiro é aquele mais levado em conta.

Em uma das reuniões acompanhadas, um agricultor manifestou um grande apreço pela feira e disse que gostaria de estar lá pelo resto de sua vida. Este tipo de reconhecimento é fruto de recursos imateriais construídos ao longo dos anos junto à comunidade universitária. Ele diz ter aprendido muito ali e diz ter muitos clientes que o acolheram desde o início e que se transformaram em amigos. O reconhecimento do trabalho e a criação de links com uma comunidade apoiadora impulsiona a atividade dos agricultores.

Essa questão relacional é bastante explicitada pelos feirantes que, inclusive, descreveram um grande descontentamento com a pandemia, não apenas pela queda nas vendas, mas pelo afastamento social. Apesar de reconhecerem uma queda de faturamento em torno de 40%, dizem ter sido uma oportunidade para investir tempo em suas plantações, confiando em que os resultados seriam positivos. A pior parte é estar distante dos pontos de venda, não poder sair de casa e não ter mais o relacionamento presencial com seus clientes é uma situação difícil para pessoas que costumavam ser tão ativas.

É perceptível nas falas desses agricultores a importância de uma construção junto aos clientes, que reconhecem seu trabalho, por exemplo, quando “vêm de longe para comprar”. Os produtores querem ser reconhecidos pela qualidade de seus produtos, inclusive ganhando destaque em sua comunidade, no contato com os produtores vizinhos e com os integrantes do SPG. Além disso, ainda há uma conexão com a terra e com as plantas, o trabalho na plantação também é gratificante, já que afirmam gostar de “passar o dia inteiro na roça”.

### *5.2.6. As externalidades*

A feira da UFRJ gera externalidades positivas uma vez que dissemina a ideia de agroecologia e forma adeptos. Em quase dez anos de existência, a feira gerou diversos trabalhos de graduandos, mestrandos e doutorandos, fruto da cooperação com a comunidade universitária, incluindo técnicos, estudantes e professores. É certo que as competências e os saberes desenvolvidos pelos produtores podem beneficiar novos atores, assim como o inverso, alunos e professores também têm muito a ensiná-los. Essa potencialidade da feira pode ser ainda mais explorada com a inclusão de novos stakeholders.

A iniciativa também ocupa o espaço da universidade, dando a esse novo sentido e novas funcionalidades, incluindo a difusão de valores, o que serve de exemplo para inovações em potencial. Além disso, os agricultores são incorporados à agenda de eventos acadêmicos, como nas várias participações em encontros, como o Sabores e Saberes, que ocorre anualmente sob organização do Instituto de Nutrição. Assim, a feira desenvolve um papel que ultrapassa bastante a venda de produtos orgânicos e abre caminho à experimentação e à pesquisa.

Além disso, há a difusão de valores agroecológicos, que prezam pela conservação de recursos naturais e pela justiça social. Entretanto, uma questão ainda em construção é a das embalagens. Não se pode pensar na manutenção dos solos e dos alimentos sem a utilização de aditivos químicos, mas continuar consumindo e embalando da mesma maneira. Por isso, a feira já repensou suas embalagens, mas ainda tem desafios a enfrentar. As sacolas plásticas foram substituídas pelas de papel, mas o objetivo ainda é eliminá-las, junto a outras embalagens individuais, como garrafinhas de suco e redinhas para frutas.

### *5.2.7. Ancoragem territorial*

No caso da Feira da UFRJ, a maioria dos agricultores não é da cidade do Rio de Janeiro, sim de Guapimirim, o que não representa uma distância que os desconecte do espaço da cidade. Relações são construídas nas duas cidades e com outros agricultores da região Serrana. A busca empreendida pela agroecologia, por um comércio justo que dê melhores condições de vida aos agricultores, impõe a necessidade de uma proximidade com os clientes e impede uma desconexão territorial.

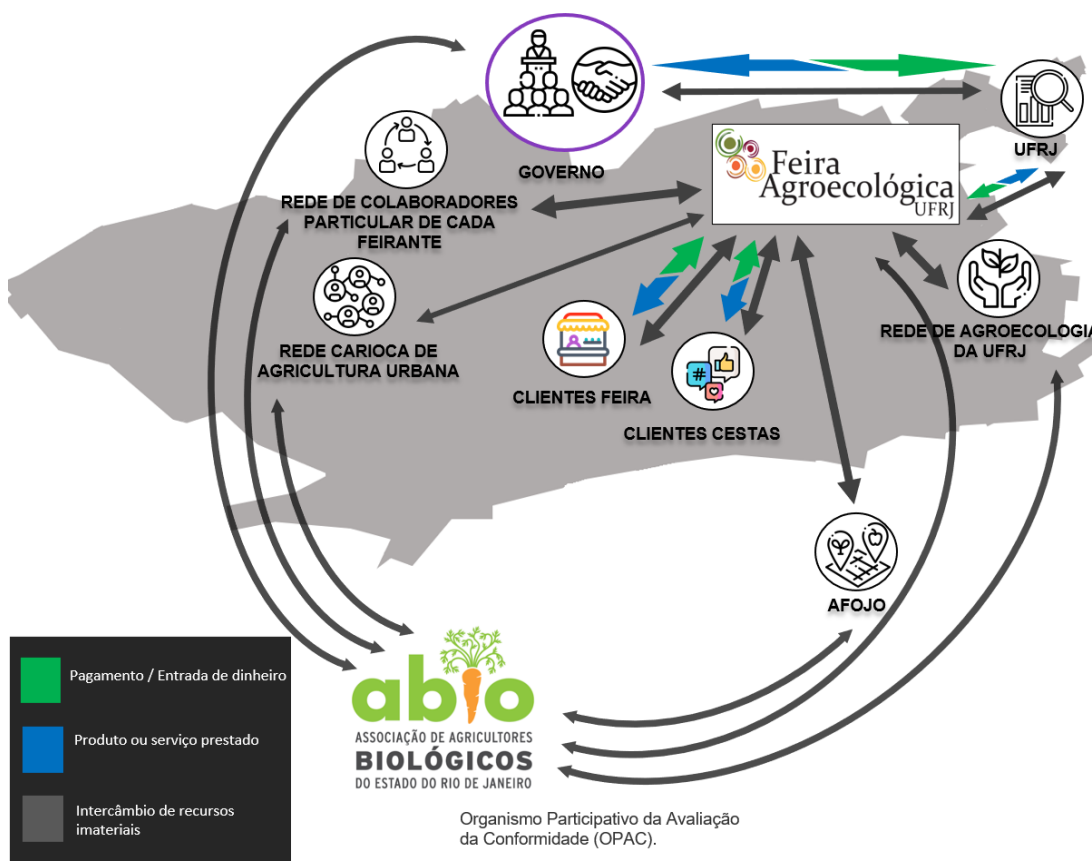
A certificação orgânica pelo sistema participativo de garantia (SPG) também exige uma proximidade com os consumidores, que são convidados a visitar as plantações e até mesmo a ajudar nas colheitas. O coletivo da feira, articulado ao Projeto CASA, ainda promove vivências

agroecológicas (suspensas durante a pandemia), em que consumidores passam um final de semana nas propriedades.

Assim, a feira representa um ponto de conexão da capital com as experiências menos aceleradas de uma cidade menor. Os agricultores vivem um clima “rural” de respeito com a terra e de convivência harmoniosa na comunidade em que se inserem, um deles se orgulha de seu papel promotor da agricultura orgânica na região. Além de trazer esse novo ritmo para a universidade, eles ainda resgatam a relação com o alimento e com a maneira como é produzido, lembrando o papel do ser humano como apenas mais um elemento constituinte de um ecossistema maior.

A partir dos pontos desenvolvidos, a Figura 17 ilustra um ecossistema desenvolvido pela feira, mostrando os principais atores envolvidos no empreendimento.

Figura 17: Ecossistema da Feira Agroecológica da UFRJ



Fonte: Elaboração própria

### **5.3. Feira agroecológica da Freguesia**

#### *5.3.1. Dados gerais*

A Feira Agroecológica da Freguesia atua no ramo da alimentação orgânica de base agroecológica e é integrada por seis famílias de agricultores e uma coordenadora voluntária. Iniciou suas atividades em 2013, a partir de uma demanda dos próprios moradores do bairro, através de sua associação. Beneficiou-se também da existência do projeto de pesquisa Profito (“Plantas Medicinais em Sistema Agroecológico: Uma Alternativa Socioambiental para Produtores Agrícolas do Maciço da Pedra Branca”), que financiou a inserção dos agricultores numa rede de agroecologia, inicialmente com foco em plantas alimentícias não convencionais (PANCs).

#### *5.3.2. Criação de valor*

A iniciativa é uma feira que ocorre semanalmente na Praça Professora Camisão, na Freguesia de Jacarepaguá, Rio de Janeiro. São ofertados alimentos orgânicos que podem ser obtidos no local ou através das cestas entregues em residência. Não há ofertas personalizadas, devido à própria natureza dos produtos alimentícios disponibilizados, mas as cestas trazem certa individualidade. A proposta de valor agrega a saúde atrelada à ausência de agrotóxicos e a contribuição para uma trajetória rumo à sustentabilidade e ao mercado justo.

Os clientes são pessoas já inclinadas ao consumo consciente, então esse valor diferente do monetário é uma forte motivação. Apesar de uma relação de proximidade ser construída com os consumidores, principalmente através da convivência na feira, as ofertas ainda são bastante baseadas numa lógica de padronização. O diferencial oferecido pelos produtos agroecológicos é a consciência de contribuição para a saúde, para a sustentabilidade e para o comércio justo, nem sempre percebido integralmente pelos clientes.

A qualidade é baseada na satisfação desses quesitos, o que se afasta daquela ofertada por grandes mercados, que se aproveitam de uma longa cadeia de produção e comercialização. A certificação orgânica é importante na garantia da qualidade no contato inicial, mas a relação de confiança se mostra mais relevante na continuidade do consumo. Os preços praticados são ligeiramente mais altos que os dos mercados e os produtos apresentam aspectos diversos, assim como se espera de alimentos vindos da natureza; ou seja, as ofertas não são comparáveis quando se reflete sobre a forma de produção e a relação construída na comercialização.

Durante a produção, é importante perceber a manutenção de um ciclo de vida entrelaçado ao natural, inclusive sendo submetido a condições ambientais. As entradas no sistema produtivo são terra, sementes dos próprios vegetais produzidos e adubo de compostagem, ou seja, gerando externalidades positivas. As saídas são possíveis restos de alimentos, também compostáveis. Entretanto, um possível impacto negativo é gerado pelas embalagens.

É interessante ressaltar ainda que a agroecologia busca induzir um novo estilo de vida, baseado na valorização da natureza e das relações humanas. Isso tem potencial de geração de um efeito não intencional sobre o próprio bem-estar, físico e psicológico, para clientes e produtores. O engajamento numa rede de agroecologia traz uma nova interpretação do que é o sucesso para os empreendimentos, que ultrapassa os valores capitalistas de acumulação.

Por isso, é difícil definir concorrentes para a feira. Os clientes são majoritariamente moradores do bairro que visam a esse novo estilo de vida e alimentação. A concorrência representada pelo mercado é mais relacionada ao abandono desses valores, às vezes, induzido pela necessidade de produtos em dias diferentes da feira. A disponibilidade acaba se tornando um empecilho à manutenção desse modo de consumo, o que exige maior integração entre clientes e agricultores, que se organizam para um fornecimento adequado semanalmente (inclusive através de contato por redes sociais).

### *5.3.3. Governança cooperativa*

A feira é gerida por seu coletivo e conta com uma coordenadora que fomenta o diálogo e a cooperação. A própria certificação orgânica exige uma comunicação constante que organize o Sistema Participativo de Garantia (SPG), inclusive com a organização de visitas periódicas às propriedades e de relatórios de produção. Assim, as decisões tomadas em relação à feira são estruturadas de maneira conjunta em reuniões que até mesmo incluem outros parceiros da Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU).

A reflexão sobre seu surgimento já traz a consideração de uma governança ampliada. A partir da identificação coletiva da demanda pela feira e da experimentação durante o período do projeto Profito, a proposta foi amadurecendo. Os agricultores já estavam envolvidos no processo e a organização foi sendo construída coletivamente. Para isso, AS-PTA foi envolvida como representante técnica, é uma associação de direito civil sem fins lucrativos que atua como instituição facilitadora junto à prefeitura.



A feira, desde sua criação, teve esse caráter coletivo e articulado. Hoje, já estabelecida, a AS-PTA tem menor participação, mas ainda acompanha a feira e as reuniões com a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU). Essa, por sua vez, é um movimento social que atua na promoção da agroecologia na cidade, da qual fazem parte os agricultores da feira e a qual organiza as reuniões de certificação pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG).

Esse sistema é uma forma de certificação em que o acompanhamento de critérios para a certificação orgânica é feito de forma coletiva, por isso a necessidade de reuniões mensais e visitas periódicas. Assim, a Rede CAU reúne o grupo de agricultores para discutir diretrizes e objetivos do manejo orgânico urbano. Além disso, a rede organiza visitas de pares e mantém a certificação junto à ABIO (Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro), um Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica (OPAC) credenciado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

É de fácil percepção então a necessidade por uma organização coletiva para a própria manutenção do manejo orgânico. Em se tratando da feira da Freguesia, há ainda questões internas que são tratadas semanalmente em reuniões ao final do horário de vendas. Os participantes defendem uma governança participativa que leve em conta as aspirações e necessidades de todos, inclusive apoiada em um regimento interno.

Mesmo diante de uma organização coletiva que demandou tempo e estudo para se formar, a feira é um ambiente complexo e mutável. Muitos pontos ainda são discutidos, como a ocupação territorial (frágil no Rio de Janeiro), a defesa de valores mais amplos da agroecologia (que podem se opor ao mercado já estabelecido), a participação política, os hábitos alimentares da população, o espaço de convivência, as relações construídas e mesmo o sustento dos agricultores.

Um levantamento interessante foi o desejo coletivo de crescimento e de fortalecimento do ponto da feira, um processo que tem sido discutido e processado com o tempo. Um passo em andamento é a maior divulgação em redes sociais, que visa a buscar clientes mais engajados com a causa agroecológica. Diante disso, é relevante ressaltar esse foco nos consumidores que queiram não apenas comprar orgânicos, mas se envolver em uma luta territorializada de valorização daquele modo de consumo.

Hoje, com as plantações já estabelecidas, o investimento mais relevante para a produção é o tempo de dedicação dos agricultores. Isso gera, inclusive, um impasse, já que o momento das feiras acaba sendo um tempo a menos na plantação. Entretanto, não é constatada uma

necessidade por mais produtos, sim por uma maior variedade, o que tem motivado o desejo de expansão com uma barraca a ser ocupada por um agricultor da região serrana do Rio de Janeiro. Essa variedade é vista como um atrativo para os clientes, que conseguem centralizar suas compras.

A precificação também é uma questão recorrente para produtos agroecológicos, que trazem consigo a consideração do reconhecimento do trabalho e das relações de comércio justas. Entretanto, os preços praticados na feira são atrativos e não parecem levantar esse questionamento, além de já terem sido discutidos entre os feirantes. Os clientes frequentadores já têm noção dos preços e os agricultores costumam fortalecer as relações através da generosidade, aumentando a quantidade de produtos nas porções ou diminuindo o preço, principalmente quando dispõem de grande estoque (muitas vezes, ao final da feira).

#### *5.3.4. Dimensão imaterial*

No contexto da agroecologia, recursos imateriais são bastante requisitados, é necessário construir a confiança e a pertinência das ofertas junto aos clientes. O Sistema Participativo de Garantia (SPG), como parte dos requisitos para certificação orgânica, é uma das formas de investir nesses recursos durante a produção. Agricultores e consumidores visitam as propriedades (uma ou duas por mês) e inspecionam a produção, mas com um olhar de escuta e de auxílio, trocando experiências e desenvolvendo competências.

A feira, junto à Rede CAU, estimula a criação de um patrimônio imaterial coletivo que engloba a saúde dos atores, a confiança e as relações com os clientes, as trocas com o governo, os conhecimentos compartilhados e outras questões que ultrapassam a simples consideração de um sistema produtivo. Por esse motivo, a feira hoje se interessa em construir uma rede de clientes mais engajados, que busquem mais que a qualidade dos alimentos por motivos pessoais, o que também passa por uma reeducação conjunta.

Nesse sentido, é interessante repensar como os próprios agricultores foram reeducados e inseridos nessa rede de discussão e construção de conhecimentos. Inicialmente, o projeto Profito buscava difundir conceitos de inovação em plantas medicinais que incluíam temas como agroecologia, território, gestão participativa e arranjos produtivos locais (APLs). Os agricultores foram envolvidos através de cursos de formação com a manutenção de bolsas de estudo e então puderam se desenvolver coletivamente.

Apesar de haver essa forte articulação com atores territoriais ligados à agroecologia e à defesa da agricultura urbana, não há grande interação com outras empresas ao redor, o que

poderia fortalecer ainda mais o ponto da feira. O espaço da praça é dividido com outras três barracas, de açaí, de cachorro-quente e de doces, além de um movimentado comércio ao redor. Entretanto, esses atores locais não estabelecem uma comunicação efetiva.

Nesse contexto, há também parcerias individuais dos feirantes com agricultores de outras localidades para trocas de mercadoria. Algo positivo para a feira, já que a variedade de produtos é um atrativo que desenvolve sua pertinência e sua relevância para a comunidade. Por isso, os feirantes ainda concordam sobre a necessidade de expansão, com mais uma barraca levando produtos da região serrana. O contraponto seria a concorrência, uma vez que há mercadorias repetidas nas barracas, mas essa é vista como saudável para o coletivo.

Percebe-se que os rendimentos da feira dependem bastante da circulação de clientes, ou seja, ainda uma lógica de volume. Além disso, as barracas, apesar de dividirem o espaço, não são interligadas, cada agricultor expõe seus produtos, desenvolve sua relação com os clientes e, conseqüentemente, sua rentabilidade de forma individual. O financiamento de melhorias para a feira também parece um ponto de atenção, já que costuma vir de projetos e editais, principalmente através da ONG AS-PTA, que, inclusive, recentemente, ganhou um edital da Petrobrás e pretende investir em formação para os colaboradores.

#### *5.3.5. O trabalho*

As atividades empreendidas são a produção e a venda de produtos orgânicos in natura e de pães (apenas uma barraca). Os feirantes são agricultores de localidades próximas e levam seus produtos para expor e comercializar, além das encomendas de cestas. Há ainda um feirante que atua como intermediário e traz mercadorias vindas de São Paulo e da região serrana, suprimindo uma necessidade por aquelas que apresentam dificuldade de produção no clima do Rio de Janeiro.

Agricultores realizam a maior parte do trabalho de produção e venda, contando com ajudantes da própria família ou externos, que trabalham sem vínculo empregatício. Um desafio percebido é a gestão da produção, que exige uma dedicação grande, difícil de conciliar com o trabalho das feiras. A pandemia e o tempo de reclusão (apesar de ter sido curto neste caso), sem feiras, inclusive oportunizaram uma maior dedicação que resultou em novas espécies plantadas.

É possível enxergar a centralidade do trabalho na produção, que está diretamente interligada ao tempo investido na plantação. Os agricultores mencionam a necessidade de se dedicar mais à terra, mas não a vontade de comprar mais lotes. Outro recurso chave é o conhecimento desenvolvido durante os anos de experiência, inclusive passados de pai para

filho. Assim, a comunicação, a cooperação e o aprendizado são importantes para a manutenção da produção, mas um membro da família é sempre o responsável centralizador da atividade.

A venda geralmente também é centralizada em um responsável, o próprio agricultor, que pode contar com auxílio de familiares. Entretanto, há um caso de divisão de trabalho em que o agricultor planta e sua esposa é responsável pelas vendas na feira. A pandemia exigiu também o desenvolvimento de novas competências, como o contato com os clientes por meio de plataformas e a logística para entrega de cestas, além da cautelosa gestão da produção.

Além disso, a pandemia impediu alguns planos de crescimento, como a expansão com mais um feirante e a redução do uso de embalagens, que ainda são perspectivas para o futuro. Diante do cenário conturbado e da recente organização das cestas, novas prioridades surgiram. Nesse contexto, a coordenadora da feira, uma voluntária ligada à Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) e à Associação dos Moradores e Amigos da Freguesia (AMAF), acabou centralizando muitas tarefas, inclusive a organização das cestas, trabalho que já tem sido distribuído em busca de uma nova governança.

Mão-de-obra externa é também uma questão levantada pelos agricultores, que dizem ser difícil encontrar alguém para trabalhar na “roça”. Entretanto, uma feirante tem um ajudante que tem estado presente nos dias de feira e que é bastante elogiado, apesar de não possuir um vínculo empregatício. Esse reconhecimento do trabalho, mesmo informal, é interessante e motiva o trabalhador, que também aprende o ofício.

### *5.3.6. As externalidades*

A percepção das externalidades positivas geradas parece ser central para a atividade da feira. Os agricultores se orgulham de produzir alimentos sem a utilização de aditivos químicos e têm consciência dos efeitos positivos gerados por essa prática. Inseridos no contexto da agroecologia, os resultados se expandem ainda mais com o desejo pelo impacto até mesmo na organização política do território, incluindo temas como a concentração fundiária e a desigualdade social.

Apesar de a atividade de venda de alimentos produzidos sem agrotóxicos não implicar necessariamente em efeitos sociais, a discussão desses possíveis desfechos é pauta de uma consciência agroecológica construída pelo coletivo da feira junto ao SPG. Se pretende-se defender uma relação de confiança que embase as trocas mercantis, as externalidades sociais, ambientais e econômicas devem ser consideradas.

Nesse sentido, há efeitos intencionais e não intencionais sobre uma produção mais limpa defendida por princípios agroecológicos. É importante, para os integrantes, reconhecer como contribuem para a promoção de uma multifuncionalidade para a alimentação, incluindo as questões de saúde e de equidade social. Entretanto, apesar de já estar sendo considerada, a redução do uso de embalagens ainda se encontra em fase embrionária, com sacolas plásticas, por exemplo, fazendo parte do cotidiano da feira.

### *5.3.7. Ancoragem territorial*

Nascida de uma demanda da própria comunidade através da Associação de Moradores e Amigos da Freguesia (AMAF), a feira traz consigo a consideração da territorialidade desde o início. Além disso, o vínculo criado com outros produtores através da Rede Carioca de Agricultura Urbana também articula necessidades do território que ultrapassam o bairro e englobam a própria promoção da agricultura urbana de base agroecológica em espaços de vulnerabilidade.

Os agricultores são moradores da cidade do Rio de Janeiro em bairros próximos à feira, ou seja, também se implicam na construção social daquele empreendimento. Uma consideração relevante levantada nesse sentido foi o reconhecimento e a legitimidade de espaços produtivos no Parque Estadual da Pedra Branca. Sendo uma área de preservação, a manutenção de terras agricultáveis foi amplamente criticada em diversos momentos da história do parque.

Um retrato da dualidade em relação à agricultura no parque é a criminalização dos bananais, em 2010, e o posterior recebimento do Prêmio Maravilhas Gastronômicas da Terra, em 2015. A luta pelo reconhecimento da agricultura urbana, que já existia naquelas terras antes da criação do parque, em 1985, é uma constante na vida desses agricultores e a feira é uma das formas de resistir. Por outro lado, é importante também que o cultivo coexista com as espécies locais e respeite a mata original.

Com a formação dessa rede de defensores da agricultura urbana, é mais fácil refletir em conjunto sobre as melhores formas de cultivar e resistir, inclusive compreendendo a relação entre cultura e território. A agricultura passa a ser um orgulho, como conta um dos entrevistados. Muitos trabalhadores foram inclusive se tornando estritamente agricultores durante esse processo.

A agricultura urbana no Rio de Janeiro tem uma realidade dinâmica, há agricultores assalariados ou que já tenham sido, há quintais produtivos, há aposentados, há agricultura de subsistência e há ainda hortas urbanas. Um importante programa governamental nesse sentido

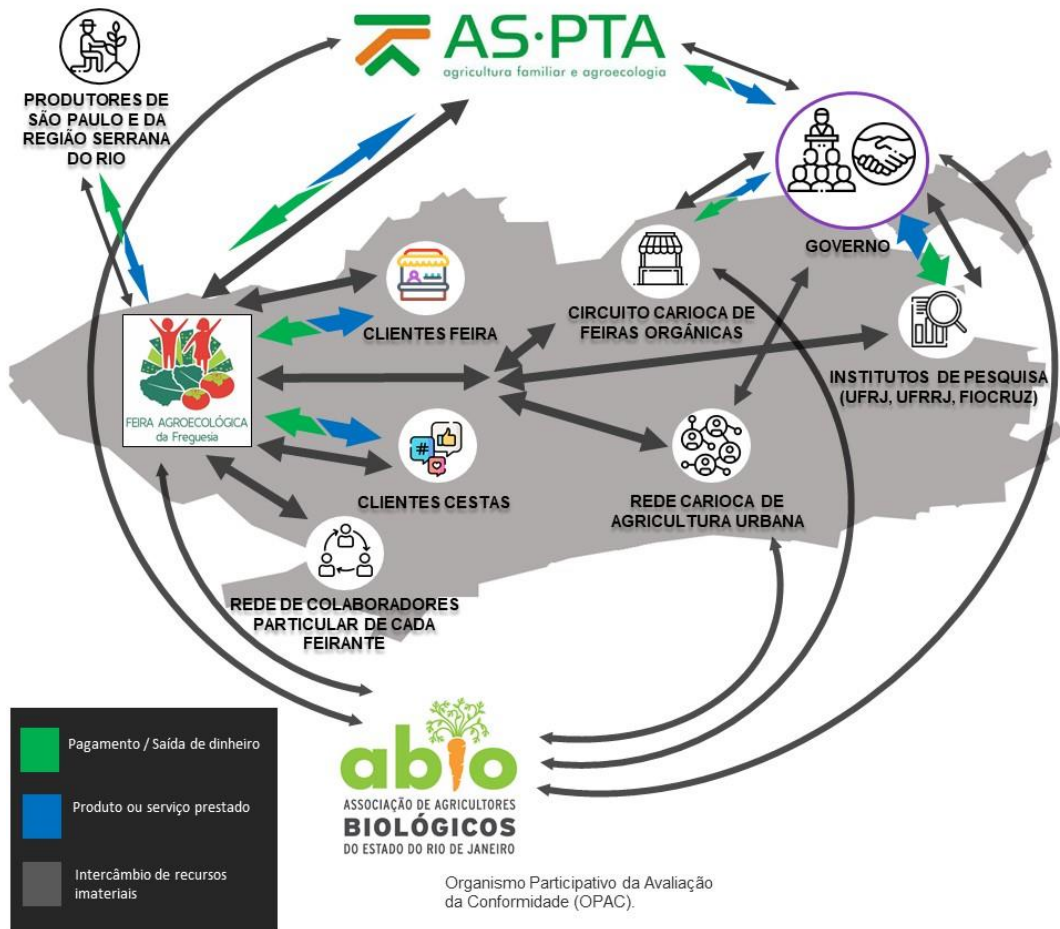
é o Hortas Cariocas, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que financia hortas em escolas municipais e em comunidades, inclusive tendo utilizado sua produção para atenuar o problema de acesso a alimentos durante a pandemia.

Dessa maneira, o movimento em defesa da agricultura urbana, antes pulverizado, foi ganhando força, principalmente a partir de 2010. Então a materialização da feira, em 2013, é uma forma de reafirmar, ao público e ao governo, que existe agricultura na cidade, principalmente na zona oeste, antigo Sertão Carioca. Há, assim, a tentativa de retomada de uma tradição “rural” que vinha sendo dissipada desde o período da ditadura militar.

A existência dessa agricultura urbana tem sido ameaçada ou negada em diversos sentidos. Na instância política, não se desenvolvem políticas públicas de apoio e mesmo as que existem acabam sendo de difícil acesso para os agricultores. Socialmente, essa agricultura foi sendo empurrada para regiões montanhosas e de menor valorização imobiliária e não é sequer conhecida por grande parte da população da cidade. Como já mencionado, até mesmo a presença do cultivo em meio a um parque estadual é questionada por órgãos de defesa do meio ambiente.

A partir dos pontos desenvolvidos, a Figura 18 ilustra um ecossistema desenvolvido pela feira, mostrando os principais atores envolvidos no empreendimento.

Figura 18: Ecosistema da Feira Agroecológica da Freguesia



Fonte: Elaboração própria.

## 5.4. Análise dos casos

### 5.4.1. Dados gerais

Ambas as feiras agroecológicas da Freguesia e da UFRJ são espaços de debate e difusão de uma agroecologia com aspirações sobre uma nova forma de alimentação, mais saudável e justa. Uma diferença fundamental é o local de produção e de venda: enquanto os produtores da Freguesia são agricultores urbanos e vendem numa praça movimentada do bairro, os da UFRJ são, em grande parte, de uma região mais distante e menos urbanizada (Guapimirim) e vendem no ambiente universitário.

### 5.4.2. Criação de valor

Como defendido por Sempels (2017), o valor produzido e entregue pelas empresas sob uma ótica de EFC deve se apoiar sobre sua eficiência de uso. Ou seja, as soluções integradas precisam cumprir uma função que reafirme as necessidades de um coletivo e que otimize a

utilização de recursos (materiais e imateriais). Nesse sentido, ambas as feiras exibem uma multifuncionalidade que inclui a reafirmação da saúde e a luta por relações comerciais mais justas. Entretanto, a otimização de recursos ainda é um ponto a ser revisitado.

No que tange aos recursos materiais, há a problemática das embalagens, cuja solução ainda se encontra em construção pelo coletivo das feiras, conforme discutido à frente no tópico “externalidades”. Além disso, esses recursos ainda podem ser mutualizados, como propõe IEEFC (2018), compartilhando os meios de produção. Isso acontece para as feiras em relação às barracas, que são um patrimônio coletivo em ambos os casos. Na feira da Freguesia, um agricultor é até mesmo pago pelos outros para montá-las, desmontá-las e transportá-las, já que são usadas também em outra feira no dia seguinte. Entretanto, talvez pudesse haver uma melhor dinâmica para compartilhar os meios de transporte que levam os produtos de cada agricultor em ambas as feiras, mas principalmente a da UFRJ, que é mais longe das propriedades.

No que tange aos recursos imateriais, é interessante perceber um esforço de mutualização desses através da articulação do SPG, em que agricultores se visitam e trocam conhecimentos. Esse efeito de investimentos imateriais conjuntos é decorrente da proposta de agroecologia baseada em relações de confiança. Apesar de isso ser estimulado entre os clientes, esses são menos assíduos em reuniões e visitas, envolvendo-se mais quando há eventos. Por isso, eventos como a Festa do Caqui, promovida pelo coletivo da feira da Freguesia junto a outros produtores da região, incita uma questão relacional importante para a manutenção dessa pertinência. Assim como os eventos da UFRJ que envolvem a feira, como o Encontro Sabores e Saberes.

Outro ponto, trazido em IEEFC (2018) e discutido por Du Tertre (2106), é o estímulo a uma forma de contração não mercantil. Enxerga-se a EFC como um estado avançado de uma economia de serviço, em que as soluções integradas de bens e serviços englobam as questões pertinentes ao desenvolvimento sustentável e se desconectam de um fluxo de materiais. Nesse ponto, as feiras ainda podem repensar suas ofertas de maneira a abandonar uma lógica de volume de alimentos vendidos.

Para a feira da UFRJ, valor já é agregado a alguns produtos, como geleias, doces, sucos e méis, o que não ocorre na Freguesia. A coordenadora dessa última já menciona a ideia de produzir suco verde na feira, buscando atrair mais gente para um espaço de convivência, o que também agrega força ao trabalho ali desenvolvido. Outros produtos, como doces e preparados, quando discutidos, foram deixados de lado porque se deseja expor produtos facilmente



rastreáveis e condizentes com o que se faz nas outras feiras do Circuito de Feiras Orgânicas da cidade.

Portanto, nota-se ainda uma componente forte de dependência do fluxo de materiais, mesmo considerando os alimentos preparados. Uma opção que poderia fomentar um maior efeito servicial e relacional poderia ser um fortalecimento das cestas, não apenas com pedidos online, mas com estudos conjuntos dos gostos dos clientes e propostas mais robustas de adequação. Muitos compradores buscam os mesmos produtos que se encontra em um mercado, mas pode-se considerar uma pesquisa conjunta, até mesmo revisitando as plantas alimentícias não convencionais (PANCs). Assim, ocorreria uma coprodução das soluções, assim como proposta por Benqué *et al.* (2014) e Du Tertre (2010).

Esse movimento de personalização das ofertas exige uma proximidade aos consumidores, o que ajuda a divulgar uma nova forma de consumo. Receitas podem ser trocadas, valorizando o conhecimento desenvolvido pelos produtores ao longo dos anos, em que eles próprios se adaptaram a consumir orgânicos da estação. Alimentos preparados podem também entrar para a oferta de cestas, estimulando os próprios agricultores a pesquisar novas receitas e a conhecer os gostos de seus clientes.

Nesse sentido, é importante associar alimento e saúde, as novas ofertas podem fomentar uma discussão sobre alimentos funcionais e sobre plantas alimentícias não convencionais (PANCs), o que pode envolver também alunos e professores do Centro de Ciências da Saúde (CCS). Além disso, outros atores também podem ser envolvidos nessa promoção de novas ofertas, como restaurantes e comércios das proximidades, tanto para a Freguesia, quanto para a UFRJ.

#### 5.4.3. Governança cooperativa

Se soluções precisam ser cocriadas envolvendo ambos clientes e prestadores, a cooperação precisa estar no centro da governança e da criação de valor, como sugere IEEFC (2018). Além disso, conforme Du Tertre (2103), a cooperação também deve ocorrer no seio da própria organização, podendo-se analisá-la em três sentidos: horizontal, vertical e transversal.

O sentido horizontal, ou seja, entre os colegas de trabalho, é desenvolvido na feira através das reuniões do grupo e das visitas do SPG. Os agricultores cooperam em espaços de debate sobre o desenvolvimento das feiras, mas também sobre suas próprias plantações, que são visitadas e fiscalizadas em conjunto. Esses momentos de trocas de experiências são importantes para o estabelecimento de uma conexão entre os trabalhadores, que dependem do

coletivo para manterem seu selo orgânico. No caso da feira da UFRJ, nem todos fazem parte do mesmo SPG, mas ainda comparecem às reuniões mensais.

Nesse contexto, o que ainda poderia ser otimizada é a organização entre os feirantes sobre o que levar à feira da Freguesia, desestimulando uma concorrência. Depois de muitas discussões sobre preços e sobre o que vender, chegaram à conclusão de que a concorrência era boa. Entretanto, isso não parece ser verdade absoluta, os agricultores acabam não recomendando seus colegas quando algum produto está em falta e a feira acaba perdendo como coletivo. No caso da UFRJ, isso é mais bem organizado, já que os feirantes com os mesmos produtos são colocados e pontos distintos do campus.

É difícil estabelecer uma linha hierárquica entre os integrantes das feiras, então o sentido vertical da cooperação, ou seja, entre chefe e subordinados, parece bastante desenvolvido. Os coordenadores das duas feiras atuam como facilitadores do trabalho dos agricultores, mas não estabelecem uma relação de subordinação. A relação se baseia no respeito por seus conhecimentos, ambos professores, e por seus papéis relevantes para os empreendimentos.

Enquanto transversal, ou seja, entre empresa e beneficiário, a cooperação se desenvolve principalmente através da convivência na feira. Novas formas foram oportunizadas durante a pandemia, como a própria intensificação das mensagens em aplicativos e a presença nas redes sociais. Entretanto, os agricultores da UFRJ dizem perder com esse contato digital, menos próximo, que impossibilita a apresentação adequada dos produtos. Essa forma de cooperação ainda pode ser potencializada com o desenvolvimento de novas ofertas que envolvam o cliente, como já discutido.

Assim, para Du Tertre (2002), a governança deve englobar esses processos de cooperação de forma a gerar investimentos imateriais e efeitos de reflexividade, construindo uma nova legitimidade inserida no contexto do desenvolvimento sustentável. Para as feiras, isso acontece a partir da maneira como as decisões são tomadas, coletivamente, de forma a gerir esse movimento de construção conjunta. Para a feira da Freguesia, isso ainda envolve atores externos participantes do SPG, o que enriquece o diálogo sobre a agricultura urbana e sobre seu papel social.

Portanto, as feiras desenvolvem uma governança que estimula que os recursos imateriais sejam impulsionados, principalmente no âmbito de um trabalho coletivo entre indivíduos que se implicam nas decisões, até mesmo ultrapassando o perímetro das feiras. Assim como defendido por Dejourns (2012), cria-se um elo entre as capacidades do indivíduo e

sua contribuição à cultura e à política (o viver social). Uma ressalva ainda é a conexão com outros setores, como o comércio dos arredores, que precisa ser mais desenvolvido para um crescimento conjunto orientado à sustentabilidade.

#### *5.4.4. Dimensão imaterial*

A valorização da componente imaterial é vista como essencial por Pinet (2017), apoiada pela cooperação e pela transformação do trabalho. Assim, as ofertas das feiras precisam colocar em prática o efeito tesoura, de crescimento do imaterial e decréscimo do material. Com isso, pode-se estimular até mesmo a reeducação dos clientes para a agroecologia a partir do engajamento e da coprodução.

A existência das feiras é também um ato político de ocupação do espaço público para a propagação de ideias ligadas à sustentabilidade e ao comércio justo, o que é explicitado pela coordenadora de Freguesia. Ofertas mais personalizadas podem potencializar essa componente imaterial que passa pelo reconhecimento de multifuncionalidades da alimentação. A agroecologia já reconhece e estimula esse movimento, mas pode se beneficiar dos conceitos da EFC principalmente no que tange à operacionalização de uma economia baseada no serviço.

Recursos imateriais como a saúde dos trabalhadores e dos beneficiários, a relevância e a pertinência das ofertas, as competências dos atores envolvidos são importantes, mas ainda não centrais para a monetização. Esses aparecem como consequências da existência das relações empreendidas nas feiras, mas não como centrais em suas atividades. Necessita-se desenvolver as “atividades imateriais e relacionais” como defendidas por Du Tertre (2002), imensuráveis e sem um regime de acumulação tradicional, como a educação, a formação, a cultura, a saúde, entre outros.

É preciso buscar a dissociação do valor entregue de uma oferta de bens materiais – alimentos in natura ou preparados – ainda centrais para as feiras. Essa construção é coletiva e não ocorrerá instantaneamente, mas a reflexão e a experimentação devem orientar a transformação, assim como proposto na Figura 13: Transição para o bem-viver alimentar. A mutualização de recursos imateriais, a troca de conhecimentos e a personalização das ofertas, construídas em conjunto com beneficiários, trarão maior relevância e reconhecimento às feiras. Além disso, as parcerias com outras empresas locais também se fazem essenciais para uma transição conjunta a um modelo mais sustentável, conforme Du Tertre et al. (2019).

Nesse sentido, é interessante perceber na fala do coordenador da feira da UFRJ uma vontade de transformar a feira num catalisador de movimentos agroecológicos na universidade.

Isso coloca o empreendimento como um importante foco gerador de recursos imateriais, como a própria competência. O conhecimento dos agricultores e a experiência de quase dez anos de feira no campus podem fomentar novos movimentos agroecológicos até mesmo fora da universidade.

Novamente, para que esse intuito (e outros) seja alcançado, é necessário reconhecer e comunicar uma multifuncionalidade da agricultura, especificamente a orgânica de base agroecológica. É necessário estabelecer o debate sobre a relação com a saúde e com movimentos sociais que estimulam uma melhor distribuição de terras e renda, um comércio mais justo, uma valorização territorial, entre outros tópicos que surgem no seio da discussão política sobre agroecologia.

#### *5.4.5. O trabalho*

Como defendido por Du Tertre (2013), as novas ofertas serviciais orientadas à EFC transformam a natureza e a relevância do trabalho, que se põe no centro da criação de valor e dos investimentos imateriais. Para as feiras, o trabalho dos agricultores realmente se coloca como central no processo produtivo e das vendas. Entretanto, a componente material da produção ainda é forte, até mesmo pela natureza dos produtos ofertados, para alimentação.

No processo produtivo, Du Tertre (2017) defende que resultados devem ser avaliados sob novas óticas, abandonando-se um padrão muito quantitativo do modelo industrial e abrindo espaço para análises qualitativas e coletivas. Nesse quesito, a feira não parece desenvolver um padrão formal de avaliação, mas os próprios agricultores julgam os resultados de suas vendas, principalmente sobre os retornos financeiros. É possível perceber o quanto o relacionamento com os clientes acaba influenciando o resultado, mas também que o volume de vendas ainda é o principal parâmetro de avaliação.

Apesar de não haver uma governança que pressione as vendas, os feirantes acabam criando expectativas sobre a demanda e ainda há um desejo de expansão das feiras. Para a Feira da Freguesia, há o desejo de ampliação com mais um feirante, percebe-se essa feira como uma construção coletiva que precisa tomar o espaço cedido. Sob essa ótica, o trabalho dos feirantes se insere num contexto de cooperação, como trazido por Du Tertre (2013), em que as atividades de um trabalhador interferem na de outro e a feira acaba sendo avaliada pela sociedade como um coletivo presente na praça.

Sua coordenadora chama a atenção para o fato de que a ocupação do espaço pública em uma cidade como o Rio de Janeiro é muito frágil. A praça em que a feira se instala já divide

espaço com uma barraca de cachorro-quente e com outra de açaí, com as quais não se tem muito diálogo. Além disso, a feira ocorre uma vez por semana, deixando espaço nos outros dias, então precisa construir uma legitimidade junto à sociedade que garanta sua continuação. Nesse sentido, a expansão é importante e, para isso, pensa-se na inclusão de uma barraca (que gera variedade de produtos e visibilidade), na maior difusão em redes sociais e na oferta de suco verde na feira.

Para a feira da UFRJ, a expansão parece estar mais atrelada à diversificação e à qualidade dos produtos ofertados, principalmente os preparados. Seu coordenador planeja estruturar cursos com os feirantes com um foco na padronização dos preparados, assim como de suas embalagens. Entretanto, a possibilidade de ter novos integrantes foi levantada numa reunião como algo não vislumbrado para um futuro próximo. No caso dos condomínios, durante a pandemia, ainda há vontade de expansão para atendimento de novos clientes em novos prédios, já que a capacidade produtiva dos agricultores não foi esgotada.

Como as vendas são bastante atreladas a uma relação de proximidade com os agricultores, um trabalho, mesmo que involuntário, de conquista dos clientes é extremamente necessário. Não basta que o feirante realize a função básica de venda, mas se faz necessário informar o consumidor sobre os produtos agroecológicos oferecidos, principalmente por se tratarem de ofertas diferentes daquelas presentes nos mercados tradicionais. O beneficiário precisa entender e apoiar um movimento contra hegemônico de valorização dos ciclos naturais, dos alimentos sem agrotóxicos e do próprio trabalho dos agricultores.

Nesse sentido, o reconhecimento da atividade pelo próprio feirante, pelo coletivo da feira e pelos clientes ultrapassa a oferta de produtos. Os agricultores se orgulham dos clientes de anos que frequentam as feiras, alguns que até mesmo se disponibilizam para auxiliar o trabalho de venda quando necessário. É perceptível o desenvolvimento de afetos e de trocas não formalizadas, descritos por Du Tertre (2013) como resultados de ofertas serviciais que mobilizem saberes tanto dos produtores quanto dos beneficiários.

Essa perspectiva parece diferenciar a percepção dos integrantes das diferentes feiras. Os agricultores da UFRJ parecem estar mais satisfeitos com os retornos de seu trabalho, financeiros e relacionais. Um deles afirmou em reunião estar totalmente satisfeito com a feira (antes da pandemia) e, mesmo depois da pandemia, com uma brutal queda nas vendas, os entrevistados reconheciam o esforço feito por seus clientes, pelo coordenador da feira e pelos integrantes do projeto CASA para que não ficassem desamparados. Seu estilo de vida, mais simples e rural,

parece ser distinto do daqueles agricultores urbanos da Freguesia.

Nesse sentido, para que esse movimento de reconhecimento do trabalho nas feiras seja otimizado, faz-se necessária a transformação das ofertas, para uma maior inclinação ao serviço. Assim, a subjetividade e a intersubjetividade serão mais centrais para a produção e os clientes estarão ainda mais inclinados a construir as ofertas junto àquele agricultor com o qual mais se identificam. Dessa maneira, recursos intangíveis terão um papel mais relevante na avaliação do trabalho, também valorizando a territorialidade.

#### 5.4.6. *As externalidades*

Como defendido por Du Tertre (2010), empresas engajadas em um projeto de transformação de modelo econômico para a sustentabilidade, precisam se apoiar sobre o serviço para considerar questões como as externalidades (sobre a saúde, sobre o meio ambiente, sobre a segurança, etc.). Seus modelos de avaliação precisam expandir esses pontos de forma a enxergar considerações que fogem aos olhares do modelo industrial tradicional.

Para as feiras, essas questões são discutidas e levadas em consideração pela coletividade principalmente em um contexto de defesa da agroecologia. Como percebido pela coordenadora da Feira da Freguesia, esse projeto ultrapassa apenas a busca por uma alimentação mais saudável para seus clientes, que por si já se considera uma externalidade positiva. Mais que isso, as discussões empreendidas na Rede Carioca de Agricultura Urbana envolvem uma luta política que engloba temas importantes que surgem através de seus participantes.

Para a feira da UFRJ, esse debate mais amplo costuma acontecer nas trocas com outros projetos da universidade, que inclusive geram externalidades positivas para o avanço da ciência. Entretanto, os pontos defendidos pela agroecologia ainda podem ser expandidos considerando um referencial da Economia da Funcionalidade e da Cooperação. A consideração de um comércio justo, por exemplo, baseia-se numa precificação que dê satisfatórias condições de vida aos comerciantes, mas o momento de crise já mostrou que isso depende também da construção de relações mais duradouras, o que exige uma consideração mais forte dos serviços e dos valores imateriais.

Busca-se criar um valor compartilhado, inicialmente pelos participantes e posteriormente pela sociedade, assim como considerado por Bocken *et al.* (2015), que se manifesta em efeitos mediatos e imediatos da produção, como trazido por Hubault (2017). Nesse ponto, as feiras materializam uma coletividade que busca repensar seu papel e seu impacto, mas ainda amadurecerem, por exemplo, a ideia das embalagens. Para a Freguesia, isso

é um projeto inicialmente considerado, mas que precisa ser colocado em prática, já que embalagens plásticas ainda estão bastante presentes. Na UFRJ, a iniciativa está mais avançada, com a substituição das sacolas plásticas pelas de papel, mas ainda se utilizam telas e garrafas plásticas para embalar produtos.

Além da questão da embalagem, ainda se pode considerar a gestão de resíduos, que deve cuidar para que haja o mínimo desperdício possível. Entretanto, esse objetivo, assim como aquele da redução de embalagens, depende fortemente da participação ativa dos próprios consumidores. A feira tem também esse papel de formar seus clientes de maneira que eles desejem comprar sem embalagens e otimizar a utilização dos alimentos, inclusive cascas e sementes.

Essa formação dos consumidores é uma externalidade positiva que evita efeitos negativos sobre o território e ainda é uma maneira de agregar valor à relação empreendida. Além disso, a redução das embalagens e do desperdício reduz o custo e o impacto da produção, ou seja, suas externalidades negativas. Assim, ocorre o que ADEME et al. (2017) reconhecem como uma possibilidade de ganho de valor da oferta, inclusive na forma monetária (já que não se gasta com embalagens, vende-se o alimento por inteiro e ainda se cria uma relação de proximidade).

#### *5.4.7. Ancoragem territorial*

Para Buclet (2014), o território é cenário de suporte e articulação entre o espaço do problema e o espaço da solução. Nesse sentido, a Feira Agroecológica da Freguesia cumpre um papel importante de materialização de uma demanda territorial trazida pela própria comunidade (associação de moradores) pelo bem-estar social ligado à alimentação. Além da própria relação diferenciada de comércio, a feira é um espaço de luta e resistência pela manutenção de uma agricultura urbana que reaviva uma conexão campo-cidade.

Dessa forma, como também defendido por Du Tertre (2012), questiona-se a relação da economia com o território e inverte-se uma lógica de controle desse. Busca-se construir novas funcionalidades ao próprio espaço urbano, com a percepção de que a separação urbano-rural pode perder sentido quando pensada em termos de uma setorização baseada na produtividade. Assim, a cidade ganha uma nova função de produção dos alimentos e ainda de fortalecimento da multifuncionalidade desses.

A Feira Agroecológica da UFRJ, apesar de, inicialmente, ter sido idealizada por um núcleo do restaurante universitário e não pela comunidade escolar, teve participação dessa em

sua implementação e hoje representa um empreendimento que serve de exemplo no campus e fora dele. A agroecologia em si é uma demanda territorial diante dos problemas gerados pela indústria do alimento, incluindo uma população amplamente adaptada às comidas processadas.

Assim, como também descrito por Du Tertre (2016), ocorre um relevante movimento de ressignificação da performance, que leve em conta a construção de patrimônios imateriais coletivos territoriais, principalmente através dessa articulação entre produtores e consumidores. O empenho dos grupos em defesa dessa nova forma de enxergar a agricultura, a agroecologia, busca gerar externalidades como o próprio reconhecimento governamental, que inclusive motiva ações como o projeto Favela Orgânica, de hortas urbanas em locais de vulnerabilidade.

A partir do proposto por Maillerfert e Robert (2017) sobre a criação de um valor territorial, os pontos levantados evidenciam a estruturação de um projeto local que envolve atores além de produtores e clientes, como o governo e as populações em vulnerabilidade. Além disso, a agroecologia combate as externalidades negativas geradas pelo agronegócio tradicional, advogando por um desenvolvimento justo que leve em conta as considerações ambientais, sociais e econômicas envolvidas no ato de se alimentar.

Portanto, é possível identificar a importância de uma ancoragem territorial no projeto das feiras, entendida além do momento das trocas semanais com clientes. Para que essa percepção possa ser ampliada, poderia haver a expansão de um novo modelo de performance e o fortalecimento do valor imaterial, como salientado em Du Tertre (2010). É importante encorajar um valor ampliado legítimo para a coletividade pública, ou seja, um projeto de reeducação da população, que inclusive se percebe já na fala da coordenadora da Feira da Freguesia, ao considerar o desejo por clientes mais engajados.

Os projetos de expansão das feiras já mencionados podem trazer bons resultados no que tange à educação social para a sustentabilidade também. Um ponto de atenção aqui pode ser ainda a articulação com diferentes setores da sociedade, ainda limitado para ambas. Para a construção de sua legitimidade e de sua relevância, seria útil integra-se com empresas e atores de outros segmentos, expandindo o perímetro de ação e fomentando a transformação mais global a que se almeja, principalmente em se tratando de um projeto territorial.

Diante dos pontos analisados, as Tabela 16 e 17 resumem as características observadas e os insights para melhorias das feiras individuais e a Tabela 18 traz uma análise conjunta de ambas sob uma perspectiva de mudanças que possam ser estimuladas para a busca de um



desenvolvimento mais orientado à sustentabilidade, conforme proposto pelos princípios da EFC.

Tabela 16: Resumo análise da Feira Agroecológica da UFRJ

DESCRIÇÃO GERAL		
Feira realizada semanalmente na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) que expõe e vende produtos in natura e preparados. Constrói articulação com outros movimentos da universidade, incluindo o projeto CASA, que organiza a entrega de cestas baseada em CSA. Está oficialmente interrompida durante a pandemia, mas com um novo projeto de entrega de cestas em condomínios.		
CONCEITO	CARACTERÍSTICAS POSITIVAS OBSERVADAS	INSIGHTS PARA MELHORIAS
Criação de valor	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Clientes inclinados a um consumo mais consciente, pelo menos no que diz respeito à sua própria saúde.</li> <li>- Experiências diversas, incluindo participação em feiras, eventos, grupos de pesquisa e CSA.</li> <li>- Proximidade com a pesquisa e com a extensão</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Busca de novas formas de contratação que auxiliem o abandono da lógica de volume.</li> <li>- Fortalecimento do CSA (já em curso).</li> <li>- Enriquecimento das ofertas, por exemplo, através de receitas tradicionais (já em curso).</li> <li>- Atingir mais alunos e lidar com sua rotatividade.</li> </ul>
Governança cooperativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Decisões coletivas e organização para crescer junto.</li> <li>- Articulação com outros grupos de pesquisa e extensão da universidade.</li> <li>- Discussões contínuas sobre o andamento da feira e sobre novos caminhos a seguir, o que gerou novas soluções diante da pandemia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhor articulação dos agricultores e desses com a comunidade – já em curso um projeto da feira como um catalisador da agroecologia na universidade.</li> <li>- Fortalecimento de relações com a comunidade, incluindo outros estabelecimentos comerciais na universidade.</li> </ul>
Dimensão imaterial	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relação positiva de trocas e aprendizados com clientes, comunidade e parceiros.</li> <li>- Trocas com institutos de pesquisa, incluindo externos à UFRJ.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intensificação dessas relações através de um novo modelo de desenvolvimento.</li> <li>- Intensificação das trocas com redes individuais, com SPG's e com a AFOJO.</li> <li>- Reafirmação da relevância e dos vínculos criados através da veiculação em redes sociais – em curso.</li> <li>- Criação de novas parcerias.</li> </ul>
Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cadeia curta que valoriza o trabalho do agricultor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior valorização de outros trabalhadores locais através de novas parcerias.</li> <li>- Formalização dos “ajudantes” nas produções.</li> <li>- Reestruturação durante e pós-pandemia.</li> </ul>
Externalidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Impacto positivo sobre a economia local.</li> <li>- Menor poluição do solo e do ar comparado a técnicas tradicionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reeducação dos consumidores para utilização integral dos alimentos da estação.</li> <li>- Adequação e formalização no ambiente do parque ecológico da Pedro Branca.</li> <li>- Gestão do lixo e eliminação das embalagens.</li> </ul>
Dimensão territorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultores de regiões próximas: conexão campo-cidade.</li> <li>- Articulação com atores locais, incluindo os outros projetos de agroecologia já mencionados.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Difusão e maior reconhecimento geral entre a população universitária e externa.</li> <li>- Oportunizar a entrada de agricultores das proximidades, principalmente aqueles em vulnerabilidade.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 17: Resumo análise da Feira Agroecológica da Freguesia

DESCRIÇÃO GERAL		
Feira realizada semanalmente na Freguesia (Jacarepaguá) que, além de expor e vender produtos, organiza entrega de cestas em domicílio (em meio à pandemia) e constrói articulação com outros movimentos.		
CONCEITO	CARACTERÍSTICAS POSITIVAS OBSERVADAS	INTUIÇÕES PARA MELHORIAS
Valor de uso	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Clientes inclinados a um consumo mais consciente, pelo menos no que diz respeito à sua própria saúde.</li> <li>- Experiências diversas, incluindo participação em feiras, eventos, grupos de pesquisa e CSA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Busca de novas formas de contratação que auxiliem o abandono da lógica de volume; por exemplo, cestas fixas e CSA.</li> <li>- Enriquecimento das ofertas, por exemplo, através de receitas tradicionais.</li> </ul>
Governança cooperativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Decisões coletivas e organização para crescer junto.</li> <li>- Articulação com outros movimentos, principalmente a partir dos encontros pelo SPG.</li> <li>- Discussões contínuas sobre o andamento da feira e sobre novos caminhos a seguir.</li> <li>- Diálogo com a associação de moradores do bairro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhor articulação dos agricultores para o abandono de uma “concorrência”.</li> <li>- Fortalecimento de relações com a comunidade, incluindo os estabelecimentos comerciais ao redor da feira.</li> </ul>
Recursos imateriais	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Relação positiva de trocas e aprendizados com clientes, comunidade e parceiros.</li> <li>- Aprendizado e reflexividade através do SPG.</li> <li>- Relação com institutos de pesquisa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Intensificação dessas relações através de um novo modelo de desenvolvimento.</li> <li>- Reafirmação da relevância e dos vínculos criados através da veiculação em redes sociais.</li> <li>- Criação de novas parcerias.</li> </ul>
Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Cadeia curta que valoriza o trabalho do agricultor.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maior valorização de outros trabalhadores locais através de novas parcerias, incluindo os entregadores das cestas.</li> <li>- Formalização dos “ajudantes” nas produções.</li> </ul>
Externalidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Impacto positivo sobre a economia local.</li> <li>- Menor poluição do solo e do ar comparado a técnicas tradicionais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reeducação dos consumidores para utilização integral dos alimentos da estação.</li> <li>- Adequação e formalização no ambiente do parque ecológico da Pedro Branca.</li> <li>gestão do lixo (sacolas plásticas)</li> <li>- Eliminação das embalagens.</li> </ul>
Dimensão territorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Agricultores urbanos próximos à feira.</li> <li>- Articulação com atores locais, incluindo agentes governamentais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Difusão e maior reconhecimento geral entre a população.</li> <li>- Fortalecimento do ponto da feira através de novas parcerias locais.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 18: Resumo comparativo das feiras

COMENTÁRIO GERAL	
As duas feiras acontecem semanalmente e disseminam valores da agroecologia, apoiados no fornecimento de produtos orgânicos através um comércio justo que valorize o trabalho do produtor e a proximidade com os clientes.	
CONCEITO	OBSERVAÇÕES
Valor de uso	Apesar de as feiras desenvolverem valores diferentes daqueles estritamente monetários, frisando a consideração do alimento como uma forma de conexão com a natureza, as ofertas ainda seguem um padrão de monetização tradicional. Para que se amplie a defesa da natureza e dos sistemas de desenvolvimento conjuntos justos, as ofertas devem ser mais baseadas na experiência alimentar, agregando novos sentidos e valores, e menos nos produtos.
Governança cooperativa	Inseridas num contexto de agroecologia, de valorização dos agricultores como um elo entre a natureza (o alimento) e o consumidor, as feiras já se desenvolvem em torno de uma governança bastante participativa e ampliada. As decisões são tomadas em conjunto e os próprios consumidores, além de outros atores territoriais, são incluídos e considerados. A ampliação desse sistema de governança pode ocorrer pela consideração de novas parcerias, principalmente com o comércio ao redor das feiras.
Recursos imateriais	As feiras desenvolvem recursos imateriais que são intrínsecos à própria consideração de uma agroecologia promotora de novas formas de consumir o alimento. Sua pertinência e sua relevância dependem de uma compreensão conjunta de um papel que vai além do provimento alimentar, passando pela percepção de valores relativos à conservação de um bem-estar social e ambiental. Além disso, a busca pela saúde é um objetivo de muitos consumidores agroecológicos, assim como a valorização de competências dos agricultores. O que ainda se necessita é incorporar esses aspectos mais fortemente à construção e à monetização das ofertas, promovendo o efeito tesoura, de fortalecimento dos recursos imateriais e de enfraquecimento dos materiais.
Trabalho	O trabalho dos agricultores é central para a produção dos alimentos e também para sua venda, ainda se confunde com sua vida pessoal, já que produzem em suas propriedades e vendem junto a membros de suas famílias. Na entrevista, uma agricultora comenta como gosta de passar o dia cuidando da terra. Além disso, algumas relações profissionais se confundem com as pessoais, com clientes e parceiros que são vizinhos e amigos. Isso explica o fato de os agricultores terem sentido tanto com o início da pandemia, todos os entrevistados citaram essa necessidade de contato com as pessoas. Essa relação construída poderia ser mais relevante para a própria coconstrução das ofertas, aumentando uma componente imaterial. Isso ocorre para ambas as feiras, mas o estilo de vida menos urbano dos agricultores da UFRJ parece fazer com que valorizem mais essas relações estabelecidas. Nota-se o orgulho com que falam dos clientes que compram por muitos anos. Ao mesmo tempo, os integrantes da feira da Freguesia parecem estar mais cientes sobre lutas sociais que englobam a alimentação.
Externalidades	As feiras produzem uma expressiva externalidade positiva sobre a saúde: o solo não é contaminado e se conserva melhor, os alimentos são ingeridos sem químicos e os agricultores não lidam com esses produtos nocivos. Além disso, promovem valores que podem ser extrapolados além da alimentação, como a justiça social, e acabam trazendo melhores condições de vida e trabalho para agricultores, parceiros e clientes. As externalidades negativas ainda se relacionam com os resíduos, principalmente embalagens plásticas. Em relação à difusão de valores, as duas feiras atuam em frentes um pouco diferentes: na UFRJ, através da pesquisa e da extensão, na Freguesia, através da associação a grupos de luta política.

Dimensão territorial	As duas feiras atuam de maneira local e não parecem almejar a escala, apesar de buscarem ainda o aumento no volume de vendas. As relações com o território são diferentes. A Feira da Freguesia tem uma componente forte de luta em defesa de uma agricultura urbana e isso parece refletir na ambição maior dos agricultores, que vivem na cidade do Rio, em que o custo de vida é alto. Na Feira da UFRJ, os agricultores parecem levar um estilo de vida menos agitado e menos focado no retorno monetário, trazem produtos de um local mais afastado para comercializar na capital. Para ambas, as ofertas se relacionam com o território à medida que geram externalidades positivas sobre esse e sobre as pessoas que ali vivem.
----------------------	--

Fonte: Elaboração própria.

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **6.1. Discussão dos resultados**

Nesta seção, será retomado e analisado o objetivo de **analisar os modelos econômicos de iniciativas agroecológicas do Rio de Janeiro a fim de identificar possíveis trajetórias para a sustentabilidade à luz da EFC.**

Diante da problemática apresentada, em que um modelo de desenvolvimento industrial predomina nos meios de produção e consumo do Brasil e do mundo, foi importante discutir conceitos e experiências que busquem um rompimento. Já se constata a urgência por novas formas de enxergar a economia como um meio para o bem-viver social, não como um serviço ao capital. Apesar de não haver uma solução automática para isso, tomar consciência e agir é necessário.

Nesse contexto, a presente pesquisa propõe uma análise que começa com a reflexão sobre um novo modelo econômico que dê conta de buscar novas alternativas. A Economia da Funcionalidade e da Cooperação dá alicerces para a construção de novas trajetórias que levem em conta o desenvolvimento sustentável frente a necessidades locais. Diante de uma literatura bastante baseada na prática, principalmente estabelecida em acompanhamentos realizados na França, foi possível criar um quadro conceitual através do qual iniciativas do Rio de Janeiro foram estudadas.

Inserida no contexto maior de economia e sustentabilidade, a EFC mostrou pontos de interseção com outras correntes de pesquisa [e ação], sendo beneficiada por esse diálogo. Foi possível identificar limitações que se impõem quando os três pilares fundamentais da sustentabilidade (ambiental, social e econômico) não são perseguidos conjuntamente, além da importância de uma visão global que tenha o território como espaço de materialização. Essa perspectiva mais ampla e, ao mesmo tempo, localmente empreendida, permite o melhor reconhecimento de necessidades e preocupações de um coletivo de atores.

A partir dessa constatação, é possível assimilar as principais contribuições da EFC para a literatura em sustentabilidade como a ancoragem territorial e a valorização de recursos imateriais (muito baseados no lugar humano, como o papel da atividade profissional). Entretanto, essa não deixa de considerar outras questões como o ciclo de vida dos produtos e as cadeias [curtas] de produção e comercialização. É proposto assim que se construa um novo sistema econômico que tenha o potencial de transformar os valores construídos socialmente, o conteúdo profissional e a forma de consumo.

Percebe-se que um objetivo ambicioso de transformação exige tempo e dedicação de diversos atores que precisam se envolver no processo. Por isso, a tomada de consciência se faz tão importante, precisam-se identificar problemas urgentes que motivem o engajamento. Os acompanhamentos realizados e registrados na literatura, principalmente os feitos pelo laboratório ATEMIS, retratam bem esse processo e espera-se que essa dissertação tenha seu espaço de contribuição para a construção do conhecimento sobre essa trajetória.

A literatura analisada contribui para uma sistematização de conhecimentos acerca da EFC, que se compõem a partir de diferentes linhas de pesquisa. Apesar de se limitar a uma análise inicial, sem pretensão de transformações profundas, a pesquisa de campo ofereceu o diálogo e a apresentação de uma nova perspectiva que já deve servir de ponto de partida para uma busca constante das iniciativas. Não há um ponto de inflexão da sustentabilidade, sim uma curva ascendente de aprendizagem que deve ser percorrida incessantemente. A EFC busca construir meios, junto à sociedade, de identificar os melhores caminhos nessa curva.

Aqui, foi explorado o contexto da agroecologia, que já se trata de um nicho de reflexão sobre sustentabilidade, social, econômica e ambiental. Nesse sentido, foi adotada uma estratégia de afunilamento para a chegada a propostas mais realistas para as iniciativas estudadas. Inicialmente, foi indicado um primeiro referencial de transformação de modelo econômico em forma de acompanhamento proposto pelo ATEMIS. Posteriormente, foi sugerido, através da análise da literatura acerca da EFC e da alimentação orgânica, um referencial mais específico de transição para o bem-estar alimentar territorializado. Finalmente, foram analisadas cada uma das duas feiras em busca de possibilidades de reflexão e aprimoramento.

Diante disso, há agora a retomada dos objetivos iniciais de pesquisa, que precisam ser analisados e confrontados com os resultados obtidos. Sendo assim, a Tabela 18 traz a discussão de cada um dos objetivos específicos trazidos no primeiro capítulo deste trabalho.

Tabela 19: Discussão dos objetivos específicos

OBJETIVO ESPECÍFICO	DISCUSSÃO
Reconhecer o ecossistema em que se inserem as iniciativas, identificando atores, cadeia de valor e suas relações	Foi possível perceber relações entre os agricultores e diferentes atores: outros agricultores (até mesmo de locais diferentes e que produzem produtos diferentes para serem trocados), representantes de movimentos sociais e do governo, clientes dos locais de feira e de outros locais em que trabalham, pesquisadores e alunos das universidades. Ou seja, estar inserido no contexto da agroecologia (como as feiras se consideram) implica a participação em uma rede de pessoas que, junta, busca pelo mesmo objetivo de uma alimentação mais justa e harmônica com a natureza e com a sociedade. Redes se fazem necessárias para a criação da resiliência conjunta

	e para a própria existência de uma certificação participativa, além de estimular circuitos curtos de comercialização que valorizem as atividades desenvolvidas.
Identificar externalidades positivas e negativas geradas por essas	Externalidades positivas são facilmente identificáveis pela própria natureza da atividade, que busca a manutenção da terra de maneira saudável e a harmonia com animais e ecossistemas. Além disso, a presença das feiras traz a o efeito de afirmação e propagação da agroecologia nos espaços urbanos do Rio de Janeiro. As externalidades negativas são ainda relacionadas a um modelo de consumo industrial, que se utiliza, por exemplo, de embalagens (principalmente saco plástico) e que desampara o trabalhador em tempos de crise (como houve na pandemia).
Compreender sua relação territorial e seu perímetro de ação	A relação territorial também se desenvolve da própria atividade, que é indissociável da terra. Entretanto, mais que isso, seu perímetro de ação estendido, que busca ocupação e a propagação de princípios agroecológicos, traz implicações territoriais e políticas. A própria existência das feiras se torna uma luta política de resistência numa cidade em que imperam o capital e as relações puramente comerciais. Assim, os produtos comercializados acabam sendo mais acessados por pessoas de localidades próximas (apesar do relato sobre clientes distantes também), mas sua existência é um projeto que se estende e coopera com outras feiras espalhadas pela cidade, em nome de um movimento maior sobre uma alimentação benéfica a todos.
Analisar as relações de trabalho empreendidas e suas consequências sobre a saúde dos trabalhadores	A maior parte dos agricultores é autônoma e possui ajudantes que costumam ser da própria família. Algumas relações de trabalho relatadas ainda são desenvolvidas sem formalização; por um lado, trazendo uma relação de amizade; por outro, o prejuízo do não reconhecimento formal dos trabalhadores. Essas relações não parecem trazer prejuízos à saúde dos trabalhadores, que reconhecem suas próprias limitações e demonstram prazer em estar no campo, mas precisam ser analisadas mais a fundo.
Avaliar os valores propostos e entregues	As iniciativas, inseridas no contexto da agroecologia, propõem uma nova forma de se alimentar, reconhecida como benéfica à saúde dos beneficiários e à sustentabilidade. Clientes desenvolvem uma relação com os agricultores que passa pela convivência em dias de feira, pelo aprendizado sobre novos produtos e receitas, pelo compartilhamento de informações pessoais. Entretanto, acima de tudo, a proposta de uma ação política em favor do meio ambiente e de uma sociedade mais justa é fortemente difundida e enraizada nessas trocas. O valor proposto e entregue passa pela alimentação e pela saúde, mas também pela luta por uma sociedade melhor, o que tem gerado as externalidades positivas e a ancoragem territorial já discutidas.
Sugerir possíveis trajetórias de um modelo direcionado à EFC em conjunto com dirigentes.	Os coordenadores das feiras entraram em contato com a Economia da Funcionalidade e da Cooperação, inclusive participando de fóruns de discussão promovidos pelo Clube EFC Rio, e espera-se que o novo referencial faça expandir um trabalho já em desenvolvimento de promoção da sustentabilidade. Diante da análise dos casos, sugestões foram feitas especificamente para cada um dos aspectos estudados em forma de conceito-chave. Apesar de não se almejar fazer prescrições, objetiva-se trazer uma visão externa e orientada por um sólido referencial teórico-prático sobre a EFC, de forma que se reconheçam ações a serem viabilizadas numa trajetória constante de perseguição a uma sociedade mais justa e sustentável.

Fonte: Elaboração própria.

Assim, entende-se que os objetivos da pesquisa foram alcançados, mesmo diante dos entraves trazidos, principalmente, pela pandemia de Covid-19 durante a pesquisa de campo e

das adaptações que se fizeram necessárias. As limitações e discussões trazidas durante as análises dão espaço para que novas pesquisas continuem a expandir os objetivos aqui propostos. Por isso, o próximo capítulo traz conclusões tiradas e sugestões para trabalhos futuros.

## **6.2. Conclusões e sugestões para trabalhos futuros**

Tomar consciência sobre a situação atual é um importante passo que precisa ser gradualmente conquistado, este trabalho se insere nesse contexto de conscientização e buscou levar informação às iniciativas pesquisadas, assim como a todos os possíveis leitores. Apesar das dificuldades enfrentadas durante a pesquisa de campo, é perceptível sua importância para a busca pela sustentabilidade e pela Economia da Funcionalidade e da Cooperação.

A sustentabilidade não é um ponto de chegada, um propósito final, mas um caminho a ser perseguido através da reflexão sobre as ações diárias que podem ser otimizadas nesse sentido. Seu objetivo não pode ser desassociado da prática, uma prescrição sustentável dificilmente vai ter efeitos reais. Por isso, buscou-se, a partir da realidade das iniciativas pesquisadas, discutir meios de viabilizar novas práticas.

É importante ainda perceber que sustentabilidade extrapola a noção de conservação do meio ambiente, visando também à conservação do meio social, como um espaço de convivência justo. Hoje se vê uma sociedade adoecendo, não apenas pelo surgimento de novas doenças, mas também por relações abusivas, em ambientes corporativos e domésticos. O capital tem estado no centro das relações sociais, gerando efeitos nocivos ao meio ambiente e ao próprio ser humano.

É necessária uma abordagem holística que leve em conta essas questões: sociais, ambientais e econômicas, em busca de uma nova forma de construir o presente e o futuro, abandonando a centralidade do capital. Necessidades territoriais devem tomar o lugar central da construção de uma nova economia, de um novo modelo econômico. Por isso, as questões imateriais e relacionais são essenciais para ofertas baseadas na EFC, guiando o desenvolvimento econômico e levando em conta o bem-estar geral.

A agroecologia, por mais que reconheça um sistema mais justo de produção e reconhecimento do trabalho dos agricultores, não reflete de uma maneira mais ampla sobre modelo econômico, deixando espaço para a concorrência e ainda dependendo muito de uma lógica de volume. O CSA se aproxima mais de um modelo de negócio que valorize o serviço e



seus recursos imateriais, trazendo já bons resultados, mas ainda está bastante ancorado no material: os produtos em si.

Na verdade, parece complicado desvincular produtos alimentícios de uma lógica de volume, uma vez que esses são essencialmente de consumo imediato, não deixando muito espaço para uma gestão do ciclo de vida. A chave talvez esteja no enriquecimento dessas ofertas e no desenvolvimento de uma relação próxima e que eduque o beneficiário para repensar seu próprio consumo e seu próprio papel como consumidor.

Um serviço que entregue cestas, mas que também forneça dicas de como combinar os produtos, sugestões de receitas e até mesmo refeições prontas pode beneficiar uma solução que vá além do alimento, que leve em conta a sensação gustativa, o prazer de estar junto, a saúde. Para isso, necessidades coletivas, culturais, e individuais devem ser consideradas, com o envolvimento do consumidor na construção de ofertas personalizadas.

Diante da consciência sobre a continuidade de um caminho rumo à sustentabilidade, essa pesquisa não pode ter o intuito de ser interrompida. Espera-se que novos trabalhos possam surgir levando em conta o aqui exposto. Por isso, deixam-se ainda as sugestões abaixo para trabalhos futuros.

- Validação do quadro referencial e do protocolo de pesquisa com especialistas, talvez usando um método formal como o Delphi, para posterior replicação.
- Replicação do método de análise desenvolvido com outras iniciativas, agroecológicas ou não, buscando difundir os princípios da Economia da Funcionalidade e da Cooperação.
- Diagnóstico mais aprofundado das iniciativas pesquisadas através de um acompanhamento mais próximo, talvez por uma análise ergonômica do trabalho, visando também à transformação.
- Intervenção mais significativa na realidade das iniciativas, levando em conta as percepções iniciais trazidas neste trabalho e aquelas já geradas por um acompanhamento mais próximo, talvez com o registro em uma pesquisa ação.
- Recortes de estudo mais específicos através da visão global trazida sobre a EFC. Por exemplo, aprofundamento nas relações de trabalho desenvolvidas, nas externalidades positivas geradas, nas redes de cooperação, na promoção da saúde, nas relações serviciais, entre outros.
- Análise focada no outro lado da cadeia de comercialização: o cliente. Identificação de um perfil de frequentadores das feiras a fim de guiar novas transformações nas relações comerciais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, L.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A. *et al.* Relações entre agricultura orgânica e agroecologia: desafios atuais em torno dos princípios da agroecologia. Ed. UFPR: **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 26, p. 143 - 160, 2012.

ADEME. **Economie Circulaire**: bénéfices socio-économiques de l'éco-conception et de l'écologie industrielle. ADEME et vous: Stratégie et études, n. 33, 2012.

ADEME. **Économie Circulaire**: réemploi, réparation et réutilisation. Synthèse. Agence de l'Environnement et de la Maîtrise de l'Energie (ADEME), 2015.

ADEME. **Économie de la Fonctionnalité**: 3 questions à Claire Pinet. ADEME presse, 2017. Disponível em: <<https://presse.ademe.fr/2017/06/economie-de-la-fonctionnalite-3-questions-a-claire-pinet.html>>. Acesso em 31 mar. 2019.

ADEME; ATEMIS; VUIDEL, P; PAQUELIN, B. **Vers une économie de la fonctionnalité à haute valeur environnementale et sociale en 2050**: les dynamiques servicielle et territoriale au cœur du nouveau modèle. Synthèse. Agence de l'Environnement et de la Maîtrise de l'Energie (ADEME), 2017.

ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2002.

AQUINO, A. M.; ASSIS, R. L. Agricultura orgânica em áreas urbanas e periurbanas com base na agroecologia. Campinas, **Ambiente & Sociedade**, v. 10, n. 1, p. 137 -150, 2007.

ARAGÃO, F. **A tecnologia facilita o consumo consciente de orgânicos?** O caso da plataforma Comida da Gente. Monografia (bacharelado). Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

BARTH, H.; ULVENBLAD, P.; ULVENBLAD, P. Towards a conceptual framework of sustainable business model innovation in the agri-food sector: A systematic literature review. **Sustainability**, v. 9, n. 1620, 2017.

BARTON, G. **The Global History of Organic Farming**. Oxford University Press, 2018.

BENQUÉ, N.; DU TERTRE, C.; VUIDEL, P. **A pathway to the functional and cooperative economy (FCE) from a sustainable development perspective**. CREPE EFC / ATEMIS / ERASMUS +, 2014.

BISIAUX, J.; GIDEL, T.; HUET, F.; MILLET, D. How Functional Economy would be an Environmental Economy? Mode of endogenization of environmental issues in Functional

Economy. **Proceedings of the International Conference on Engineering, Technology and Innovation (ICE)**, Bergamo, 2014.

BOCKEN, N.; SHORT, S.; RANA, P.; EVANS, S. A literature and practice review to develop sustainable business model archetypes. **Journal of Cleaner Production**, v. 65, p. 42 - 56, 2014.

BOCKEN, N.; RANA, P.; SHOR, S. Value mapping for sustainable business thinking. **Journal of Industrial and Production Engineering**, v. 32, n. 1, p. 67 - 81, 2015.

BOCKEN, N.; BOONS, F.; BALDASSARRE, B. Sustainable business model experimentation by understanding ecologies of business models. **Journal of Cleaner Production**, v. 208, p. 1498 - 1512, 2018.

BRANDENBURG, A. Os novos atores da reconstrução do ambiente rural no Brasil: o movimento ecológico na agricultura. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 19, n. 1, 2011.

BRANDT, K.; MOLGAARD, J. Organic agriculture: does it enhance or reduce the nutritional value of plant foods? **Journal of the Science of Food and Agriculture**, v. 81, p. 924 - 931, 2001.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm)>. Acesso em 20 mai. 2020.

BUCLET, N. L'économie de fonctionnalité entre éco-conception et territoire: une typologie. **Développement durable et territoires**, v. 5, n. 11, 2014.

CALVEZ, V.; DOLIDON, O. Le management stratégique des ressources humaines face au défi des compétences clés collectives. **Revue Humanisme et Entreprise**, n. 317, p. 45 - 67, 2014.

CAMPOS, M. **Agroecologia**: Uma alternativa ética para garantir a soberania e a segurança alimentar e nutricional. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

CARVALHO, L. **Feira Agroecológica da UFRJ**: Uma metamorfose dos sentidos ou um caleidoscópio de imaginações? Por que não design? Dissertação (mestrado). Programa de Engenharia de Produção. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

CASTRO, A. M. (org.) **Fome, um tema proibido** – últimos escritos de Josué de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CERDD. **Les nouveaux modèles économiques (NME):** Opportunités de développement durable du territoire. Centre Ressource du Développement Durable (CERDD), 2018. Disponível em:

<<https://cloud.cerdd.org/owncloud/index.php/s/FkAKYNsIPv3SO4s#pdfviewer>>. Acesso em: 20 mai. 2019.

CERDD. **Systèmes alimentaires durables territorialisés:** Premiers décryptages. Centre Ressource du Développement Durable (CERDD), 2017. Disponível em:

<<https://www.calameo.com/cerdd/read/0061814328fd871028375>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CHIFFOLEAU, M. **Ambientes obesogênicos:** agroecologia como solução de liberdade de escolha e criação de ambientes saudáveis. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

CLUB EF&DD. **L'Économie de la Fonctionnalité et de la Coopération entre prospective et trajectoires.** Séance du 29 nov. Club Économie de la Fonctionnalité et Développement Durable (Club EF&DD), 2017.

CLUB EF&DD. **Présentation de l'ouvrage l'Économie de la Fonctionnalité, une voie nouvelle pour un développement durable?** Séance du 26 oct. Club Économie de la Fonctionnalité et Développement Durable (Club EF&DD), 2011.

COELHO, M.; COELHO, E.; EGERER, M. Local food: Benefits and failings due to modern agriculture. **Scientia Agricola**, v. 71, n. 1, p. 84 - 94, 2018.

COSTA, M.; SOUZA, M.; JÚNIOR, V.; COMIN, J.; LOVATO, P. Agroecology development in Brazil between 1970 and 2015. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 41, n. 3-4, p. 276 - 295, 2017.

CROWDER, D.; NORTHFIELD, T.; STRAND, M.; SNYDER, W. Organic agriculture promotes evenness and natural pest control. **Nature**, v. 466, p. 109 - 112, 2010.

DANIELLOU, F.; BÉGUIN, P. **Metodologia da ação ergonômica.** In: FALZON, P. Ergonomia. Cap. 20. São Paulo: Editora Blucher, v. 1, p. 281 - 301, 2007.

DAMESIN, N. **Économie de Fonctionnalité**: Freins et leviers à l'intégration de ce modèle économique dans les entreprises. Dissertação (mestrado). Programa de Engenharia e Gestão do Meio-Ambiente e do Desenvolvimento Durável. Troyes: Universidade Tecnológica de Troyes, 2013.

DAROLT, M. R. **Conexão ecológica**: Novas relações entre agricultores e consumidores. Londrina: IAPAR, 2012.

DAROLT, M.; CONSTANTY, H. Producers and consumers relationship strategies in the organic market in Brazil. **Proceedings of the II ISOFAR Scientific Conference**, Modena, 2008.

DE GASPARO, S. Penser l'économie du temps dans une perspective servicielle: Un enjeu de santé et de performance économique. Dossier: Le temps à contre-temps: temps, travail et santé. n. 1. SEES / **Revue Economique et Sociale**, 2017.

DE GASPARO, S., LE DILOSQUER, P.-Y., HUBAULT, F., SZNELWAR, L.I. When Creativity Meets Value Creation. A Case Study on Daytime Cleaning. **Advances in Intelligent Systems and Computing**, v. 825, p. 991 - 996, 2019.

DEJOURS, C. Outra forma de civilidade: A cooperação. In: \_\_\_\_\_ **Trabalho vivo**. Tomo II, Trabalho e emancipação. Cap. 3. Brasília: Paralelo 15, p. 75 - 112, 2012.

DEJOURS, C. **A avaliação do trabalho submetida à prova do real**: críticas aos fundamentos da avaliação. Caderno de TTO, n 2. São Paulo: Editora Blucher, 2008.

DOVERS, S.; HANDMER, J. Uncertainty, sustainability and change. **Global Environmental Change**, v. 2, n. 4, p. 262 - 276, 1992.

DU TERTRE, C. Activités immatérielles et relationnelles: quels nouveaux enjeux de régulation pour les secteurs et les territoires? **Géographie, Économie, Société**, v. 4, p. 181 - 204, 2002.

DU TERTRE, C. **Coopération & Territoires**. Colloque "Santé et Travail: repenser les liens". Association Travail Santé Société Territoires (TSST), 2016. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=352&v=qeMUydHCrT8](https://www.youtube.com/watch?time_continue=352&v=qeMUydHCrT8)>. Acesso em: 9 jul. 2019.

DU TERTRE, C. Économie servicielle et travail: contribution théorique au développement "d'une économie de la coopération". **Travailler**, v. 29, n. 1, p. 29 - 64, 2013.

DU TERTRE, C. L'Économie de la Fonctionnalité, pour un développement plus durable. In: **Conférence Produire autrement pour vivre mieux**, Paris, 2012.

DU TERTRE, C. Investissements immatériels et “patrimoine collectif immatériel”. In: LAURENT, C; DU TERTRE, C. (dir.). **Secteurs et territoire dans les régulations émergentes**. Paris: l'Harmattan, p. 73 - 90, 2008.

DU TERTRE, C. Modèles économiques d'entreprise, dynamique macroéconomique et développement durable. In: GAGLIO, G.; LAURIOL, J.; DU TERTRE, C (dir.). **L'Économie de la Fonctionnalité: Une voie nouvelle**. Paris : Octarès Éditions, 2017.

DU TERTRE, C. **L'économie de la fonctionnalité, pour un développement plus durable**. 2010. Disponível em <[http://www.touteconomie.org/jeco/181\\_537.pdf](http://www.touteconomie.org/jeco/181_537.pdf)>. Acesso em 8 fev. 2019.

DU TERTRE, C. Services immatériels et relationnels: intensité du travail et santé. **Revue Électronique Activités**, v. 2, n. 1, 2005.

DU TERTRE, C. « Modèle industriel » et « modèle serviciel » de performance. Série « économie et gestion des services ». **Economies et Sociétés**, n. 10, p. 643 - 662, 2010.

DU TERTRE, C.; VUIDEL, P. **Modèles économiques: quoi de neuf?** Les limites du modèle industriel. Mise en Débat des Modèles de l'Économie Circulaire et de l'Économie Collaborative. Séance du 18 juin. Club Économie de la Fonctionnalité et Développement Durable (Club EF&DD), 2014.

DU TERTRE, C.; VUIDEL, P.; PINET, C. Desenvolvimento sustentável dos territórios: A via da Economia da Funcionalidade e da Cooperação. Belo Horizonte: **Horizontes Interdisciplinares da Gestão**, v. 2, n. 5, p. 1 - 25, 2019.

EMF. **Our mission is to accelerate the transition to a Circular Economy**. Ellen Macarthur Foundation (EMF), 2017. Disponível em: <<https://www.ellenmacarthurfoundation.org/>>. Acesso em 6 dez. 2018.

ELKINGTON, J. 25 Years ago I coined the phrase “Triple Bottom Line”: Here’s why it’s time to rethink it. **Harvard Business Review**, 2018.

ELKINGTON, J. **Cannibals with forks: The triple bottom line of 21st century business**. Oxford: Capstone Publishing Ltd, 1997.

- ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, v. 36, n. 2, p. 90 - 100, 1994.
- ERICKSEN, P.; INGRAM, I.; LIVERMAN, D. Food security and global environmental change: emerging challenges. Editorial. Oxford: **Environmental Science & Policy**, v. 12, p. 373 - 377, 2009.
- FADEAR. **Um projet de société: L'agriculture paysanne**. Réseau de L'Agriculture Paysanne (FADEAR), 2012. Disponível em: <<https://www.agriculturepaysanne.org/>>. Acesso em mar. 2020.
- FALZON, P. Constructive ergonomics: a manifesto. In: \_\_\_\_\_. **Constructive ergonomics**. Introdução. Boca Raton: CRC Press, p. vii - xxii, 2015.
- FAO. Rome declaration on world food security and world food summit plan of action. In: **World Food Summit**. Food and Agriculture Organization (FAO), p. 13 - 17, 1996.
- FROSCH, R. Closing the loop on waste materials. In: RICHARDS, D. (editor). **The industrial green game: implications for environmental design and management**. p. 37 - 47. Washington, DC: National Academy Press, 1997.
- FERNANDEZ, A. Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro. Dossiê: Identidade Rural, cultura e meio ambiente. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão (REDD)**, v. 8, n. 1 - 2, 2014.
- FERNANDEZ, A.; FERREIRA, F. Mercados e território: as feiras orgânicas e agroecológicas no Rio de Janeiro. In: ZANINI, M.; SANTOS, M. (org.) **Feiras, feirinhas e feirões: A "economia dos centavos" em foco**. E-book. São Leopoldo: Ed. Oikos, 2017.
- GIARINI, O.; STAHEL, W. **The Limits to Certainty**. 2 ed. Geneva: Programme of Research on the Economics of Services, 1993.
- GIL, A. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMIERO, T.; PIMENTEL, D.; PAOLETTI, M. Environmental Impact of different agricultural management practices: Conventional vs. organic agriculture. **Critical Reviews in Plant Sciences**, v. 30, p. 95 - 124, 2011.
- HAYS, D. **L'Écopôle alimentaire d'Audruicq: Un site pilote de L'Économie de la Fonctionnalité et de la Coopération**. Club Économie de la Fonctionnalité et Développement Durable (Club EF&DD), 2017.

HOOD, B. Make recycled goods covetable. **Springer Nature**, v. 531, issue 7595, p. 438 - 440, 2016.

HUBAULT, F. Le bien-être, un enjeu très sensible pour le management dans l'économie du service. In: KARSENTY, L. (coord). **Quel management pour concilier performances et bien-être au travail?** Paris: Editions Octarès, 2015.

HUBAULT, F. O Trabalho do Gerenciamento. Belo Horizonte: **Horizontes Interdisciplinares da Gestão**, v. 1, n. 1, p. 55 - 71, 2017.

IBGE. **Censo Agropecuário 2017: Resultados Definitivos**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2019.

IEEFC. **Atelier Habiter**: Compte rendu de la séance du 26 juin 2018. Institut Européen de l'Économie de la Fonctionnalité et de la Coopération (IEEFC), 2018. Disponível em <<https://www.club-economie-fonctionnalite.fr/activit%C3%A9s-du-club/toutes-les-s%C3%A9ances/s%C3%A9ance-du-26-juin-2018-1/>>. Acesso em 11 out. 2018.

IEEFC. **Entrar en la realidad EFC**. Institut Européen de l'Économie de la Fonctionnalité et de la Coopération (IEEFC). Disponível em <<http://crepe.ieefc.eu/es/empresas/>>. Acesso em 19 mar. 2019.

IFOAM. **Organic Agriculture and Food Security**. Federação Internacional dos Movimentos de Agricultura Orgânica (IFOAM), 2015. Disponível em: <[https://www.ifoam.bio/sites/default/files/foodsecurity2015\\_web.pdf](https://www.ifoam.bio/sites/default/files/foodsecurity2015_web.pdf)>. Acesso em 17 mai. 2019.

JALIL, L. **Mulheres e soberania alimentar**: A luta para a transformação do meio rural brasileiro. Dissertação (mestrado). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.

KRISTIANSEN, P.; MERFIELD, C. Overview of organic agriculture. In: KRISTIANSEN, P.; TAJI, A.; REGANOLD, J. (Ed.) **Organic agriculture**: A global perspective. Cap. 1, p. 1 - 23. Collingwood: CSIRO Publishing, 2006.

KRISTIANSEN, P.; TAJI, A.; REGANOLD, J. Organic agriculture: opportunities and challenges. In: KRISTIANSEN, P.; TAJI, A.; REGANOLD, J. (Ed.) **Organic agriculture**: A global perspective. Cap. 18, p. 421 - 441. Collingwood: CSIRO Publishing, 2006.



- KORHONEN, J.; HONKASALO, A.; SEPPALA, J. Circular Economy: The concept and its limitations. **Ecological Economics**, v. 143, p. 37 - 46, 2018.
- LAHTI, T.; WINCENT, J.; PARIDA, V. A Definition and Theoretical Review of the Circular Economy, Value Creation, and Sustainable Business Models: Where Are We Now and Where Should Research Move in the Future? Review. **Sustainability**, v. 10. n. 2799, 2018.
- LE BOTERF, G. Construire la compétence collective de l'entreprise. **Gestion-Montréal**, v. 22, p. 82 - 85, 1997.
- MAILLEFERT, M.; ROBERT, I. Nouveaux modèles économiques et création de valeur territoriale autour de l'économie circulaire, de l'économie de la fonctionnalité et de l'écologie industrielle. **Revue d'Économie Régionale & Urbaine**, v. 5, p. 905 - 934, 2017.
- MANZINI, E.; VEZZOLI, C. A strategic approach to develop sustainable product service systems: examples taken from the "environmentally friendly innovation" Italian prize. **Journal of Cleaner Production**, v. 11, p. 851 - 857, 2003.
- MELO, E (ed.). **Guia alimentar para a população brasileira**. 2 ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- MICHELINI, G. et al. From linear to circular economy: PSS conducting the transition. In: **9th CIRP IPSS Conference: Circular perspectives on product/service-systems**. Procedia CIRP, v. 64, p. 2 - 6, 2017.
- MOORE, S.; MANRING, S. Strategy development in small and medium sized enterprises for sustainability and increased value creation. **Journal of Cleaner Production**, v. 17, 2009.
- MONT, O. Clarifying the concept of product-service system. **Journal of Cleaner Production**, p. 237 - 245, 2002.a.
- MONT, O. **Functional Thinking**: The role of functional sales and product service systems for a function-based society. The International Institute for Industrial Environmental Economics (IIIEE). Rapport 5233. Lund: Lund University, 2002.b.
- MONTEFRIO, M.; JOHNSON, A. Politics in participatory guarantee systems for organic food production. **Journal of Rural Studies**, v. 65, p. 1 - 11, 2019.
- NIGGLE, U.; SLABE, A.; SCHIMID, O.; HALBERG, N.; SHLUTER, M. **Vision for an Organic Food and Farming Research Agenda to 2025**: Organic Knowledge for the Future.

International Society of Organic Agriculture Research (ISO FAR). IFOAM Regional Group European Union, 2008. Disponível em:

<<http://orgprints.org/13439/1/niggli-et-al-2008-technology-platform-organics.pdf>>. Acesso em 25 jul. 2019.

NOSPERGER, S.; DU TERTRE, C; OSSO, D.; MARTEAU, F. Towards a territory-based economic model for regional energy efficiency programmes: Learning from past initiatives. **Economics and Policy of Energy and the Environment**, v. 3, p. 95 - 115, 2017.

OECD. **OECD Factbook 2008**: Economic, Environmental and Social Statistics. Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD), 2008.

PINET, C. **L'économie de la fonctionnalité**: de quoi parle-t-on? Agence de l'Environnement et de la Maîtrise de l'Energie (ADEME), 2017.

RITZÉN, S.; SANDSTROM, G. Barriers to the Circular Economy - integration of perspectives and domains. In: **9th CIRP IPSS Conference**: Circular perspectives on product/service-systems. *Procedia CIRP*, v. 64, p. 7 - 12, 2017.

ROMAN, P.; MUYLAERT, C.; RUWET, C.; THIRY, G.; MARÉCHAL, K. Intégrer la territorialité pour une économie de la fonctionnalité plus soutenable. **Développement durable et territoires**, v. 11, n. 1, 2020.

SANTOS, B. S. Prefácio. In: SANTOS, B. S. **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHON, D. **The reflexive practitioner**. Nova Iorque: Basic Books, 1983.

SEMPELS, C. **Eco-(socio)-conception, économie circulaire, écologie industrielle, économie de la fonctionnalité (modèle locatif centré sur l'usage, modèle de vente d'un résultat), économie de la fonctionnalité et de la coopération (solution intégrée centrée sur une performance d'usage ou sur une performance territoriale)**: Comment ces concepts diffèrent-ils et se complètent-ils les uns les autres. Documento auto publicado sob licença criativa Commons, 2016. Disponível em <<http://christophe-sempels.com/Positionnementapproches.pdf>> Acesso em: 10 nov. 2018.

SEMPELS, C. **L'économie de la fonctionnalité et de la coopération en bref**. Documento auto publicado sob licença criativa Commons, 2017. Disponível em <<http://christophe-sempels.com/EFC-en-bref.pdf>> Acesso em: 27 out. 2018.

SEMPELS, C.; HOFFMANN, J. **Sustainable innovation strategy**: creating value in a world of finite resources. Londres: Palgrave Macmillan, 2013.

SEUFERT, V.; RAMANKUTTY, N.; FOLEY, J. Comparing the yields of organic and conventional agriculture. **Nature**, v. 485, p. 229 - 232, 2012.

SIBILLE, H. **ProspectivESS “Agriculture & Alimentation durables”**. Compte-rendu Le Labo de L'économie Sociale et Solidaire. Paris: Çava Burelor Print, 2018.

SILVA, P.; SOUZA, L.; XAVIER, A.; DUARTE, F. Economia da Funcionalidade e da Cooperação: Da produção de alimentos ao bem-estar alimentar. In: **XII Congresso Brasileiro de Inovação e Gestão de Desenvolvimento do Produto (CBGDP)**. São Paulo: Blucher, v. 2, n. 6, p. 1308 - 1320, 2019.

SILVA, P.; XAVIER, M.; XAVIER, A.; DUARTE, F. A economia da Funcionalidade e da Cooperação: Caso Gesnord. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, 2020.

SOARES, R.; MIRANDA, G.; LYRIO, L.; XAVIER, A.; DUARTE, F. Modelo econômico empresarial com base na Economia da Funcionalidade e da Cooperação: Caso Gaz de France. In: **XL Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP)**, 2020.

SOMASUNDRAN, C.; RAZALI, Z.; SANTHIRASEGARAM, V. A review on organic food production in Malaysia. Review. **Horticulturae**, v. 2 - 3, n. 12, 2016.

SOUZA, E. **O bairro da Glória / RJ além do mar**: O caso da feira cultura e orgânica. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2017.

STAHEL, W. Circular Economy (Comment). **Springer Nature**, v. 531, issue 7595, 2016.

STAHEL, W. The Functional Economy: Cultural and Organizational Change. In: RICHARDS, D. J. (editor). **The Industrial Green Game**: Implications for Environmental Design and Management. p. 91 - 100. Washington, DC: National Academy Press, 1997.

SUDRÉ, L. Mesmo com pandemia, governo Bolsonaro já liberou 150 novos agrotóxicos este ano. São Paulo: **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2020/05/13/mesmo-com-pandemia-governo-bolsonaro-ja-liberou-150-novos-agrotoxicos-este-ano>>. Acesso em jul. 2020.

ROMAN, P.; MUYLEAERT, C.; RUWET, C.; THIRY, G.; MARÉCHAL, K. Intégrer la territorialité pour une économie de la fonctionnalité plus soutenable. **Développement durable et territoires**, v. 11, n. 1, 2020.

STAHEL, W. **The Performance Economy**. London: Palgrave Macmillan, 2006.

STAHEL, W. The Utilization-Focused Service Economy: Resource Efficiency and Product-Life Extension. In: National Academy of Engineering. **The Greening of Industrial Ecosystems**. Cap. 17, p. 178 - 190. Washington, DC: National Academy Press, 1994.

STAHEL, W. **Walter Stahel on The Performance Economy**. Ellen MacArthur Foundation (EMF), 2012. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=123&v=PhJ-YZwDAVo](https://www.youtube.com/watch?time_continue=123&v=PhJ-YZwDAVo)>. Acesso em: 11 jul. 2019.

TOULORGE, G.; LAMERAND, M.; DU TERTRE, C. **État de l'art sur l'Économie de la Fonctionnalité**. Séance du 15 mars. Club Économie de la Fonctionnalité et Développement Durable (Club EF & DD), 2016.

TUKKER, A. Eight types of product-service system: eight ways to sustainability? Experiences from SusProNet. **Business Strategy and the Environment**, v. 13, p. 246 - 260, 2004.

TUKKER, A.; TISCHNER, U. Product-services as a research field: past, present and future. Reflections from a decade of research. **Journal of Cleaner Production**, v. 14, p. 1552 - 1556, 2006.

UGHETTO, P.; BESUCCO, N.; TALLARD, M.; DU TERTRE, C. La relation de service: une tension vers un nouveau modèle de travail? Paris: **Revue de L'IRES**, n. 39, 2002.

UNITED NATIONS. **Universal Declaration of Human Rights (UDHR)**. United Nations (UN), 2015. Disponível em: <[https://www.un.org/en/udhrbook/pdf/udhr\\_booklet\\_en\\_web.pdf](https://www.un.org/en/udhrbook/pdf/udhr_booklet_en_web.pdf)>. Acesso em: 7 mai. 2020.

VAILEANU-PAUN, I.; BOUTILLIER, S. Économie de la fonctionnalité: une nouvelle synergie entre le territoire, la firme et le consommateur? **Innovations**, n. 37, p. 95 - 125, 2012.

VAN NIEL, J. L'économie de fonctionnalité: principes, éléments de terminologie et proposition de typologie. Écologie industrielle, économie de la fonctionnalité. **Développement Durable & Territoires**, v. 5, n. 1, 2014.

VANDERMERWE, S.; RADA, J. Servitization of business: adding value by adding services. **European Management Journal**, v. 6, n. 4, p. 314 - 324, 1988.

VOSS, C., TSIKRIKTSIS, N. & FROHLICH, M. Case research in operations management. **International Journal of Operations Management**, v. 22, n. 2, p. 196 - 219, 2002.

VUIDEL, P.; DU TERTRE, C.; LIPOVAC, J. Villes durables: vers de nouveaux modèles économiques d'entreprise? **L'Économie Politique**, n. 53, p. 31 - 39, 2012.

XAVIER, A. **Proposta de um modelo de maturidade para avaliação das práticas de eco-inovação nas organizações: Eco-Mi**. Tese (doutorado). Programa de Engenharia de Produção. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017.

XAVIER, A.; ALVES, K.; GESTEIRA, L.; VIEIRA, L.; DUARTE, F. Economia da Funcionalidade e da Cooperação: Novo modelo econômico para o desenvolvimento sustentável nas empresas. In: **XXXI Encontro Nacional de Engenharia de Produção (ENEGEP)**, 2019.

YIN, R. **Case Study Research and Applications: Design and Methods**. 6 ed. Los Angeles: SAGE Publications Inc., 2017.

## APÊNDICE A – Protocolo de pesquisa

Criação de valor	<p>Quais os principais produtos e serviços oferecidos pela empresa? (É padronizado ou personalizado? De que forma esses serviços agregam valor?)</p> <p>Que valores oferecem aos clientes?</p> <p>Quais os pacotes de serviço oferecidos para cada segmento de cliente?</p> <p>Que necessidades dos clientes satisfazemos?</p> <p>Quais as características de uma boa oferta?</p> <p>Como se efetua a venda? Como se formaliza a proposição/contratualização? Quais os meios pra isso?</p> <p>Existe a percepção de criação de um valor diferente do monetário para os sócios? E para a sociedade?</p> <p>Que tipo de relação esperam os diferentes segmentos de mercado?</p> <p>Que tipo de relações tem estabelecido?</p> <p>Em que se baseia a rentabilidade?</p> <p>Como o compartilhamento de valor em sua forma monetária ocorre dentro e fora da empresa?</p> <p>Qual financiamento para a atividade? Há necessidade de financiamento?</p> <p>Por que valor estão dispostos a pagar os clientes?</p> <p>Como pagam atualmente? Como gostariam de pagar?</p> <p>O cliente se envolve na construção das ofertas?</p>
Governança cooperativa	<p>Como se relaciona com o que outras empresas produzem e com as necessidades das pessoas?</p> <p>Trabalha em complementaridade com outras empresas, talvez do mesmo ramo? Como?</p> <p>Como se relaciona com seus fornecedores?</p> <p>Como se formalizam as parcerias? (Contrato?)</p> <p>Qual o sistema de atores? (slide com classificação)</p> <p>Pensando em um ecossistema cooperativo, quem seriam os atores-chave?</p> <p>Como se relaciona com o cliente? Existe uma relação só de venda ou há uma cooperação maior?</p> <p>Atua em conjunto com alguma iniciativa pública ou privada (ONGs)?</p> <p>Tem relação com movimentos sociais? E com política e/ou partidos?</p> <p>Quais as oportunidades de cooperação?</p> <p>Quais os principais projetos em andamento e os principais já previstos?</p> <p>Quais são os desafios para os dirigentes? E para os funcionários?</p> <p>Quais são os principais concorrentes da empresa?</p> <p>Internamente, como ocorre a comunicação (vertical e horizontal)?</p> <p>Como são tomadas as decisões estratégicas? A governança é "acionista"?</p> <p>Os proprietários da empresa definem a estratégia contando com especialistas internos / externos?</p>

Dimensão imaterial	<p>Quão forte é a marca? Vocês se consideram “reconhecidos” por funcionários, clientes, fornecedores e sociedade?</p> <p>Quais são as alavancas de produtividade? (progresso técnico; intensificação do trabalho; divisão e especialização do trabalho; economias de escala?)</p> <p>Quais novos investimentos tiveram que fazer com a crise?</p> <p>Quais novas atividades surgiram com a crise?</p> <p>Quais recursos-chave (materiais/imateriais) requer a proposta de valor? (tecnologia, maquinário, equipamentos, competências, trabalho humano, etc)</p> <p>Quais atores-chave envolvidos nos processos?</p> <p>Como as práticas diárias podem gerar aprendizado?</p> <p>Quais as competências desenvolvidas na crise? O que vocês têm aprendido na prática?</p> <p>Quais iniciativas e procedimentos têm sido feitos para garantir a saúde dos funcionários e dos clientes?</p> <p>Quais os recursos imateriais tidos como estratégicos (competências, confiança, pertinência e saúde)?</p> <p>Como trabalham para que esses recursos intangíveis sejam otimizados?</p> <p>Que tipo de relação esperam os diferentes segmentos de mercado?</p>
Trabalho	<p>Quais atividades-chave requer sua proposta de valor?</p> <p>Como são repartidas as tarefas / atividades na empresa?</p> <p>Quais são os desafios para os gerentes?</p> <p>Há o estabelecimento de uma hierarquia, como funciona?</p> <p>Como o trabalho é visto na produção das ofertas?</p> <p>Quantas pessoas estão trabalhando na empresa?</p> <p>Como é a comunicação interna? Seus funcionários precisam se comunicar e conhecer o trabalho do outro?</p> <p>Como são as relações de trabalho na empresa? Voluntário, celetista, autônomo?</p> <p>Os funcionários enxergam oportunidade de crescimento?</p> <p>Os trabalhadores recebem formação e aperfeiçoamento? Como?</p> <p>Os funcionários percebem como o trabalho deles contribui para o funcionamento da empresa e para a sociedade em geral?</p> <p>Como os funcionários são avaliados? Existe uma avaliação formal?</p>
Externalidades	<p>Quais são as externalidades às quais você é submetido?</p> <p>Quais são as externalidades das quais você se beneficia?</p> <p>Quais são as externalidades que você induz no seu sistema de atores?</p> <p>No ciclo de vida do(s) produto(s), quais as entradas (insumos) e quais as saídas (produtos e resíduos)?</p> <p>Como lida com resíduos? Tem algum controle?</p> <p>O que se faz dos efeitos realmente produzidos?</p> <p>Como poderia gerar menos externalidades negativas e mais positivas?</p>
Dimensão territorial	<p>Qual o perímetro de responsabilidade da empresa?</p> <p>Quais efeitos da atividade em outros atores?</p> <p>Como tem sido a relação com os fornecedores? São novos? Manteve os mesmos?</p> <p>Onde se localizam seus clientes e seus fornecedores?</p> <p>Atua só no Rio de Janeiro?</p> <p>Está inserida em algum contexto de luta social ou de satisfação de necessidades locais?</p>

	Quais as principais contribuições que acredita criar para o local onde se instala?
--	--



## **APÊNDICE B – Entrevistas**

### **Agricultora no XI Encontro Sabores e Saberes 2019 da UFRJ (set. 2019)**

A agricultora fez questão de envolver sua fala em afetividade, disfarçando a aparente formalidade do evento ocorrido no auditório do Centro de Ciências da Saúde da UFRJ. Descreveu sua propriedade, o terreno de sua casa em Campo Grande onde otimiza a plantação e varia ao máximo as espécies. Mostrou fotos e afirmou ter aproximadamente 130 espécies apenas no corredor de entrada.

Em meio a seu discurso emocionado, falou de seu pai, que passou por momentos difíceis diante da diabete, além de sua própria experiência com alergias e gastrites. Ela deposita suas melhorias de qualidade de vida na mudança de estilo alimentar, principalmente no consumo dos produtos “sem veneno” e produzidos “com amor” em sua propriedade.

Enfatizou bastante a energia passada através do alimento, tanto na plantação quanto no preparo. Disse que é agricultora por amor, que luta pela disseminação de uma ideia de agroecologia e que seus produtos refletem esses ideais, trazendo bem-estar a seus fregueses. Lembrou de tempos difíceis, de já precisar reduzir seu próprio consumo em casa para cumprir o compromisso com as cestas.

Entre as dificuldades, citou a constância do trabalho, diz não poder tirar férias, tendo que abrir mão de muitas coisas pela natureza do que faz. Contou uma vez ter viajado por dois dias com seu pai e ter deixado o sítio aos cuidados de sua mãe; como resultado, perdeu parte do plantio. Além disso, trabalha muito e tem que acordar muito cedo, principalmente nos dias de feira. Contou ter pessoas que a ajudam na colheita, mas ainda assim ela precisa estar à frente de tudo.

Apesar disso, diz ter muito prazer em plantar, colher e vender, inclusive convidou os participantes do evento para visitarem sua barraca e até mesmo seu sítio em Campo Grande. Além disso, menciona outra vez o orgulho de produzir sem agrotóxicos e também do pioneirismo do Brasil na certificação com Sistema Participativo de Garantia, já referência para outros países.

Em curta chamada telefônica em maio de 2020, a agricultora mencionou a dificuldade e o trabalho que estava tendo durante a quarentena. Contou ter que tomar todas as atividades para si e continuar pagando seus ajudantes, que eram pessoas no grupo de risco para a Covid-19. Tem feito entregas nesse período.

**Agricultor da Feira Agroecológica da UFRJ - Entrevista por chamada telefônica (abr. 2020)**

Agricultor sempre trabalhou “sem veneno”, como diz, mas afirma ter aprendido muito com a introdução dos conhecimentos sobre orgânicos em 2008 e 2009, teve acompanhamento de técnicos através de programas governamentais e começou a trabalhar apenas com orgânicos. Trabalhava com bananas na beira da estrada e já não usava agrotóxicos, mas em 2010 conseguiu certificação e agora segue parâmetros sérios por causa da fiscalização a que se submete, diz ter demorado mais de um ano para se adaptar, mas mudou a sua vida.

Diz que se sente bem pelo consumidor saber o que come, visita a plantação, não se arrepende de ter começado essa empreitada. Hoje não estraga mais mercadoria, a mercadoria é quase 100% aproveitada. Esse ano mesmo está aproveitando muito mesmo a pandemia para se dedicar à terra, faz seus próprios compostos, não usa fogo, não usa veneno, mudou de vida para melhor.

Trabalha com filhos, netos e irmãos e diz ter um forte grupo de trabalho em sua família, inclusive, seu filho está agora à frente das vendas, já que ele é grupo de risco para o covid-19. Eles entregam cestas a consumidores na UFRJ de quinze em quinze dias e ainda tem clientes em Teresópolis e Guapimirim. Apesar de ter reduzido suas vendas (cita 30, 40%), está feliz na pandemia, não tem tido grandes perdas e tem tido tempo para plantar, diz que precisava de um tempo para se dedicar à plantação mesmo, que estava ficando muito na venda.

Ele se orgulha de ser um exemplo em Guapimirim, sendo o primeiro produtor certificado da região e o primeiro a abrir uma associação, a COJO, bastante conhecida. Diz gostar mesmo do que faz, que tem boas plantações de café, abóbora e aipim, mas que planta de tudo. Tem parceiros também (uns cinco ou seis) e se ajudam quando falta algum produto, os outros trocam.

Tem uma relação de muita troca com os clientes também, as pessoas se interessam e perguntam bastante. Tem clientes que estão com ele há vinte e cinco anos, além de muitas pessoas que passam pelas feiras, diz ter uma boa rotatividade, inclusive na UFRJ. Na universidade, diz ter um "freguês" de oito anos, que vem de Caxias comprar com ele. Muita gente também já o visitou, vai na propriedade aprender, ajudar a plantar, fazer roda de conversa, ouvir suas palestras.

Isso ajuda na confiança do consumidor, eles ajudam a plantar suas sementes, que estão com ele há 25, 30 anos. Domingos não compra mais sementes, ele as tem há anos e isso é bom para garantir que não contenham agrotóxicos. Faz a compostagem também. Usa seu próprio carro para fazer o transporte de tudo, conseguiu através de um financiamento governamental por ter sido certificado. Disse que era para ter pagado em dez anos, mas que acabou pagando em cinco, mas infelizmente não tem visto o mesmo apoio no governo atual, que tem retirado subsídios.

Outro ramo em que atua é dos doces, tem uma fábrica de doces em que usa as frutas do próprio quintal. Durante a quarentena, tem sido difícil vender doces e café, mas não reclama. Disse que já viveu muita coisa em sua vida, mas que o que está acontecendo hoje parou realmente o mundo, então tem que se cuidar. Está até com uma terra em São Pedro da Aldeia e não está podendo visitar. Essa é a parte ruim, ele costumava sair muito, visitar muitos lugares.

Está aproveitando o momento como férias, para plantar. Se ficar três meses sem plantar, não colhe por um ano, então planta agora e vai colher lá em agosto. Hoje o que tem para colher é aipim e batata só, mas tem gastado muito tempo com o preparo das cestas também. A organização das cestas tem um custo a mais (que parece medir em tempo), por exemplo, folhagens que têm que ser tiradas no mesmo dia, mas que não está podendo repassar. A perda não está grande também porque tem netos e filhos ajudando.

### **Agricultora da Feira Agroecológica da UFRJ - Entrevista por chamada telefônica (abr. 2020)**

A agricultora começou a produzir orgânicos por um convite de seu cunhado em 2001 e diz ter sido uma mudança de vida significativa, percebendo-se muito mais entusiasmada e feliz. Hoje se orgulha muito de não precisar usar “veneno”. No início, achava que seria difícil, mas depois percebeu que não era um sistema tão diferente, valeu a pena porque os alimentos produzidos têm outro gosto, diferente e melhor. Foi certificada em 2011.

Sua propriedade é no Parque Santa Eugênia - Guapimirim, sítio com dois hectares, mas apenas aproximadamente 450 metros quadrados de terreno plano aproveitável. Sua casa é a cem metros do sítio e utiliza parte do terreno para armazenar compostos. Quando começou a participar da feira da UFRJ (em sua inauguração), utilizava o ônibus da prefeitura, mas o serviço

parou de ser prestado e precisou comprar um carro, hoje utiliza seu carro e, às vezes, o serviço de motorista de aplicativo.

Possui também um pequeno caminhão, mais velho, que utiliza para transportar esterco. Comenta sobre a prefeitura de Guapimirim fornecer esterco triturado, mas diz ter que manter por dois meses para ter certeza de que não tem nenhum tipo de contaminação. Às vezes, ia com o caminhão para a feira também, é mais econômico que o carro. Porém, há pouco tempo houve um acidente e o veículo ficou praticamente destruído, o que dificultou muito seu trabalho, mas os fregueses e a equipe do projeto CASA organizaram uma arrecadação online e levantaram fundos para comprar outro.

Na feira, as vendas são boas, diferentes pessoas passam e se espantam por não terem notado a barraca antes, mas existem também os clientes que sempre vão. Comenta gostar bastante do convívio no local, que conversa bastante com os clientes, as pessoas se interessam em saber sobre a produção. Há muita troca de saberes, até com outros agricultores que passam. Além disso, já foi chamada para participar de eventos e se orgulha de ter ganhado prêmio pela participação em um congresso em Aracaju.

Conta ter havido inicialmente também a tentativa de acordo de fornecimento com um restaurante dentro da cidade universitária, mas que acabou não acontecendo como esperado. A negociação com o restaurante era difícil, não compreendiam aquele tipo de produção, queriam produtos como os comprados no mercado. Sendo assim, suas vendas eram feitas diretamente aos clientes na UFRJ e ainda nas feiras de Teresópolis e Guapimirim, em dias diferentes.

Com o início da pandemia, as vendas caíram muito (cerca de 40%) e viu muitas das suas contas atrasarem, além de perder muitos produtos. A situação não ficou pior devido à ajuda que recebeu de fregueses e do projeto CASA. A agricultora afirma que deve muito a seus clientes da UFRJ, que mantiveram cestas semanais e frequentemente compravam além daqueles produtos recebidos. Diz que conversa muito com todos e que conta até mesmo suas tristezas, como aconteceu com o acidente do caminhão e com o início da quarentena. Já recebeu também alguns em casa, inclusive no evento de vivência que o projeto CASA realiza para promover essa interação cliente-produtor.

Nesse período, está apenas realizando entregas na UFRJ de quinze em quinze dias e diz ainda ter dificuldade para lidar com o dinheiro, que está recebendo de uma forma diferente, sem vendas semanais. Ela produz sozinha na maior parte do tempo, mas tem tido ajuda dos filhos,

que não estão trabalhando no momento, eles inclusive fazem as entregas. Contrata um ajudante também, mas ele vai quando quer, é trabalhador informal e também tem uma deficiência mental que atrapalham a regularidade.

Ela conta que planta de tudo, recebe também muitos pedidos dos compradores, mas que seu solo é ácido, precisa de muitos cuidados. Os produtos que não consegue produzir bem, como cenoura e beterraba, costuma trocar ou comprar com uma produção de Teresópolis. O tempo em casa está sendo bom para se dedicar à terra, diz ter sido o lado bom da situação, que está muito feliz podendo se dedicar à plantação e que é gratificante ver o resultado, até o ar de lá é mais puro que o da cidade.

### **Agricultor Feira Agroecológica da Freguesia - entrevista durante a feira (set. 2020)**

Agricultor afirma sempre ter trabalhado com produção orgânica, mesmo antes de ser certificado. Na verdade, cita a agricultura natural, que diz ser uma corrente ainda mais rigorosa quanto à manutenção do equilíbrio ecológico. Diz ter aprendido tudo com seu pai, que sabia muito sobre técnicas agrícolas e que havia morrido há poucos meses; ainda me mostrou uma foto com ele na mesma feira.

Ele diz ter sido agricultor por toda a sua vida, por causa de seu pai. Seu sítio está situado na Taquara (Pedra Branca), bairro bem próximo à feira, e leva toda a produção de carro toda semana. Antes da feira da Freguesia, da qual participa há oito anos (desde sua inauguração), participava de vários eventos para escoar a produção, além da feira da Fiocruz, onde trabalha há doze anos. Antes disso, chegou a fazer serviços em obra e até se afastou da agricultura, mas gosta de estar de volta e valoriza muito os saberes ensinados por seu pai, que também tenta passar para seus clientes.

As vendas diminuíram muito na pandemia e ainda não voltaram ao normal. Teve Covid-19 no início da pandemia, em março, e ficou mal por duas semanas, ainda sente “pulsadas” no peito e tem feito exames para ver, seu médico acredita ser consequência. No período que ficou em casa, estava bastante triste e abalado, depois voltou à feira da Freguesia, mas da Fiocruz ainda não.

Apesar da dificuldade no período, depois viu o lado positivo de ter aproveitado para investir na produção de hortaliças, fez uma horta grande, com plantação em mandala. Costumava trocar produtos ou comprar hortaliças de um parceiro de Petrópolis para compor as

cestas de CSA, mas ele não estava mais vindo para o Rio. No CSA, os clientes não escolhem o que recebem, mas diz que é bom variar. Participa de CSA em Botafogo e no Grajaú.

Muitos clientes também ligavam no início da pandemia buscando pelos produtos, então ele começou com entregas, mas foi difícil administrar essa dinâmica. Agradece por ter voltado logo à feira. Além disso, mesmo com a queda nas vendas, conta com a ajuda da “coordenadora” da feira que organizou cestas compostas por produtos dos diferentes feirantes, diz ter sido de grande ajuda no momento inoportuno.

O momento da feira é muito importante, porque precisa da troca com os clientes, tem gente que só vai pela “prosa”. Também precisam aparecer na região, a feira começou pequena, hoje as pessoas já vão buscando os produtos específicos que são ofertados. Apesar de haver até barracas com coisas repetidas, diz que “o que tiver a banana mais bonita é o vencedor”, a concorrência incentiva e faz a feira crescer e ser vista.

#### **Coordenadora da feira da Freguesia - conversa por vídeo chamada (set./out. 2020)**

A manutenção do ponto da feira é uma questão que gera preocupação atualmente. A governança participativa para as feiras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas foi extinta pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. As coordenações e os regimentos internos construídos colaborativamente estão em risco de serem desconstruídos, dando espaço para a inserção de interesses políticos da prefeitura. Diante de conflitos que ascendem, ser consumidora é, para a coordenadora, uma forma de coerência política, um compromisso com os agricultores, mas também há o interesse sociológico de pesquisa.

Refletindo sobre os produtos vendidos, uma questão da feira é a oferta. O mercado é muito dinâmico, mas a demanda dos consumidores não costuma fazer com que o agricultor plante mais. É difícil casar a produção com a procura, mas, para isso, é necessária uma formação do consumidor para gostos diferenciados, para a descoberta de novos alimentos. Isso é um trabalho lento, o mercado demora a responder, mas a feira fortalece essa consciência sobre a agricultura orgânica, mostra que não é possível se ter a mesma oferta o ano todo. Alguns produtos não crescem aqui, hortaliças, por exemplo, no verão.

Para obter os produtos que a população tem o costume de consumir, é necessária a inserção de produtores da região serrana. Na cidade do Rio, os produtos bem-produzidos são o aipim, a batata doce e a banana. O caqui também é famoso na região, mas sua época é de março

a junho, quando organizam também o Dia do Tira Caqui, com festa e visita a plantações. Uma surpresa positiva foi a absorção das PANCs pelo mercado, por exemplo, a chaya e a ora-próbis, além dos chás.

As feiras nunca são iguais do início ao fim, mudam a cada hora e é difícil entender o que move o agricultor da feira, sua lógica, o valor econômico, o valor de estar ali. A feira é um ambiente complexo e se relaciona com os outros locais onde os feirantes atuam. Muitas questões podem ser discutidas em seu contexto: os gostos dos compradores, a relação construída, a economia local, a cultura, o território, o prazer, além do patrimônio construído dos agricultores. Desde o seu início, três quilombos foram reconhecidos na região, o que serve de incentivo a essa luta pela terra agricultável como patrimônio.

Nessa conjuntura de lutas pela terra, pelo reconhecimento, a coordenadora conta sobre a tensão do reconhecimento dos agricultores no Parque da Pedra Branca. Em 2010, eles foram criminalizados pelos bananais. Em 2013, receberam um prêmio de reconhecimento à melhor banana da região. Em 2015, agricultores foram considerados um patrimônio da cidade. A feira se insere em contextos maiores, por isso também seu crescimento precisa ser bastante organizado, sem perder valores.

O projeto das cestas entregues em residência foi uma forma de expansão na atuação da feira, movida pela necessidade diante da pandemia. É divulgado no site “Onde Moro”. Inicialmente, tinham 26 cestas, no momento da entrevista, estavam com a metade, essa volatilidade é prejudicial. Outra frente de atuação é o fornecimento para a Rede Ecológica, que compra dos agricultores desde 2010, principalmente o caqui. Essa, durante a pandemia, fez um movimento de doação de cestas, ajudando a população, mas também valorizando o agricultor e o mercado local. Entretanto, a montagem da escala é difícil, nem sempre os produtos estão disponíveis, não se pode comprar de um “atravessador”.

Uma questão da agroecologia é a rastreabilidade, existem outros projetos, alguns da classe média, que organizam feiras, mas não garantem esse quesito, comprando de diversos agricultores ou revendedores. Aqueles do Rio da Prata obtiveram a certificação em 2003, mas desde 1999 já estavam na feirinha de Campo Grande. Para a feira, esse acompanhamento é feito através do Sistema Participativo de Garantia (SPG), organizado pela Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU).

Para participar da feira, os agricultores vão se integrando à rede, são gradativamente incluídos nas reuniões do SPG, que acabam sendo moldadas pelos participantes. Inicialmente,

a dinâmica foi mais ligada ao projeto PROFITO, em que os agricultores receberam treinamento e construíram o coletivo. Naquele momento, a ONG AS-PTA atuou como a responsável técnica pela feira, uma instituição facilitadora junto à prefeitura, já que possui CNPJ. A ONG ainda atua na feira e membros participam ainda das reuniões do SPG e de visitas técnicas. Como fazem isso de forma gratuita para muitos, têm algumas dificuldades.

Uma consideração relevante sobre os agricultores urbanos e a feira é seu caminho até aqui. O que faziam há cinco anos? Qual o retrato da propriedade? Quanto tem plantado? O trabalho feminino é contabilizado? Como medir as externalidades positivas e negativas? As terras estão mais pobres ou mais ricas? Os outros membros da família estão envolvidos? Não tem uma métrica pronta para saber se está dando certo ou não.

Trata-se de uma agricultura de base camponesa, que busca equilíbrio entre o que se vende e o que se come, justamente para evitar a compra no mercado. Existe também o equilíbrio com os vizinhos, o caminho é plantar para viver, vender para seu vizinho e depois para o mercado. A lógica do mercado é contrária, compra-se do mercado, depois do seu vizinho, depois se planta. É difícil esse desenho de alimentação popular, a logística. O dono do mercado é quem costuma defini-la, mas acaba não valorizando o local.

### **Coordenadora da feira da Freguesia - conversa por vídeo chamada (fev. 2021)**

A feira tem a presença de personalidades diferentes, por exemplo, um cronista de esquerda bastante engajado. Uma consumidora já chegou a ir um dia para ajudar um agricultor quando a mulher dele ficou doente. Motivos diversos trazem as pessoas, tem gente que vai depois que adocece e tem gente que tem restrições alimentares. Pode ter outros valores envolvidos, mas em geral a saúde é um ponto motivador, ou razões como o contato com o agricultor e o mercado pequeno.

Sobre as embalagens, a gente ainda não fez uma transição contra o saco plástico, pedindo que o consumidor leve a bolsa. A conversa da embalagem foi adiada, mas querem sim tentar. Saco plástico facilita o transporte. Antes da pandemia, havia uma menina na feira com artesanato e pensavam em fazer saquinhos de tela, mas ela acabou saindo.

Hoje está difícil essa movimentação, entrada de novos produtos. No início tinha uma menina que fazia sabonete, o que não é comum no circuito orgânico. O circuito esteve muito ameaçado pelo conselho na época do Crivella. Está saindo da Secretaria de Desenvolvimento



Econômico, Inovação e Simplificação (SMDES) e estão pedindo para ir para a Secretaria de Trabalho e Economia Solidária. Esse debate está frágil e dificulta a entrada agora devido a formalidades.

Todos reclamam que é difícil a mão de obra para a roça. Hoje são 6 famílias, uma é de intermediário. Um casal é de queimados, tem mais terreno, maior produção, tem mais tubérculos (aipim), traz uma pessoa que trabalha para eles, deve receber diária – está lá com regularidade. Duas agricultoras dividem uma barraca da colônia Juliano Moreira, na Taquara, vendem pães e verduras. Uma participa na feira com os produtos que seu marido planta, mais com banana de Vargem Grande. Outro é do Pau da Fome, sede do parque. Tudo na Pedra Branca acima de 100m de altura é parque ecológico.

Ainda há aquele que traz coisas de São Paulo (uma empresa traz, ele busca) e de Friburgo – faz um papel importante, porque teve uma moça que saiu na pandemia e ficaram faltando produtos. Inicialmente, ele fazia feira e ia usar como um ponto de escoamento. Os agricultores acharam que era bom ter mais uma barraca, que atrairia mais consumidores. Ele também faz entrega por conta própria.

Essa questão dos produtos levados já foi uma discussão, tinha gente que se aborrecia com produto igual, agora acreditam que é normal. Todo mês fazem visita a um ou dois e produzem um boletim de produção, tem uma caderneta. Eles também têm dificuldade de ter esse registro todo, mas ajuda na previsão da produção e eles têm noção do que os outros terão. Os certificados estavam todos atrasados por causa de problema no ministério, mas o SPG continua, são certificados pela ABIO e tem a facilitadora.

A legislação não diferencia orgânico e agroecológico (tem outros nomes, como biodinâmico, etc). Pela lei, traz até ambiguidade. O mais complicado é assumir que é orgânico e não seguir a certificação. O agroecológico é isso também, mas é mais baseado na relação de confiança. O orgânico é certificado, que passa pelo SPG. Agroecológico pode ser mais e pode ser menos que isso, pode ser sem veneno, e ser portador de valores como luta pela terra, defesa pelo território, organização política, comunidades tradicionais, um universo. Pode haver orgânico produzido por classe média alta e relações trabalhistas questionáveis.

Em termos de produção, pode ter um produtor agroecológico, em transição para o orgânico, ainda tem impedimento para a consideração orgânica. Pode nem conseguir por causa do lugar onde mora, que tenha vizinhos não orgânicos, o que não impediria, em teoria, a entrada numa feira agroecológica.

O MST, por exemplo, valoriza mais esses valores que a certificação (mas acabam também se certificando). Valores agroecológicos são maiores, mas também mais imprecisos. É uma mudança no sistema de produção, mas também do político. Para o mercado pode não ser tão bom, o marketing precisa de coisas mais rápidas, é mais fácil entender e vender o que é orgânico. Pode ser mais difícil encontrar, mas o consumidor politizado é mais compreensivo em relação a essas questões.

A Rede CAU participar do circuito foi uma oportunidade de mercado, foi bom, mesmo com as exigências, entendem que é mais que isso. Diferentes pessoas podem trazer diferentes definições de agroecologia, de acordo com o que vivenciam. Hoje precisa de mais consumidores para crescer, está se mantendo, mas precisa de um movimento maior. Mais barracas podem fazer a feira mais atraente. Estão precisando melhorar a aparência, os toldos. A gente não quer fazer maiores investimentos, acreditamos que o circuito vá fornecer saias.

Queremos outro agricultor da serrana, com venda direta, porque tem mais hortaliças. Só que eles acabam pegando o contato de clientes e saem (já aconteceu duas vezes). Começam a fazer propaganda com a própria feira. Eles têm mais variedade, sempre vai ter hortaliça, rúcula, alface. Aqui é difícil, no verão, não tem.

O circuito é municipal, a maior parte trabalha com barracas alugadas. Na Freguesia, conseguiram comprar as barracas com verba de um projeto, mas elas são compartilhadas com outra feira, os agricultores se organizam e pagam um deles para montar e desmontar. Apesar de ser oficial, tem muito pouco apoio da política pública, eles mesmos precisam limpar a praça, o apoio municipal é quase nada. Só garante o espaço público e o cadastramento. No Rio, com milícias, poderes paralelos, isso significa muito, dá transparência.

Tem cachorro-quente, açaí e doces na praça, como surgiram lá? É a privatização do espaço público e não sabemos o processo. A gente nunca pensou em parcerias com restaurantes, acho que não temos escala, é irregular. Já pensamos em suco verde, é mais fácil, porque é complicado mexer com alimento na feira. Uma participante já teve iniciativa de tapioca, mas não foi pra frente. A feira pública está mais sujeita a fiscalização e regras. Não é usual, por exemplo, ter artesanato, é difícil essa luta. Até o ponto de luz demorou muito para conseguir.

A principal parceira é a rede carioca, que tem sua governança. A AMAF também apoia a feira. A ASP-TA é a principal organização em termo de recurso, para ganhar projetos. Ganhou um projeto grande da Petrobras há pouco tempo para beneficiar o território (<https://aspta.org.br/2020/11/16/boletim-02-sertao-carioca-conectando-cidade-e-floresta/>).

A necessidade que sentimos agora é a de fortalecer a comunicação, atrair mais o perfil de consumidor agroecológico e menos orgânico, que compreende impedimentos, que já venha de uma tradição de alimentação diferenciada. A feira exige uma readaptação do consumidor, os alimentos mais baratos são os que o Rio produz mais, inhame, limão galego, banana. O consumidor precisa entender. O agricultor também precisa se esforçar mais para produzir o que tem mais demanda, temperos, salsinha, coentro selvagem (mais fácil de dar que o outro), taioba.

É uma negociação, o consumidor ensina muita coisa, sabe receitas, o agricultor também com a oferta acaba formando o consumidor, que aprende a comprar de oportunidade, definir o que vai comer a partir do que tem na feira, não vai já querendo algo. A Freguesia é muito grande, temos que encontrar esses consumidores. Chega um momento em que você não quer mais qualquer consumidor, quer aquele mais engajado. As cestas dão esse diálogo, traz bons consumidores.

A relação é complicada, às vezes as pessoas fazem questão de coisas mínimas, mas também depois são muito generosas. O agricultor também pode ser muito generoso e muito mesquinho ao mesmo tempo. Precisamos escutar, ter consideração. Em relação ao CSA, um participante tem, mas eu não me animo em organizar não. Acho que como empreendimento coletivo a cesta já é de bom tamanho. Eu tenho demandado que o SPG tenha uma governança mais focada no comércio também, acho que fundamental é a comunicação.

Tem consumidor nas reuniões do SPG, mas é mais livre, o agricultor não pode faltar. Pessoas com várias experiências visitam, ajudam. O CSA demanda um trabalho e tanto, não animo de fazer pela feira não. Afinal, a feira não garante a venda de tudo que eles têm, todos estão em outros lugares.

Como coordenadora, trabalha bastante, mas aproveita a feira para fazer pesquisa, pretende fazer pós-doutorado nessa área, é uma forma de conciliar as coisas. Ela faz a lista dos produtos das cestas desde quarta, para organizarem. Ela é voluntária na rede carioca, não só na feira da Freguesia, ainda precisa fazer a relação com o consumidor. Está animada com a possibilidade de utilizar o wordpress na organização dos pedidos, essa mudança a ser implementada deve diminuir seu trabalho.

Ela está com um bolsista e com uma menina que vai ajudar na comunicação, mas tem dado mais autonomia à feira. Ela já não vai mais pra feira todo sábado, manda a lista de pedido e uma agricultora organiza as cestas. Entretanto, a cesta tem que ter um processo de governança

que não pode ficar por conta só deles, para ter rastreabilidade. Saber sempre o que eles estão oferecendo, de quem é o que, tem que estar sempre reafirmando qualidade e origem. Até o cuidado com as bolsas retornáveis precisa ser reafirmado, o consumidor tem que devolver, tem que lavar, tem que cuidar, porque é caro comprar outras.

### **Coordenador da feira da UFRJ - conversa por vídeo chamada (fev. 2021)**

Com o início da pandemia, precisaram encontrar uma maneira de apoiar aqueles agricultores que dependiam fortemente da renda gerada pela feira da UFRJ. Afinal, os agricultores costumavam trabalhar em uma ou duas outras feiras, que também foram prejudicadas. Inicialmente, reestruturou-se o sistema de cestas do projeto CASA, com entregas quinzenais, mas há uma dificuldade para a entrega e não recebiam mais tantos pedidos. Mesmo informalmente, desde o meio do ano, os agricultores têm ido ao Fundão, não mais com a estrutura da feira, mas vão de carro e expõem os produtos, tem alguns poucos clientes lá, mas o grosso das vendas está vindo de outro projeto: as cestas em condomínios.

Diante do problema da pandemia, surgiu a ideia de organização das entregas em condomínio, começando pelo próprio prédio do coordenador, em Cosme Velho, devido à abertura que teria como morador. As operações todas, com pedidos, entregas e pagamento, tiveram início em abril. Houve a adesão de 32 famílias, complementando a renda dos agricultores e estimulando a agroecologia e novos ambientes. O empreendimento ainda foi objeto de estudo para o trabalho de conclusão de curso de uma aluna de gastronomia e já se expandiu para outros dois condomínios.

Para a feira, como anteriormente estruturada, os clientes eram basicamente a comunidade acadêmica, alunos, professores e técnicos. Pelos valores e pela dinâmica de transporte, quem compra mais (quantidade e assiduidade) são técnicos e professores. Para alunos, acaba sendo caro e é mais complicado ficar o dia todo tendo aula e carregar alimentos no transporte público. Nunca se fez uma pesquisa organizada sobre perfil do consumidor, mas parecem ser pessoas atentas às questões de saúde (produto limpo, sem agrotóxico) e com uma noção para além da individual. Há ainda a componente social de apoiar a agricultura familiar. Até mesmo o envolvimento com os agricultores contribui, a feira da UFRJ não é como a de rua, as pessoas estão lá sempre, em seus locais de trabalho, a assiduidade é grande, cria-se um vínculo além da simples compra e venda.

Havia 7 famílias de agricultores vinculados à AFOJO e 1 à Rede CAU, além de 4 artesãos. Essas informações. Para o projeto dos condomínios, apenas as duas famílias mais antigas se integraram, são aqueles que mais dependiam da feira da UFRJ e também os que participavam da feira de Teresópolis, trazendo produtos de parceiros e garantindo uma maior variedade. Ambos são de Guapimirim, cidade no pé da serra de Teresópolis, trazem os produtos de carro. O meio de transporte também foi decisivo para esse novo empreendimento, além de uma rede de parceiros - há umas 6 parceiras que participam oferecendo produtos nas cestas hoje.

É impossível falar da feira sem falar de outros projetos na universidade que se relacionam (vinculados à rede de agroecologia). Há uma troca muito intensa entre todos e um movimento de institucionalização conjunta. A feira contou com um bolsista nos últimos anos e, para o novo ciclo, 2021, está submetendo projeto para um edital de extensão como um programa maior, a rede de agroecologia da UFRJ.

Em relação aos planos atuais, enquanto a pandemia durar, pretende manter as cestas nos condomínios e estão trabalhando para ampliar com mais dois condomínios este ano, querem vender mais. Para retomada pós-pandemia, há a intenção de fazer ainda maior integração com os outros projetos de agroecologia e utilizar o momento da feira pra divulgar ações, a feira têm potencial para virar um catalisador dos projetos. No plano de trabalho para esse novo ciclo, colocaram a venda online (facilitar gestão) e as oficinas de qualificação para agricultores (rotulagem, qualificação de produtos que já fazem – geleia, molho, compota – a produção hoje não tem um padrão de qualidade), acredita-se na agregação valor.

Sobre a questão da embalagem, desde que assumiu a feira, no final 2018, teve conversa com eles exatamente no sentido de tentar eliminar a sacola plástica, hoje todos usam sacolas de papel e estimulam o consumidor a trazer sacolas retornáveis de casa. Alguns desafios ainda ficam, por exemplo, quando se faz necessário separar os produtos em porções. Uma opção foi a redinha, por exemplo, para separar limão, mas ainda é plástico.